



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

REGINA MAGNA FRANCO

**AS MARGENS DOS RIOS URBANOS:
PERCEPÇÃO DE RISCOS NAS OCUPAÇÕES
IRREGULARES DE LONDRINA, PARANÁ.**

Londrina, Paraná
2023

REGINA MAGNA FRANCO

AS MARGENS DOS RIOS URBANOS: PERCEPÇÃO DE RISCOS NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DE LONDRINA, PARANÁ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Nível Doutorado, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia

Orientadora: Prof^a Dr^a Jeani Delgado Paschoal Moura.

Londrina, Paraná
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

FRANCO, Regina Magna .

AS MARGENS DOS RIOS URBANOS: : PERCEPÇÃO DE RISCOS NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DE LONDRINA, PARANÁ / Regina Magna FRANCO. - Londrina, 2023.

135 f. : il.

Orientador: Jeani Delgado Paschoal Moura.

Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Exatas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Análise das ocupações irregulares em fundos de vale no município de Londrina - Tese. 2. utilizando a metodologia fenomenológica husseliana. - Tese. I. Delgado Paschoal Moura, Jeani . II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Exatas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU 91

REGINA MAGNA FRANCO

AS MARGNES DOS RIOS URBANOS: PERCEPÇÃO DE RISCOS NAS OCUPAÇÕES IRREGULARES DE LONDRINA, PARANÁ.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, Nível Doutorado, da Universidade Estadual de Londrina - UEL, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Jeani Delgado Paschoal Moura.
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profª Drª Ideni Terezinha Antonello
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Profª Drª Jamille da Silva Lima
Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Profª Drª Maria Beatriz Junqueira Bernardes
Universidade Federal de Uberlândia/ UFU

Profª Drª Danielle de Almeida Bressiani
Universidade Federal de Pelotas UFPel

Londrina, 28 de fevereiro de 2023.

A G R A D E C I M E N T O S

À minha orientadora Professora Dr^a. Jeani Delgado Paschoal Moura pelo apoio e parceria na construção da presente tese.

Aos docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual de Londrina. Em especial, às docentes Lúcia Helena Batista Gratão, com seu método fenomenológico de dar aula, Alice Y. Asari, com seu método socrático, Rosana F Salvi, professora que sempre se colocou em uma atitude de escuta para ouvir as minhas divagações, na época da graduação....

As professoras que aceitaram o convite para compor a banca de defesa: Dr^a Jamille da Silva Lima e Professora Dr^a Ideni Terezinha Antonello, ambas fizeram parte da qualificação com importantes orientações para a finalização da tese, e agora, na defesa, agradecemos também as professoras Dr^a Maria Beatriz Junqueira Bernardes e Dr^a Danielle de Almeida Bressiani pelas certas contribuições.

Agradeço ao Douglas Vitto por ter me acompanhado em um dos campos realizados, na Ocupação do São Marcos. E estendo os agradecimentos aos integrantes do Grupo de Pesquisa em Geografia e Fenomenologia da UEL pelo espaço de discussão de ideias e por todo o acolhimento.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

FRANCO, Regina Magna. As Margem Dos Rios Urbanos: Percepção de Riscos Nas Ocupações Irregulares De Londrina, Paraná. 2022. 134 fls. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

R E S U M O

Esta pesquisa está voltada para a compreensão das experiências de riscos, vulnerabilidades e perigos ambientais nas ocupações irregulares nas margens dos rios urbanos de Londrina, Paraná, Brasil. O conceito de habitar é apresentado como inerente à condição humana originária, dada a impossibilidade de conceber o espaço em detrimento da existência. Os conceitos de lugar, geografia de riscos e vulnerabilidades na perspectiva humanista de base fenomenológica e suas interfaces teórico-metodológicas serão a base e fundamento da discussão para se compreender os sentidos que as pessoas atribuem à sua experiência de viver em áreas irregulares. A tese originou-se da necessidade de compreender a lógica das ocupações em áreas não apropriadas para a urbanização, tendo como eixo norteador a relação intrínseca entre homem-natureza. De um lado, temos as preocupações com a ocupação de Áreas de Preservação Ambiental (APPs) que levam a degradação da natureza, de outro, a problemática da exclusão social. Diante disso, a tese se pauta na premissa de uma lógica excludente que tenciona a população para a ocupações irregulares, gerando insegurança jurídica, social, ambiental e econômica, sem a garantia de seus direitos básicos. O recorte espacial para estudo foi a delimitação das ocupações irregulares em fundos de vale em Londrina, cujo estudo buscou promover uma visão integrada da relação da população com as margens dos rios urbanos, o seu lugar de morada. Como metodologia quanti-qualitativa foram realizados trabalhos de campo nessas áreas de ocupação irregular para observação direta e registros fotográficos e em caderneta de campo, entrevistas com moradores, além dos levantamentos de dados estatísticos e histórico-geográficos para a espacialização e mapeamentos do fenômeno estudado. A abordagem humanista é proposta como alternativa para o avanço na compreensão da geografia dos riscos, com foco na população de baixa renda que ocupa as margens dos rios como último refúgio para suprir as suas carências por moradias e demais necessidades básicas. A insuficiência de políticas públicas para o acesso à terra urbanizada é o elemento central que opera para o crescimento das ocupações irregulares, frente a alta demanda habitacional provocada

por fluxos migratórios e intensa pobreza. Como resultados desta tese procuramos demonstrar a experiência urbana de habitar em risco de uma camada da população londrinense vulnerabilizada que vive em áreas irregulares de fundos de vale, culminando em um problema social e ambiental. Com isso, esperamos ampliar os estudos sobre a geografia dos riscos de modo a cooperar com discussões em torno da necessidade de implementação de políticas públicas habitacionais integradas as demais políticas públicas voltadas para temas de relevância social e ambiental.

Palavras-chave: abordagem humanista; geografia dos riscos; rios urbanos; ocupações.

FRANCO, Regina Magna. **On the shore of Urban Rivers: Perception of Risks in Irregular Occupations in Londrina, Paraná.** 2023. 134 fls.. **Thesis** (Doctorate in Geography) – Geography Post Graduation Program. Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

A B S T R A C T

This research aims to understand the experience of risks, vulnerabilities and environmental dangers in the irregular street squatting on the shore of the urban rivers of Londrina, Parana State, Brazil. The concept of living is showed as inherent to the human innate condition, because of its impossibility to conceive the space to detriment of its existence. The concepts of place, geography of risks and vulnerabilities in the human perspective that has a phenomenological basis, and their theoretical and methodological interfaces will be the basis and foundations of the discussion to understand the meaning in which people attribute to their experience of living in irregular areas. The thesis had its origin from the need of understanding the logic of the squatting in areas which are not suitable for urbanization, having as a leading axis as a intrinsic relation between man and nature. On one hand, we have some squatting with occupation in Preserved Environmental Areas (PEAs) that leas to the damaging of nature. On the other hand, the problem of social exclusion. In the face of this, the thesis establishes the premise of a excluding logic that tensions the population for the irregular squatting, generating legal insecurity, social, environmental and economic, without any warranty of their basic rights. The spatial cut-out for this study was delimitation of the irregular squatting deeply in the valleys in Londrina, whose study tried to promote an integrated vision of the relation of the population with the shores of the urban rivers, its living place. As the methodology, we used a quantitative and qualitative one. Field work was carried out in these areas of irregular squatting in order to observe straightly and photographical records and in a field notepad, interviews with the inhabitants, besides the surveys of the statistics data and also historical-geographical ones for the spatialization and mapping of the studied phenomenon. The humanist geography with phenomenological basis is proposed as an alternative for the comprehension of the risks, with the focus on the low-income class population that occupies the shores of the rivers as the last refuge to supply their needs for houses and the other basic needs. The public policies insufficiency for the access to urban land is the central element that works for the growth of the irregular squatting, ahead

of its high housing demand provoked by migratory flows and intense poverty. As the results of this thesis we tried to demonstrate the urban experience of living at risk in a population layer from Londrina who is vulnerable and lives in irregular areas in the valleys, causing a social and environmental problem. Thus, we hope to increase the studies about geography of the risks to cooperate with the discussions around the necessity of implementation of housing public policies integrated to the other public policies that are aimed to other relevant themes, social and environmental ones.

Key words: humanist approach; geography of risks; urban rivers; squatting

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Perfil hipsométrico corte diagonal entre coordenadas S23°15'18" e S23°17'36"	35
Figura 2: Principais bacias de drenagem pluviométricas distribuídas na zona urbana do município de Londrina.....	36
Figura 3: Hidrografia do município de Londrina.....	37
Figura 4: Relevo da zona urbana de Londrina.....	38
Figura 5: Comparativo entre a rede de drenagem fluvial e o relevo da área urbana de Londrina.....	39
Figura 6: Espacialização temporal das ocupações irregulares com base em dados atualizados pela COHAB-LD em 2020.....	44
Figura 7: Gráfico evolução temporal do número de habitantes em ocupações irregulares atualizados até 2020.....	48
Figura 8: Evolução regional e temporal das ocupações irregulares em Londrina/PR.....	49
Figura 9: Evolução dos loteamentos entre as décadas de 1930 e 1990 em Londrina, Paraná.....	51
Figura 10: Localização das Ocupações Visitadas.....	76
Figura 11: Ocupação Abussafe.....	80
Figura 12: Ocupação irregular fundo de vale jardim Abussafe às margens do córrego Águas Claras.....	81
Figura 13: Mata ciliar e córrego Águas Claras fundo de vale jardim Abussafe.....	82
Figura 14: Cerca de alambrados demarcando os limites entre o fundo da propriedade e mata ciliar e rampa de escoamento de águas pluviais.....	82
Figura 15: Casa Suspensa.....	83
Figura 16: Quintal dos fundos da Moradia.....	86
Figura 17: Quintal de frente a moradia.....	88
Figura 18: Ocupação Parque Jamaica.....	91
Figura 19: Ocupação Quati.....	95
Figura 20: Visão aérea do entorno da ocupação no córrego Quati.....	96
Figura 21: Casas da Cohab-Ld cercadas pela lateral pelo aterro da linha férrea.....	97

Figura 22: Aspectos dos fundos das moradias dos entrevistados e a margem do córrego Quati.....	98
Figura 23: Ocupação São Marcos.....	104
Figura 24: À esquerda visão da ocupação a partir da parte mais baixa da rua. À direita visão aérea da ocupação e localização da casa de um dos Entrevistados.....	105
Figura 25: Foto da frente de uma das moradias da ocupação como numeração das casas.....	106
Figura 26: Aspectos do entorno da ocupação.....	107
Figura 27: Pedreira desativada bairro São Marcos.....	107
Figura 28: Ocupação Avelino Vieira.....	113
Figura 29: Visão geral do entorno da ocupação ribeirão Esperança.....	114
Figura 30: Ocupação fundo de vale córrego Esperança, no bairro Avelino Vieira...	115
Figura 31: Ocupação das margens do ribeirão Esperança para pasto e hortas comunitárias.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Evolução do crescimento populacional de Londrina entre 1940 e 2010 e percentual entre população urbana e rural..... **Erro! Indicador não definido.**7

Quadro 2: Número de habitantes em ocupações irregulares no município de Londrina PR **Erro! Indicador não definido.**7

Quadro 3: Balanço das ocupações irregulares no município de Londrina – PR entre as décadas de 1950 e 199052

Quadro 4: Conjuntos Habitacionais construídos em Londrina na década de 1970.....53

SUMÁRIO

ANTELÓQUIO	13
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	
SOBRE O MÉTODO E ATITUDE FENOMENOLÓGICA	21
CAPÍTULO 2	
AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM FUNDOS DE VALE EM LONDRINA, PARANÁ	34
2.1 OS FUNDOS DE VALE DE LONDRINA, PARANÁ.....	35
2.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA.....	43
CAPÍTULO 3	
HABITAR COMO CONDIÇÃO EXISTENCIAL	55
3.1 A CASA COMO ABRIGO E COMO DIREITO DE MORAR.....	55
3.2 OCUPAÇÃO DO SOLO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP).....	58
CAPÍTULO 4	
HABITAR EM RISCO E AS VULNERABILIDADES DO LUGAR	67
4.1 RISCOS E VULNERABILIDADES E A NECESSIDADE DE SUAS ADJETIVAÇÕES.....	67
4.2 HUMANISMO E O LEBENSWELT	71
4.3 OCUPAR AS MARGENS: DE ESPAÇO INDIFERENCIADO AO LUGAR.....	75
4.3.1 Ocupação às Margens do Córrego Águas Claras.....	80
4.3.2 Ocupação às Margens Do Ribeirão Cambé.....	91
4.3.3 Ocupação às Margens do Córrego Quati.....	95
4.3.4 Ocupação às Margens do Córrego São Lourenço.....	104
4.3.5 Ocupação às Margens do Córrego Esperança.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
6 REFERÊNCIAS	125
7 ANEXO	130

ANTELÓQUIO

Ingressar na academia na meia idade para fazer o primeiro curso de graduação não é comum. O processo natural é primeiro a formação e depois a família. A minha trajetória foi inversa: primeiro constituí a minha família e depois passei a me dedicar ao curso superior. O que foi muito interessante, pois ao ingressar no mundo acadêmico já trazia significativa bagagem de vivências e experiências.

O primeiro curso que iniciei foi o de Economia que não pude concluir, o que significa que, independentemente da fase da vida, os desafios ainda estão presentes. A dedicação ao conhecimento demanda disponibilidade de tempo, não é à toa que muitos jovens dos estratos econômicos mais baixos da sociedade sequer conseguem concluir os estudos básicos, quiçá, ingressar num curso superior. O curso de Economia me apresentou um mundo de conhecimentos que, em parte, eu já vivia no meu cotidiano, mas estava na minha atitude natural, era um Ser aí no mundo com meu *Lebenswelt* sendo construído. Sofria, como todos, as flutuações de preços, custos de vida, acontecimentos políticos, mas faltava a atitude fenomenológica que levaria a um conhecimento gerado e criado pela reflexão metódica que traz o conhecimento científico no que diz respeito, principalmente, à organização dos pensamentos e ideias, intuito de buscar as causas e apontar possíveis soluções.

Como trabalhadora e mãe da família, percebia as dificuldades presentes referentes ao mundo do trabalho e da economia doméstica. Ser apresentada aos teóricos econômicos e sociais como Marx, Hobbes, Rousseau, Maquiavel, Max Webber e às ferramentas da microeconomia me abriu um universo novo. Era natural fazer a correlação entre esses pensadores e aquilo que vivia no cotidiano. A partir daí a mente analítica foi despertada e a curiosidade para entender o mundo que me cercava passou a ser uma condição quase psicopatológica. Via a teoria do valor de Marx em todos os lugares, a acidez e cruzeza de Maquiavel, não só na política de governos, mas também nesta política cotidiana que se forma, se apresenta nas relações interpessoais.

Mas, por outro lado, sentia que faltava alguma coisa. Havia uma assepsia nestas teorias. Certa ocasião um professor me disse que não importava quem é o autor que fala, mas somente o que ele diz. Assenti por falta de argumentação, mas não desisti. - Como não considerar que Maquiavel escreve, “O Príncipe”, com a

intenção clara de voltar a gozar dos favores do rei e morar na corte? (Sonho da estabilidade do serviço público não é recente) - Como não considerar as dificuldades financeiras pelas quais passou Rousseau, o qual foi obrigado a entregar seus filhos na Roda dos Expostos, por não ter condições de sustentá-los? - O que pensar da vida de Marx que dependia da ajuda financeira de Engels para sustentar a si e a sua família? - Não teria sido essas vivências todas a influenciar ou motivar seus estudos e análises? Como coloca Husserl nenhum método científico dá conta da realidade físico-social do mundo, mas precisamos investigar não só o que é dito, mas também aquele que diz. Toda a ciência produzida precisa ser situada no tempo e no espaço e, portanto, necessita ser revisitada constantemente.

Depois da pausa para “arrumar a carga”, ingressei no curso de Geografia. E qual não foi a minha surpresa ao encontrar nesta área do conhecimento respostas para algumas das minhas inquietações. Minha opção pela Geografia foi utilitarista. Queria um curso que possibilitasse minha volta ao mercado de trabalho. Porém a Geografia que me foi apresentada era totalmente desconhecida e muito além daquela disciplina que me foi oferecida no ensino médio. Eu não sabia que a Geografia era tão abrangente. A Geografia conversa com várias áreas do conhecimento o que na visão de alguns pensadores da área é um defeito e não virtude no sentido de que ao se tentar falar de tudo um pouco, acaba não falando sobre coisa alguma. No meu entendimento a ciência geográfica tem pontos de intersecção como outras áreas do conhecimento. Na atualidade se fala muito sobre a interdisciplinaridade, mas a Geografia é interdisciplinar na sua essência.

A Geografia educou meu olhar. Não somente olho, mas vejo o ambiente a minha volta. Em meu Trabalho de Conclusão de Curso minha pesquisa tratava da variabilidade das chuvas em Londrina, Paraná, buscando achar uma correlação entre a variabilidade e os ciclos solares. Depois da graduação entrei no curso de Especialização em Meio Ambiente em Ciências da Terra, em minha monografia tratei de passivos ambientais em áreas de mineração. No mestrado, meus estudos se voltaram para a variabilidade das chuvas no Paraná, entre os anos de 1977 e 2014, correlacionando como as Teleconexões e analisando as oscilações térmicas no Oceano Pacífico e Antártica. Minha inclinação sempre foi em direção à área técnica da Geografia.

O doutorado representou uma mudança na linha de pesquisa. A fenomenologia me foi apresentada ainda na graduação. Inicialmente tive interesse em me aprofundar,

mas as leituras se apresentaram muito áridas, tendo em vista ser um movimento advindo da Filosofia que possui sua própria linguagem. Este método e a Geografia Humanista de base fenomenológica não foram apresentados durante a minha graduação. Como projeto de doutorado foi necessário conhecer mais profundamente essa corrente de pensamento e para isso participei de palestras, encontros e disciplina oferecida pelo Departamento de Filosofia. Foi nesta disciplina que me foi apresentada a obra, “Entre Nós”, de Emmanuel Levinas que trata da alteridade que, posteriormente, formou o eixo integrador da minha tese. Nesta disciplina foram apresentados *an passant* os pensamentos de Sartre e Foucault e a análise fenomenológica da obra literária, “Casa Tomada”, de Jules Cortázar. Porém como meu percurso acadêmico se ancorou em uma Geografia mais quantitativa, a passagem para os estudos voltados à Geografia Humanista, de base fenomenológica e, portanto, qualitativa, tem me colocado grandes desafios.

A vida acadêmica me levou a caminhos antes sequer sonhados. No ano de 2019 tive a grata e inesperada surpresa de conhecer a Universidade de Coimbra e participar de um evento do Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT). Em síntese minha formação segue na direção qualiquantitativa e o desafio é fazer estas duas categorias metodológicas conversarem. Não está sendo fácil, mas se fosse fácil não seria desafiador.

A tese que segue adiante resulta de um emaranhado de situações vividas que proporcionaram conhecer novas trilhas para se fazer pesquisas científicas, reunindo argumentos para se pensar a realidade, formular explicações provisórias sobre ela e, quiçá, transformá-la em algum grau.

INTRODUÇÃO

À margem

*À margem do rio,
À margem da estrada,
À margem do trilho, à margem da pousada,
Sempre tem alguém à margem buscando uma beirada.
À margem da terra, à margem da atividade.
À margem nas celas, à margem da sociedade,
Sempre há alguém à margem buscando a liberdade.
À margem dos centros, à margem nas cidades
À margem dos assentos, à margem da dignidade,
Sempre tem alguém à margem, buscando uma beirada.*

*A vida é partida, a vida é chegada,
A vida é batida em tantas paragens,
A vida é gente fugindo das margens,
Buscando outras vias e outras roupagens [...]*

*Poema extraído do livro:
"Geografia em poesias: tempos, espaços, pensamentos"
(Luiz Carlos Flávio, 2016).*

Durante uma pesquisa é natural o surgimento de várias dúvidas e questionamentos, principalmente em se tratando de uma inter-relação tão complexa entre o homem/mulher e o meio. Esse “meio” pode ser tanto social, numa relação entre homens/mulheres, quanto ambiental numa relação homem/mulher-natureza. Esta complexidade se apresenta matizada e o pesquisador corre um risco real de ampliar o leque de análise e neste processo se perder. No entanto, o “se perder” pode ser uma estratégia significativa para encontrar-se no percurso da pesquisa. Assim, a problemática da pesquisa foi sendo delineada se ancorando na revisão bibliográfica pela ótica humanista, mais especificamente pela Geografia Humanista, a qual revelou alguns caminhos importantes na tentativa de romper com tendências dicotômicas que levam a Geografia para os extremos, ora para uma geografia mais física ora mais humana ou social.

O título da tese, *“As Margem Dos Rios Urbanos: Percepção De Riscos Nas Ocupações Irregulares De Londrina, Paraná”*, remete ao estudo de dois temas clássicos e relevantes na história da produção geográfica. Se, de um lado, temos as preocupações com a ocupação de Áreas de Preservação Ambiental (APPs) que levam a degradação da natureza, de outro, deparamos com a problemática da exclusão social, provocadas por inúmeras situações, considerando que vivemos em um país com grandes disparidades regionais, enorme concentração de renda e desigualdade social.

Diante desse ambiente propício para conflitos de ordem social e ambiental, a tese vai se delineando em torno da premissa de que há uma lógica excludente que direciona a população vulnerável para a ocupação de áreas não apropriadas para a urbanização, que não disponibiliza de saneamento básico, vulnerabilizando ainda mais essa parcela populacional, que vive a realidade da insegurança jurídica, social, ambiental e econômica, sem a garantia de seus direitos básicos.

De início alguns questionamentos fizeram parte do delineamento da tese, tais como: O que são ocupações irregulares? São irregulares em relação a quê? O que são áreas de risco? O que são e por que são riscos? No nosso entendimento é forçoso buscar o conceito de cada uma dessas denominações de modo a se ter claro o intento de compreender e, posteriormente, nortear as medidas e as ações a serem tomadas na intenção de propor soluções por parte do poder público, se for o caso. Procuraremos demonstrar que tais conceitos são construídos a partir de uma estrutura

social, política, econômica e ambiental. Antes de tratarmos dos números estatísticos e da localização da população que ocupa os fundos de vale em Londrina, tentaremos demonstrar como esse assunto está longe de ser trivial.

A presente tese se debruça nas vulnerabilidades, nos riscos e perigos ambientais, partindo de uma visão integrada, tendo a ocupação das margens dos rios urbanos como lugar de investigação. Tal investigação se torna frutífera diante da necessidade de ampliar as discussões em torno da temática ambiental, ao mesmo tempo, buscando visibilizar a camada excluída da sociedade, marginalizada, no caso específico da população investigada, literalmente marginalizada, por viver 'às margens' dos rios, como anunciado na epígrafe em relevo. Esse fenômeno ocorre pela insuficiência de políticas públicas para o acesso à terra urbanizada, se constituindo enquanto elemento central que opera para o crescimento das ocupações irregulares, frente a alta demanda habitacional provocada por fluxos migratórios e intensa pobreza, culminando em um problema social e ambiental.

As ocupações às margens dos rios, pela população excluída socialmente, demandam um olhar humanizado, afinal, "um humanista olha esse mundo de fatos e pergunta: o que ele significa? O que ele diz q respeito de nós? (HUMBOLDT *apud* TUAN, 1985, p.163). Dessa forma, como objetivo geral da tese, buscamos compreender as relações entre experiência urbana e ambiente por meio do estudo dos riscos e vulnerabilidades nas ocupações irregulares nos fundos de vales em Londrina, PR.

Como objetivos específicos, a presente tese pretendeu:

Trazer um breve resgate histórico sobre as origens da propriedade privada mais especificamente sobre a importância da casa, da moradia que era tida como espaço familiar privado e sagrado, espaço este que só era permitido o acesso pelos membros da família e dedicado aos *Lares* deuses domésticos.

Através desse resgate histórico procuramos demonstrar como o conceito de propriedade privada foi sendo introduzido pela legislação patrimonial de modo que a moradia, a casa foi perdendo esse *status* de espaço sagrado - espaço este antes inalienável e intransferível – e se transformando em objeto e mercadoria.

Outra discussão presente nesta tese diz respeito à legislação ambiental que agrava a vulnerabilidade habitacional de parte da população urbana de Londrina, que vive em Áreas de Preservação Permanente (APPs).

E finalmente, no intuito de transpor e ampliar o olhar daquele que investiga esse fenômeno colhemos entrevistas com alguns moradores que habitam essas áreas irregulares buscando compreender os sentidos que as pessoas atribuem à sua experiência de viver em áreas de ocupação irregular em fundos de vale em Londrina, com o propósito de captar se esses moradores têm ou como se apresentam suas percepções em relação às próprias vulnerabilidades habitacionais.

A vulnerabilidade é o eixo central de condução das investigações e para isso utilizamos, tanto de metodologias de dados quantitativos, quanto qualitativos. Isto porque a vulnerabilidade é a condição *sine qua non* para a delimitação e compreensão dos riscos e perigos. Além das referências bibliográficas, usamos dados estatísticos, histórico-geográficos que revelaram as condições de vida da população que ocupa de forma irregular as margens dos rios de Londrina, Paraná. A proposta foi fazer uso não somente de gráficos, mas de técnicas de espacialização buscando compreender de forma integrada a relação entre essa parcela da população e o lugar onde vive, e principalmente nos colocando em escuta para que essas pessoas nos digam, nos falem sobre suas experiências de vida.

Para a composição das experiências vívidas foram feitos trabalhos de campo em áreas de Ocupações Irregulares como um exercício de experimentações replicado nas quatro zonas da cidade de Londrina, Zona Norte, Sul, Leste e Oeste. Durante os trabalhos de campo foram usadas as técnicas de observação direta e descrição com o uso da caderneta de campo, registros fotográficos e entrevistas junto aos moradores do local, com roteiros abertos e semiestruturados, configurando-se como um estudo qualitativo de caráter exploratório.

Para fundamentar a pesquisa, seguimos a abordagem da Geografia Humanista de base fenomenológica que pressupõe compreender as coisas pela consciência e intencionalidade, deixando aparecer a essência do fenômeno pela experiência. A *epoché*, pela qual conhecemos e nos relacionamos com o mundo vivido, é um movimento de colocar entre parênteses os apriorismos das teorias, definições fechadas, crenças e “pré”-conceitos que ajudam a dar significado as coisas, buscando compreender os fenômenos em sua essência.

Para apresentar os resultados obtidos ao longo desta pesquisa de doutoramento, esta tese foi organizada em quatro partes.

No capítulo 1, *Sobre o Método e Atitude Fenomenológica*, são apresentados os pontos considerados importantes do método e da atitude fenomenológica a partir

do pensamento de Husserl sobre as formas como os fenômenos se manifestam na consciência, entre outros autores que buscamos colocar em diálogo. A realidade é aquela que emerge da intencionalidade da consciência que se volta ao fenômeno, pois, na abordagem fenomenológica o que importa é compreender o mundo enquanto vivido pelo sujeito, colocando em relevo conceitos como o de subjetividade, intuição, sentimentos e experiência.

No capítulo 2, *As Ocupações Irregulares em Fundos de Vale*, é apresentada algumas características físico-geográficas que fazem de Londrina uma cidade alimentada por ricas fontes de água contínuas que formam rios e córregos perenes. Em seguida, apresentamos o recorte espacial da pesquisa a partir da delimitação de algumas sub-bacias hidrográficas, onde fundos de vales foram ocupados por uma parcela da população londrinense, além de dados quantitativos e qualitativos atualizados, referentes ao número de pessoas habitando nessas ocupações irregulares.

No capítulo 3, *Habitar Como Condição Existencial*, discutimos a Casa, como um Lugar de Refúgio, mas apresentando informações sobre o avanço da legislação no que diz respeito ao direito de morar como condição essencial para a existência do homem/mulher. Como ponto de partida serão apresentados dados quantitativos e uma análise sobre a legislação sobre o direito de moradia e como a legislação da propriedade privada foi empurrando para a ilegalidade parte da população que teve como última opção ocupar os fundos de vales urbanos.

No capítulo 4, *Habitar em Risco e as Vulnerabilidades do Lugar*, conceituamos riscos e vulnerabilidades não somente a partir das questões físicas e sanitárias, mas sobretudo aos riscos e vulnerabilidades socioeconômicas e jurídicas. Apresentamos uma discussão inicial sobre o Humanismo e o Lebenswelt e a conceituação de Lugar. Depois passamos a um exercício de compreensão das ocupações pela experiência de visitar os lugares e conversar com as pessoas em seus espaços de vida, que muitas vezes se dá num misto de casa-moradia e casa-trabalho. Ao praticar o exercício da escuta, durante as entrevistas colhidas, foi quase que instantânea a ligação com as conclusões de Tuan em “Espaço e Lugar” e “Topofilia”.

Segue a tese adiante sobre a geografia dos riscos no habitar contemporâneo, com a pretensão de buscar um outro ponto de vista, a partir “do olhar dos de dentro”, ou daqueles que habitam o lugar e dão dinamismo ao mundo vivido, como pensou Buttner (1985). Quiçá, essa tese possa chegar às mãos de quem promove ou exerce

alguma influência sobre as políticas públicas habitacionais. O nosso intento é reunir elementos que possam ajudar no avanço de temas de relevância social e ambiental, de forma integrada.

1 SOBRE O MÉTODO E ATITUDE FENOMENOLÓGICA

Como método de pesquisa, buscamos nos embasar nos fundamentos da Fenomenologia, em um esforço para encontrar nexos possíveis entre o conhecimento intelectual e os saberes advindos das experiências de vida. Buscamos na fenomenologia, enquanto método e atitude, apregoar uma perspectiva mais humanista para a Geografia, transcendendo as barreiras academicistas para quiçá atingir o campo das interações possíveis “[...] entre a mente e o ser, entre o intelectual e o moral, entre a verdade e a bondade, em nossos mundos vividos” (BUTTIMER, 1985, p. 193).

Quando vamos falar sobre fenomenologia a primeira pergunta com a qual nos deparamos é: o que é fenomenologia? E ainda: o que é a fenomenologia husserliana? Mal se inicia a pesquisa e nos vemos diante de uma barreira quase que intransponível. Vários autores da filosofia tratam deste tema e quanto mais avançamos na direção de compreendê-lo mais extenso e escuro se torna o túnel e mais distante a luz. Em partes esta dificuldade se atribui à, no nosso entendimento, pouca familiaridade com os conceitos próprios desta área do conhecimento. A própria Buttimer (1985, p. 169) afirmou: “Não é fácil definir a fenomenologia. A variedade de descrições reflete as diferenças fundamentais entre os próprios fenomenologistas e a fluidez de seus limites com outros campos”.

Notamos o terreno árido que a Filosofia enfrentou e enfrenta em transformar o pensamento em linguagem e, por conseguinte se comunicar. Vigotski (2001) cita parte de um poema, de Óssip Mandelstam: “Esqueci a palavra que pretendia dizer, e meu pensamento, privado de sua substância, volta ao reino das sombras” (VIGOTSKI, 2001, p. 395). Assim é o campo de trabalho da Filosofia e às outras ciências que procuram estabelecer suas bases, a partir dela cabe o esforço de “entrar” na cabeça do filósofo no intuito de compreendê-lo. Como consequência, quando nos aprofundamos e não recuamos as luzes vão surgindo permitindo sua compreensão.

De acordo com Bello (2006) a grande dificuldade que existe em quem se dispõe a estudar a fenomenologia husserliana, que ela classifica de essencialista, está no fato de que Husserl nunca chegou a escrever uma obra apresentando todo o seu percurso investigativo.

[...] a cada obra sublinha certo aspecto do percurso integral, num caminho analítico, partindo de um esquema geral. Passo a passo, ele vai chegando a uma consciência completa das diversas vivências, e continuamente se pergunta: “qual é o significado do ato que estou operando?” E ao mesmo tempo: “qual é a formação que permite tais atos?” Seus livros são resultado de compilações de esboços de aulas ou de suas anotações pessoais. Muito de sua vasta obra, até hoje, não chegou à publicação. Como sua análise é muito detalhada, atentando com rigor para cada aspecto, ele nunca chegou a formular uma síntese geral e isso dificulta conhecer o pensamento husserliano (BELLO, 2006, p.13).

Segundo Sokolowski (2004) foram seis livros publicados pelo autor ainda em vida, além de milhares – sim, não é hipérbole – de páginas de manuscritos entre lições de curso, esboços e meditações filosóficas, comentários, rascunhos que estão ainda por publicar. Conta-se até o ano de 2004, 29 títulos publicados postumamente e 40 volumes a serem publicados, de modo que, segundo Sokolowski (2004), Husserl filosofou por escrito.

Merleau-Ponty (1999) inicia sua obra *Fenomenologia da Percepção* com essa mesma pergunta, apontando o estranhamento que ainda perdura a respeito desta corrente filosófica, mesmo após décadas de sua elaboração por parte de Husserl. E conceitua: “A fenomenologia é o estudo das essências, e todos os problemas, segundo ela [a fenomenologia], resumem-se em definir essências: a essência da percepção, a essência da consciência, por exemplo” (MERLEAU-PONTY, 1999, p.1.).

Como se vê a fenomenologia husserliana é, até o momento, uma obra inacabada e inacessível em sua totalidade. O que Husserl perseguiu durante suas pesquisas e reflexões foi buscar entender como o conhecimento se dá. Para isto Husserl atuou em várias frentes, dentre elas, Silva (2022) destaca três principais: 1) na crítica ao psicologismo; 2) no objetivo de propor um método de rigor para a Filosofia; 3) na busca de um conceito, um termo que possa comunicar adequadamente seus pensamentos no intuito de se fazer entender por seus interlocutores.

O termo psicologismo segundo Abbagnano (2007) surgiu no século XIX e pode ser entendido como a reflexão do homem sobre si mesmo. A tendência do psicologismo é reduzir as complexidades humanas somente aos dados da consciência. Silva¹ (2022) define que o

¹ Paulo César Gondim da Silva, Bacharel e Mestre em Filosofia pela UFRN.

psicologismo pode, então ser definido como um processo reducionista dos fenômenos humanos aos seus aspectos psíquicos, ou ainda como o privilégio da explicação psicológica dos atos humanos em detrimento da explicação por uma qualquer outra ciência. Trata-se de um conceito que refere ser a Psicologia a ciência básica no meio de todas as ciências que estudam o Homem. (SILVA, 2022, p.3).

Quanto ao rigor, Silva (2022) aponta que tal postura decorre provavelmente da origem acadêmica do autor que se deu no campo da matemática e da lógica.

Husserl não via “com bons olhos” os métodos empregados, por exemplo, pela psicologia experimental. Isso porque essa ciência, como outras ciências experimentais, parte dos dados empíricos para daí desenvolver seus postulados. Para o filósofo alemão, a instabilidade dos dados da empiria não fornece o rigor necessários concernente à investigação filosófica. Assim, “enquanto a ciência positivista restringe seu campo de análise ao experimental, a fenomenologia abre-se a regiões veladas para esse método, buscando uma análise compreensiva e não explicativa dos fenômenos”. (LAPORTE; VOLPE, 2009, p. 52 *apud* SILVA (2022). Grifo do autor).

Além desta explicação apontada por Silva (2022) ressaltamos uma outra. Carlos Costa² (2015) aponta que, entre os séculos XVIII e XX, surgiram em torno de 61 escolas de pensamento filosófico. Citamos alguns dos principais pensadores: partimos do Iluminismo de Voltaire, Contratualismo de Hobbes e Rousseau, Racionalismo de Descartes e Hengel, Liberalismo de Adam Smith e David Ricardo. Ainda no século XVIII temos o Individualismo, Voluntarismo, Laicismo, Deísmo, Naturalismo, Holismo, Determinismo, Indeterminismo, Fatalismo, Mecanicismo.

Nas Filosofias Contemporâneas, nos séculos IX e XX, temos Romantismo, Kantianismo, Marxismo que se desdobrou em Materialismo Histórico e Dialético, Positivismo, Utilitarismo, Nihilismo com Nietzsche, Neopositivismo, Estruturalismo, Fenomenologia e Fenomenalismo, entre muitos outros. No período que Costa classifica como Filosofia da Pós-Modernidade, portanto, posterior a Husserl, temos Deleuze acompanhado de Jacques Derrida que se situam em duas escolas: o Pós-estruturalismo e Desconstrucionismo. Apontamos esta lista com o intuito de demonstrar que a Filosofia, enquanto tal, ao longo do tempo, foi sendo “esvaziada”, e estas correntes de pensamento se descolaram da Filosofia e se tornaram

² Disponível em: <https://cmcmcfilosofia.blogs.sapo.pt/2-escolas-e-correntes-de-pensamento-574>

independentes, se desdobrando em, por exemplo, Teoria Geral do Estado, Sociologia, Psicologia entre outros.

Se para os filósofos de formação essa profusão de pensamentos oferecia grandes desafios, para aqueles de outras áreas, como é o caso de Husserl que foi matemático de formação, o desafio foi maior. No nosso entendimento esta pluralidade de correntes filosóficas demonstra o desenvolvimento das consideradas Ciências do Espírito ou Humanas. A partir do Iluminismo, a filosofia, mas principalmente a partir do “penso logo existo”, de Descartes, não somente o Homem, mas também a sociedade e os modos de organização humana passaram a ser foco de reflexões e estudos da filosofia. Husserl, porém, não se furtou deste desafio. Santos (2010) em sua obra *Do Empirismo À Fenomenologia*³ aponta que Husserl parte do empirismo inglês para a composição da sua obra *Investigações Lógicas*, analisando criticamente o pensamento de Locke, Berkeley, Hume, Jonh Stuart Mill. Husserl, constrói seu pensamento a partir das teorias de outros que vieram antes dele. Husserl não somente propõe uma Filosofia de rigor, mas também usa o rigor como método de investigação.

No que se refere à busca de termos e conceitos retomamos a conclusão de Sokolowski (2004) quando afirma que Husserl filosofou por escrito. Merleau Ponty (1999) complementa dizendo que Husserl analisou a si mesmo. Esta quantidade de material escrito e ainda não publicado demonstra que Husserl perseguiu de maneira árdua representar através da linguagem palavras que pudessem de fato descrever seus pensamentos.

Como resultado deste esforço é próprio da Fenomenologia Husserliana o uso de algumas palavras que lhe são próprias como *intencionalidade*, *Lebenswelt*, *predicamento egocêntrico*, além do próprio termo fenomenologia, consideradas tradicionais nesta escola filosófica. A intencionalidade, termo que é nuclear e que se aproxima mais da fenomenologia, causa certo desconforto como aponta Sokolowski

O uso fenomenológico da palavra é um pouco desajeitado porque vai contra o uso comum [...]. Nós temos que fazer o ajuste e entender a palavra para significar principalmente intenções mentais ou cognitivas, não práticas. Na fenomenologia, “intenção” significa a relação de consciência que nós temos com um objeto (SOKOLOWSKI, 2004, p. 18).

³ Do Empirismo À Fenomenologia: a crítica do psicologismo nas Investigações lógicas de Husserl.

Zilles (2008), comentador da obra de E. Husserl *A Crise da Humanidade Européia*, tem esta mesma compreensão e aponta que a estrutura da consciência como intencionalidade é uma das grandes descobertas de Husserl. Segundo o mesmo autor quando se diz que a consciência é intencional significa que toda consciência é consciência de algo, é dirigida a algo e que consciência não é uma substância como “alma”, mas uma atividade constituída por atos como percepção, imaginação, volição, paixão.

Diante disto a pergunta que salta é: Mas por que isso se fez necessário? Segundo Sokolowski (2004) a filosofia dos últimos séculos tendeu a compreender a consciência e a experiência humana como uma caixa fechada onde ocorrem impressões e conceitos e que nossa consciência é direcionada a estas impressões e conceitos, ou seja, para o mundo de “dentro” sempre e nunca ao mundo de “fora”.

A consciência é tomada por ser como uma ilusão ou um gabinete fechado “[...] Nós tentamos alcançar o “fora” fazendo inferências: podemos raciocinar que nossas ideias devem ter sido causadas por algo fora de nós, e podemos construir hipóteses ou modelos do que e como as coisas devem ser, mas não temos nenhum contato direto com elas” (SOKOLOWISKI, 2004, p. 18, grifo nosso).

Isto constitui o que o autor chama de predicamento egocêntrico no sentido de que a única certeza que se tem é da existência e estados desta consciência. O predicamento egocêntrico nos remete a afirmação de Descartes, em sua dúvida metódica, *cogito, ergo sum* que, algumas vezes, é traduzido como “penso, logo sou ou ainda “eu sou, eu existo”.

A fenomenologia husserliana com seu conceito de intencionalidade vem romper com o predicamento egocêntrico e, segundo Sokolowski (2004, p. 21), “dá um xeque-mate na doutrina cartesiana”, mostrando que a mente é uma coisa pública que manifesta a si mesma fora dos seus próprios limites. E ainda descobre e descreve estruturas diferentes na intencionalidade que nos permite distinguir, por exemplo, uma pintura de uma fotografia, quando identificamos algo como uma palavra, quando recordamos algo, plantas e animal, animal humano e não-humano, objetos imaginados em vez de percebidos. Sokolowski (2004) nos conduz a um encantamento quando afirma que

Em contraste como a prisão espasmódica do cartesianismo, do hobbesianismo e da filosofia do conhecimento lockiana, a fenomenologia liberta. Ela nos leva para fora e restaura o mundo que estava perdido pelas filosofias que nos aprisionavam dentro do nosso

predicamento egocêntrico. A fenomenologia reconhece a realidade e a verdade dos fenômenos, as coisas que aparecem. (SOKOLOWSKI, 2004, p. 22-23).

Zilles (2008) coloca que a tarefa da fenomenologia consiste em estudar as significações das vivências da consciência. A atitude fenomenológica nos convida a contemplar o mundo a partir da experiência tal qual se apresenta à consciência. Significa vê-lo pura e exclusivamente de modo como adquire sentido e validade de existência em nossa vida de consciência. A ciência do mundo da vida tem por objeto o estudo da vida que, para Husserl, tem dois movimentos: o transcendental (interior) e o transcendente (exterior). Esta linha é também adotada por Merleau-Ponty (1999),

[...] fenomenologia é também uma filosofia que repõe as essências na existência, e não pensa que se possa compreender o homem e o mundo de outra maneira senão a partir de sua “facticidade”. É uma filosofia transcendental que coloca em suspenso, para compreendê-las, as afirmações da atitude natural, mas é também uma filosofia para a qual o mundo já está sempre “ali”, antes da reflexão, como uma presença inalienável [...] É a ambição de uma filosofia que seja uma “ciência exata”, mas também um relato do espaço, do tempo, do mundo “vividos”. [...]. É a tentativa de uma descrição direta de nossa experiência tal como ela é, e sem nenhuma deferência à sua gênese psicológica e às explicações causais que o cientista, o historiador ou o sociólogo dela possam fornecer [...]. MERLEAU-PONTY, (1999) p. 1, grifo do autor)

A fenomenologia como relatos do espaço, do tempo nos remete à obra clássica de Heidegger *Sein und Zeit* - Ser e tempo - e mundo vividos, que Merleau-Ponty mantém na grafia original, a *natürlichen Weltbegriff* - expressão ou termo significando mundo natural numa tradução livre – apresentada inicialmente por Husserl que, posteriormente, passou a usar o termo *Lebenswelt* – Ambiente da Vida ou ainda Mundo da Vida.

O *Lebenswelt*, traduzido como “mundo-da-vida” está no âmbito de nossas originárias “formações de sentido”, do qual nascem as ciências. A fenomenologia intenta tirar o subjetivismo do anonimato no qual o objetivismo o colocou e justifica dizendo que sem dúvidas o homem/mulher pertence ao universo dos fatos objetivos, mas enquanto pessoas – aqui no sentido de dimensões humanas que, segundo Bello (2016), se constituem de corpo, psique e espírito – enquanto *eu* os homens/mulheres têm fins e perseguem metas. Husserl vincula o *Eu* e o *Lebenswelt* na correlação consciência-mundo. Segundo Husserl (2008), é preciso recolocar a subjetividade transcendental (interior) no centro da reflexão para recuperar o mundo da vida, das

experiências pré-científicas originárias, ou da *atitude natural* descrita como a atitude em que estamos originalmente e sobre as quais historicamente são constituídas as próprias ciências.

E é a partir desse mundo original no qual estamos mergulhados e inseridos, que já estava aí antes de nós, de onde se deve partir e nos conduzir à atitude fenomenológica. Estamos nesta atitude fenomenológica quando colocamos foco, quando refletimos e analisamos todas as intencionalidades que nos cercam voltando-nos para as coisas mesmas.

Nas obras dos autores citados há presente a ideia de sentidos e significados. Zilles (2008) fala de sentido, Belo (2016) de significados. Também Tuan (1983, p.6) para falar de espaço e lugar usa o termo 'significado': "De que maneira as pessoas atribuem significados e organizam os espaços e o lugar". Ver e pensar claramente são potências do eu, porém, vão além do eu, assim como também os outros sentidos da percepção como olfato, tato, audição, paladar. Estes sentidos estão em nós como potência, mas só os percebemos quando são acionados pelo ambiente ao nosso redor.

[...] o sentimento é sem dúvida intencional: é um sentimento por alguma coisa: mas é uma estranha intencionalidade pois por um lado indica qualidade sentidas quanto às coisas, quanto às pessoas, quanto ao mundo e por outro manifesta e revela a maneira pela qual o eu é afetado intimamente. A experiência implica a capacidade de aprender a partir da própria vivência. A experiência é constituída de sentimentos e pensamentos. (TUAN, 1983, p. 9-11).

Zilles (2008) salienta que a crise civilizatória, entendida e vivida por Husserl no início do século XX está diretamente ligada à crise enfrentada pelas ciências europeias em razão de que tal crise não está ligada aos fundamentos teóricos, mas sim no fracasso das ciências em compreender o homem. Em dado momento essa ciência se convenceu de que "a verdade do mundo apenas se encontra no que é enunciável no sistema de preposições da ciência objetiva" (ZILLES, 2008, p. 30). E que o objetivismo põe de lado, desconsidera as questões decisivas - poder de decisão propriamente dito, volição – que permitiria compreender uma autêntica humanidade. Husserl descobre que o erro do objetivismo começa onde a razão moderna esquece o mundo ordinário e cotidiano dos homens.

Na obra *Crises da Humanidade Europeia*, Husserl esclarece que o *Lebenswelt* ou o mundo da vida, não é uma soma de objetos, mas o mundo subjetivo do qual

emerge toda a atividade humana que a filosofia trata como mundo espiritual e que na contemporaneidade chamamos de Ciências Humanas ou Humanidades. E a pergunta que o filósofo coloca é: “Mas porque aqui as ciências do espírito, tão ricamente desenvolvidas, não prestam o serviço que as ciências da natureza cumprem excelentemente em sua esfera?” (HUSSERL, 1987, p. 44). Segundo Husserl o problema está no fato de as Ciências do Espírito não terem se preocupado em desenvolver sua própria metodologia científica e ainda em algumas circunstâncias, adotado metodologias científicas que são próprias das ditas Ciências Naturais a saber a Física, Química e Biologia.

Tais metodologias, segundo Husserl (2008) fracassam porque os fenômenos científico-espirituais não oferecem uma explicação exata, ou próximo disso como acontece com o estudo da Natureza, devido às complicações da necessária investigação psico-física e social, tanto no que se refere ao homem individual e mais ainda com respeito às grandes comunidades históricas. “Só a natureza pode ser tratada como mundo fechado em si, só as ciências da natureza podem abstrair de todo o espiritual e investigar a natureza puramente como natureza” (HUSSERL, 2008, p. 45).

Esta reflexão de Husserl foi apresentada no início do século XX, período que ainda estava sob a égide do Positivismo e diante de uma sociedade entusiasmada pelos avanços apresentados pelas ciências naturais. Na contemporaneidade nem mesmo tal precisão se sustenta no sentido de mundo fechado porque o *ceteris paribus* é uma abstração, uma ilusão tendo em vista que nada é constante e tudo está em permanente mutação ou transformação.

Isto posto Husserl propõe, não somente um método, mas também uma postura, uma atitude, para se chegar à essência de dado fenômeno investigado. Para isto é necessário, de maneira apriorística, atentar não somente em direção ao foco do fenômeno ou objeto a ser investigado. Mas há também o necessário cuidado em relação àquele que está investigando o fenômeno. Ou seja, sujeito e objeto têm de ser considerado a todo o momento.

A descrição do método em si não é difícil de entender. O problema se apresenta em seu desenvolvimento e em sua aplicação. O ponto inicial, básico, diz respeito à *dóxa* que podemos traduzir por crença. Esta crença é direcionada ao fato de que aceitamos as coisas no mundo, aceitamos a existência de, por exemplo, outras

peças, árvores, animais entre outros que nos é trazida pelas experiências perceptivas.

Vemos as coisas mesmas, o mundo é aquilo que vemos – fórmulas desse gênero exprimem uma fé comum ao homem natural e ao filósofo desde que abre os olhos, remetem para uma camada profunda de “opiniões” mudas, implícitas em nossa vida. Mas essa fé tem isto de estranho: se procurarmos articulá-la numa tese ou num enunciado, se perguntamos o que é este nós, o que é este ver e o que é esta coisa ou este mundo, penetramos num labirinto de dificuldades e contradições (MERLEAU-PONTY, 2014, p. 9. Grifo do autor).

Sokolowski (2004) complementa:

Nossa crença é correlata ao ser das coisas, o qual primeiro e antes de tudo é aceito enquanto tal. Com o passar do tempo e à medida que nos tornamos mais velhos e mais inteligentes, introduzimos modalidades dentro de nossa crença; depois de descobrir que fomos enganados em algumas instâncias, gradualmente introduzimos as dimensões e ilusão, erro, decepção ou “mera” aparência. Gradualmente descobrimos que as coisas não são sempre como elas aparecem; uma distinção entre ser e parecer entra em jogo. [...]. Contudo, esta crença, como fundamental, é agora contrastada com um conjunto total de alternativas possíveis: suspeição, dúvida, rejeição, probabilidade, possibilidade, negação, refutação, todas as modalidades dóxicas possíveis que nossa intencionalidade pode assumir. (SOKOLOWSKI, 2004, p. 54. Grifo do autor).

A fenomenologia não busca provas, o realismo no sentido de provar categoricamente, indubitavelmente se tal fenômeno existe ou não. Esse esforço, segundo Levinás (1991), é impossível de êxito para todos os fenômenos. Basta retornar à afirmação de Descartes do “penso logo existo”. Como *eu* posso provar que existo? Quando o *eu* afirma que existe, porque pensa, cai numa espécie de solipsismo, é o *eu* falando de *si* mesmo. Em algum momento, dependendo do fenômeno observado somos levados à *dóxa*, restando somente esta crença, esta fé. Sendo assim, partindo da aceitação da verdade, da realidade dos fenômenos vivenciados, conseqüentemente, resta somente expô-los. Esta vivência e experiência nos vêm através dos sentidos da percepção como visão, tato, olfato, paladar. Conforme Buttimer (1985, p. 192) “Isto deveria evocar uma sensibilidade à natureza, som, cheiro, e tato, tão embotados pelo nosso meio físico tecnologicamente recoberto [...]”. O que nos leva a outra afirmação de Husserl quando diz que o *eu* é uma mônada com janelas.

Porém é importante ressaltar e considerar que nossos sentidos podem nos enganar ou nos confundir. Sokolowski (2004) relata uma experiência vivida por ele

quando ao chegar em sua residência, numa noite de inverno “viu” cacos de vidro diante da garagem. Na manhã seguinte constatou não se tratar de vidro, mas de gelo. No entanto, o mais importante para a fenomenologia é o fato de que tanto o fenômeno vidro, quanto o fenômeno gelo existem.

Nossos sentidos podem nos enganar. Esta afirmação só é possível porque deriva da vivência e da experiência. É através da experiência e vivência advindos dos erros e acertos que o conhecimento vai se formando. Se Sokolowski tivesse feito uso de outros sentidos da percepção, como o tato em conjunto com outras modalidades como a dúvida, e partindo do fato de já ter experienciado o fenômeno vidro e gelo, ele não teria se enganado. Isto nos leva a outro termo apontado por Husserl que é a *epoché*.

A *epoché* é um termo retirado do ceticismo grego e na fenomenologia diz respeito à atitude necessária àquele que observa o fenômeno. Seria a *suspensão do juízo* ou *por entre colchetes*. Na prática significa colocar em suspensão todos os possíveis conhecimentos prévios ou conceitos apriorísticos que se tenha sobre o fenômeno observado. É a postura que deve ser tomada pelo sujeito em relação ao objeto como se estivesse vendo o fenômeno, mesmo o mais familiar e já experienciado, pela primeira vez. É através da *epoché* que aquele que investiga e observa passa da atitude natural para a atitude fenomenológica. A atitude fenomenológica é conhecida também como *redução fenomenológica* e dentro desta redução estão presentes esta postura da *dóxa* e *epoché*. A redução como o primeiro passo que se impõe àquele que observa é condição *sine qua non*, confirmada tanto por Sololowski (2004) como também presente, segundo Tourinho (2017), nas obras de Merleau Ponty e Lyotard.

Como já colocado, estas duas posturas – *doxa* e *epoché* – contidas e impostas na redução fenomenológica são posturas *sine qua non* e precisam estar juntas. Mas por que isto se faz necessário? Porque aquele que investiga é um ser humano e que como tal pode se enganar como vimos no caso do vidro e do gelo. Mas também nossas impressões e sentimentos podem se alterar ou variar de acordo com o momento. Isto talvez explique a razão do porque as pesquisas voltadas ao estudo do Ser humano se apresentarem tão multifacetadas sugerindo como razão, causa, a constatação já colocada por Husserl de o Homem como um ser psico-físico e também social. Tal condição se agrava dentro das Ciências Humanas porque tanto o sujeito quanto o objeto são seres humanos, é o Homem/mulher investigando o

Homem/mulher. O Homem/Mulher é dotado de sentimentos, sensações e ideais mutáveis ao longo do tempo, influenciado tanto pelo meio físico quanto social, como nos expõe algumas conclusões das seis que Tuan (1974) apresenta em Topofilia.

- [...]. 1. Uma pessoa é um organismo biológico, um ser social e um indivíduo único; percepção, atitude e valor refletem os três níveis do ser [...]. [...]
2. A percepção e os julgamentos do meio ambiente das pessoas nativas e dos visitantes mostram pouca coincidência porque suas experiências e propósitos pouco têm em comum. [...]
3. A topofilia assume muitas formas e varia muito em amplitude emocional e intensidade. [...].
4. As atitudes, para com todos os três tipos de meio ambiente (urbano, rural e selvagem) têm sido desde o início ambivalentes.
5. [...] Os significados tradicionais de "core" e "periferia", "centro" e "borda" estão invertidos. (TUAN, 1974, p. 284-288. Grifo nosso)

E ainda “A construção do mundo ideal é uma questão de remover os defeitos do mundo real’ (TUAN, 1974, p. 286), remetendo a uma natureza idealizada como consta num dito popular: ‘em terra de poeta [não tem] pernilongo’. Para finalizar: “As visões do mundo dos analfabetos e das sociedades tradicionais diferem significativamente daquelas dos homens modernos que vivem sob a influência, mesmo indireta, da ciência e da tecnologia” (TUAN, 1974, p. 287). Esta última afirmação se aproxima de Arendt (1991), quando diz que o Homem condiciona o ambiente para nele viver e depois passa a ser condicionado pelo mesmo ambiente que criou.

Até aqui apresentamos os pontos, considerados por nós, como os mais importantes do primeiro passo do método fenomenológico. Os passos seguintes são: descrição e interpretação, como apresentado por Buffon, Martins e Neve (2017). Zilles (2008) sintetiza o método fenomenológico como:

- a) [...] um *método* derivado de uma *atitude*, que presume ser absolutamente sem pressupostos, tendo como objetivo proporcionar ao conhecimento filosófico as bases sólidas de uma ciência de rigor, com evidências apodíticas;
- b) *analisa dados inerentes à consciências* e não especula sobre cosmovisões, isto é, funda-se na essência dos fenômenos e na subjetividade transcendental, pois, as essências só existem na consciência;
- c) é *descritivo*, conduzindo a resultados específicos e cumulativos, como no caso de investigações científicas, não faz inferências nem conduz a teorias metafísicas;

- d) como conhecimento fundado nas ciências é um saber absolutamente necessário, em oposição ao conhecimento fundado na experiência empírica dos fatos contingentes;
- e) conduz à certeza e, por conseguinte, é uma disciplina *a priori*;
- f) é uma atividade científica no melhor sentido da palavra, sem ser, ao mesmo tempo, esmagada pelas pressuposições da ciência e sofrer suas limitações. Busca a raiz de toda a atividade filosófica e científica. (ZILLES, 2008, p. 26-27).

Ponderamos que até aqui pudemos colocar alguns pontos importantes do método proposto por Husserl, porém, nestas páginas anteriores não estão contempladas a profundidade do pensamento husserliano. Almejamos, no entanto, trazer um resumo, até onde foi possível a nós entender o que seria o método de investigação científica proposto pelo autor.

Como colocado no início deste capítulo, conforme se avança na direção da compreensão da obra as luzes vão se apresentando. Porém, talvez em decorrência da dificuldade em relação a esta compreensão chegamos, em dado momento, ao ponto de concluir: mas o que ele está propondo não é óbvio? Será que compreendemos como deveríamos compreender? Será que conseguimos penetrar na “cabeça” de Husserl? Não é evidente que todo o pesquisador necessita ter contato direto como seu objeto de pesquisa?

Nós da Geografia sempre fazemos uso dos trabalhos de campo que permitem observar os espaços *in loco*. Então a proximidade como o fenômeno ou objeto de pesquisa não é estranho à Geografia. A Geografia é assim, mas e as outras áreas do conhecimento científico procedem assim também? Em meio a estas reflexões nos ocorreu a obra da Hanna Arendt (1973), Crises da República, em que a autora fala sobre a Guerra do Vietnã. Nesta obra, a filósofa faz uma crítica aos burocratas estadunidenses que conduziam a guerra há milhares de quilômetros de distância do conflito e ressalta que tais burocratas, chamados por ela de “resolvedores de problemas”, ignoraram na época não só a topografia do Vietnã, mas também toda a cultura de um povo fixado naquelas ilhas há mais de dois mil anos. É claro que a Geografia não serve somente para fazer a guerra, o que queremos vincar que é fundamental a visita, o olhar do pesquisador e a depender dos objetivos o contato direto como as pessoas que habitam os espaços.

Dentre os conceitos apresentados por Husserl o que mais consideramos libertador, é a aceitação pelo autor daquilo que ele chama de *atitude natural* que entendemos como um jeito de ser e estar aí no mundo, que remeteria, guardada as

devidas proporções, em certa medida, andar e existir no mundo de certa maneira irrefletida, simplesmente sendo. Falamos simplesmente sendo, porém, ser e estar no mundo não é nada simples, há muito enredamento envolvido. Basta observar os vários grupamentos humanos, divididos em variadas culturas para percebemos a complexidade que nossa existência apresenta.

No entanto, a partir de dado momento histórico, talvez de forma mais marcante no ocidente, esquecemos, ou progressivamente deixamos de lado, em segundo plano, ou até mesmo sufocada, toda essa bagagem de conhecimento e experiência que foram sendo carregadas ao longo dos séculos até o presente momento. É importante ressaltar que em nenhum momento desconsideramos assim, como estendemos, também à Husserl os avanços alcançados pela ciência moderna e contemporânea. Não se trata de romper com o presente e retornar ao passado, mas a proposta de Husserl consiste no avançar juntos, tanto as Ciências do Espírito, quanto as Ciências da Natureza. E o caminho imaginado por ele é considerarmos *sim* a atitude natural e a partir dela avançarmos para a *atitude fenomenológica*, onde colocamos nosso foco.

Em Buttimer (1985, p. 192-3) vemos o valor da experiência e o seu significado para as atividades de pesquisa, quando questiona: “A aquisição de uma apreensão intelectual dos problemas torna-nos mais sensíveis ao nosso mundo ou remove-nos dele? Podem nossos modelos de pesquisa e interação rotineira dentro da profissão promoverem uma sensibilidade mais intensa para os nossos próprios mundos vividos ou para os das outras pessoas?”

Os capítulos a seguir trazem, no nosso entendimento, os principais pontos por nós considerados importantes para entendermos os processos que levaram ao surgimento do que, na atualidade, é chamado de “ocupações irregulares”, o que nesta pesquisa se traduz como “mundos vividos”. Portanto, o percurso seria *o que* será investigado? Mundo Vivido em Ocupações Irregulares. *Onde?* Fundos de Vale em Londrina, considerados Áreas de Preservação Permanente (APP). Iremos abordar questões como legislação e direito de moradia, riscos e vulnerabilidades sociais, econômicas, jurídicas e ambientais. Para fechar o arco, apresentaremos as entrevistas como um exercício de perscrutar o vivido pela experiência de alguns moradores destas áreas.

2 AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM FUNDOS DE VALE EM LONDRINA, PARANÁ

O objetivo deste capítulo é identificar e espacializar as áreas de ocupação irregular em Londrina, em fundos de vale, a partir de dados estatísticos, histórico-geográficos e pesquisa de campo nesses agrupamentos urbanos. O recorte socioespacial irá focar parcelas da população da cidade de Londrina, município do estado do Paraná, que vivem em fundos de vale, mais especificamente naqueles onde ocorrem cursos d'água.

Uma das questões iniciais foi pensar a importância dos rios urbanos para a constituição de Londrina e mais especificamente do seu significado para as pessoas que habitam os fundos de vale. Com um simples trajeto pela cidade, o transeunte há de perceber a presença marcante de espigões, divisores de água que dão forma a topografia londrinense, que marcam aspectos importantes da história da cidade, que foi crescendo e mantendo relações com os rios. São muitos rios, córregos, ribeirões, cachoeiras...lagos construídos e tidos como cartão postal da cidade!

É relevante pensar na forma como as pessoas percebem o rio, como transeuntes na cidade. Mas, como as pessoas experienciam o rio pela proximidade de suas moradias? Como pesquisadora, andando pela cidade, vejo o rio em toda a sua beleza. Ao percorrer os fundos de vale me causa admiração por esse elemento que permite a manutenção da vida em suas diversas formas

A água é um elemento da natureza que sustenta a vida e tem muitos significados, por isso pode nos fazer refletir sobre seus aspectos materiais e imaginários. Ela exerce um fascínio em nós, a quem pode seduzir com seus significados e sua beleza, encantando nosso imaginário. Especialmente para um poeta, a água alimenta o corpo, a alma e o seu imaginário, produzindo imagens da natureza. (CHIAPETTI; CHIAPETTI, 2011, p.67)

É assim, a imagem que nos vem à mente, quando caminhamos por Londrina e pelos seus vales, projetada sobre uma colina que garante uma bela drenagem para seus córregos e ribeirões, os quais sobre a topografia privilegiada vão cortando os terrenos íngremes e dando origem a cenas com suas paisagens, seus lugares e territórios. Nesse capítulo, convido a conhecer um pouco mais o espaço em seus

aspectos físico-geográficos, indispensáveis para a manutenção da vida e da experiência humana sobre a Terra.

2.1 Os FUNDOS DE VALE DE LONDRINA, PARANÁ

O conceito de Fundos de Vale está ligado à geomorfologia e que, segundo Cardoso (2009), são áreas de deposição de sedimentos resultantes da erosão provocada pelo processo hidrológico e podem apresentar duas configurações: os encaixados e os de várzeas. As várzeas se formam em áreas de baixa declividade e áreas mais planas fazendo com que o escoamento da água seja mais lento estando sujeitas a atuação pluviométrica formando assim as chamadas áreas úmidas como, por exemplo, pântanos e charcos.

Já os encaixados estão relacionados aos relevos mais acidentados. Trazemos como exemplo na Figura 1 onde está demonstrado corte diagonal entre duas latitudes do perfil hipsométrico do Ribeirão Lindóia e seu tributário Ribeirão Quati localizados na região Norte de Londrina. A ação das chuvas sobre o relevo resulta na formação de um sistema de drenagem de água pluvial fazendo, então, surgir canais que permitem a formação de rios ou córregos.

Figura 1: Perfil hipsométrico corte diagonal entre coordenadas S23°15'18" e S23°17'36"

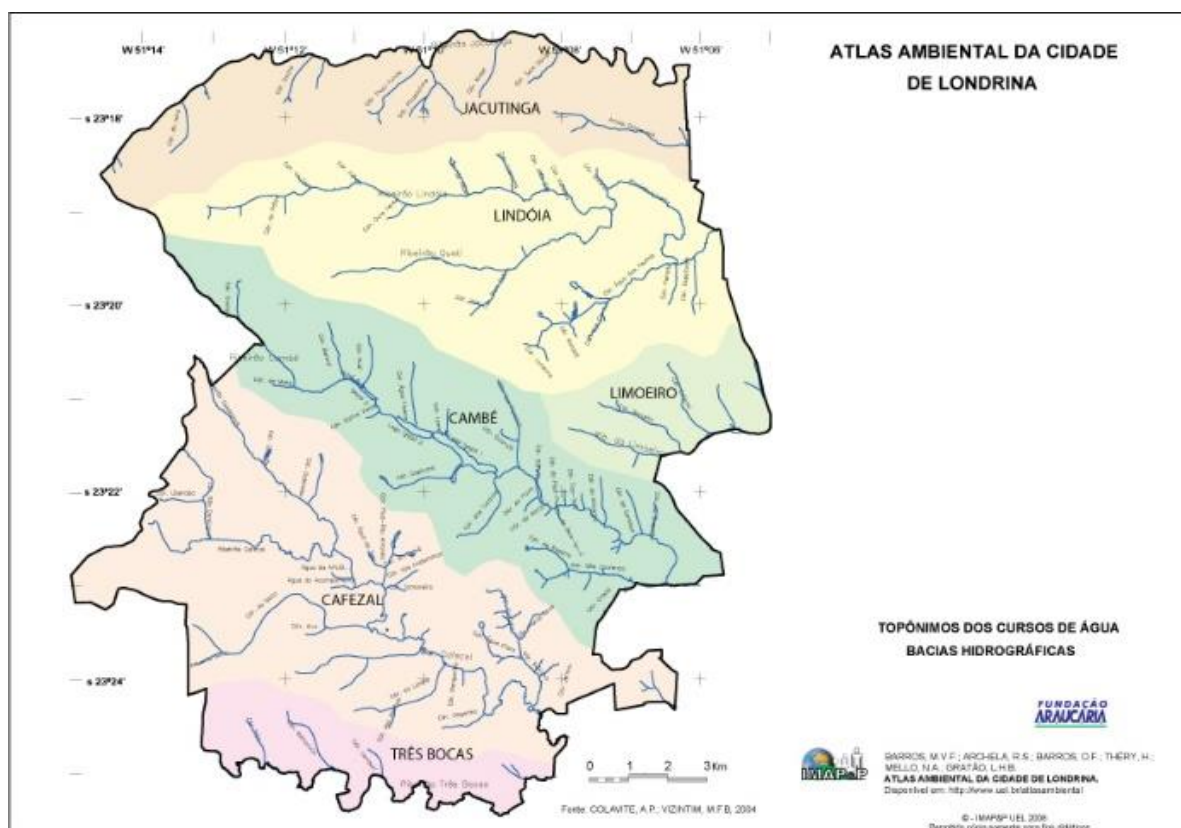


Fonte: FRANCO (Google Earth-Pro, 2022).

A área urbana de Londrina possui cinco bacias hidrográficas. Tendo como base a figura 2 partindo da região Norte do município em direção à região Sul temos as bacias do rio Jacutinga, Lindóia, Limoeiro, Cambé e Cafezal. Essas cinco bacias são as que estão presentes dentro do recorte espacial denominado de área urbana e o rio Cafezal estabelece o limite entre a área urbana e rural, estando sua vertente

norte dentro da área urbana e a vertente ao sul dentro da área rural e mais ainda mais ao sul, como consta na mesma figura 2, se situa a bacia hidrográfica do rio Três Bocas que está toda dentro da área rural do município.

Figura 2: Principais bacias de drenagem pluviométricas distribuídas na zona urbana do município de Londrina

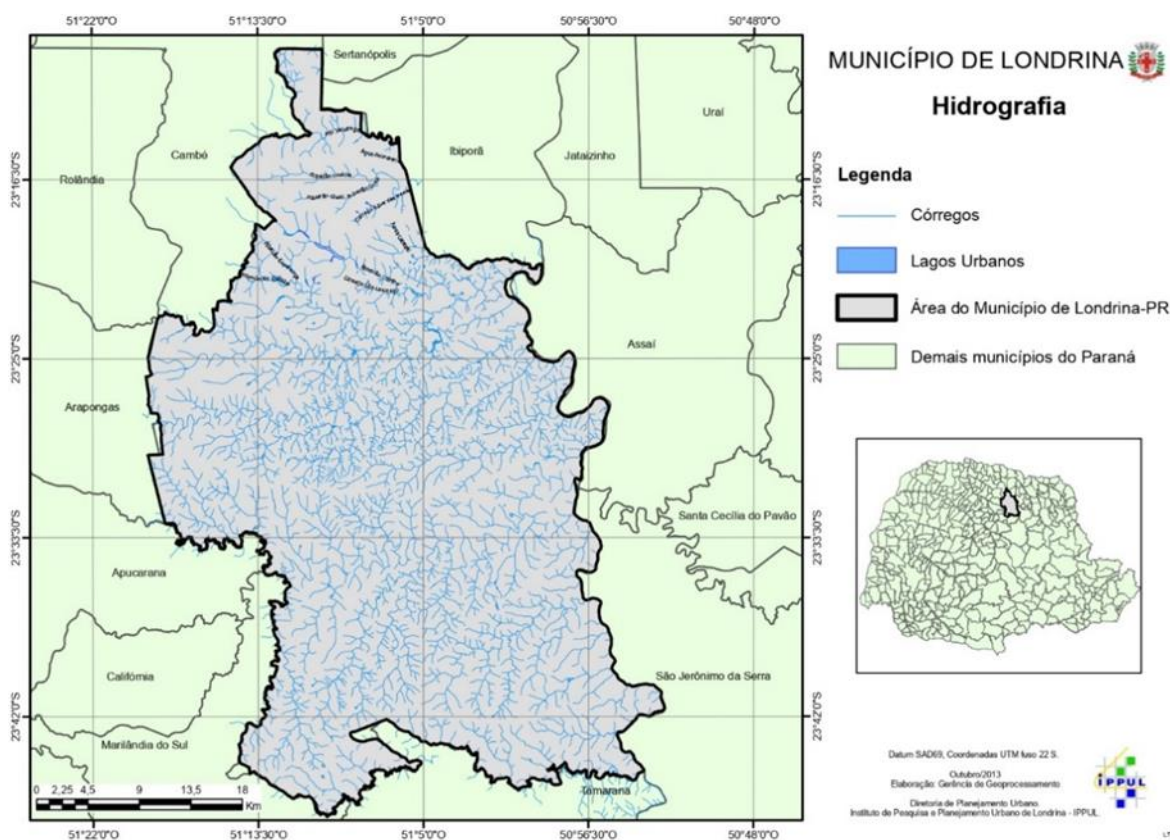


Fonte: BARROS et al (2009).

Desnecessário salientar a importância dos rios para o desenvolvimento das áreas urbanas. No caso esses rios urbanos foram e ainda são usados para abastecer o município como é o caso do ribeirão Cambé. Com o aumento da população o município passou a captar também as águas do rio Tibagi. Atualmente o município é abastecido pelas águas superficiais do rio Cambé e Tibagi e também pelos mananciais subterrâneos dos Aquíferos Serra Geral e Guarani (FRANCO, 2014).

Ao analisarmos a área total do município na figura 3 notamos que os cursos d'água apresentam padrões classificados como de drenagem dendrítica. O termo dendrítico vem do grego que *dendron* (galho), isto porque uma bacia hidrográfica com muitos afluentes, assume um traçado que lembra galhos e ramos de uma árvore.

Figura 3: Hidrografia do município de Londrina



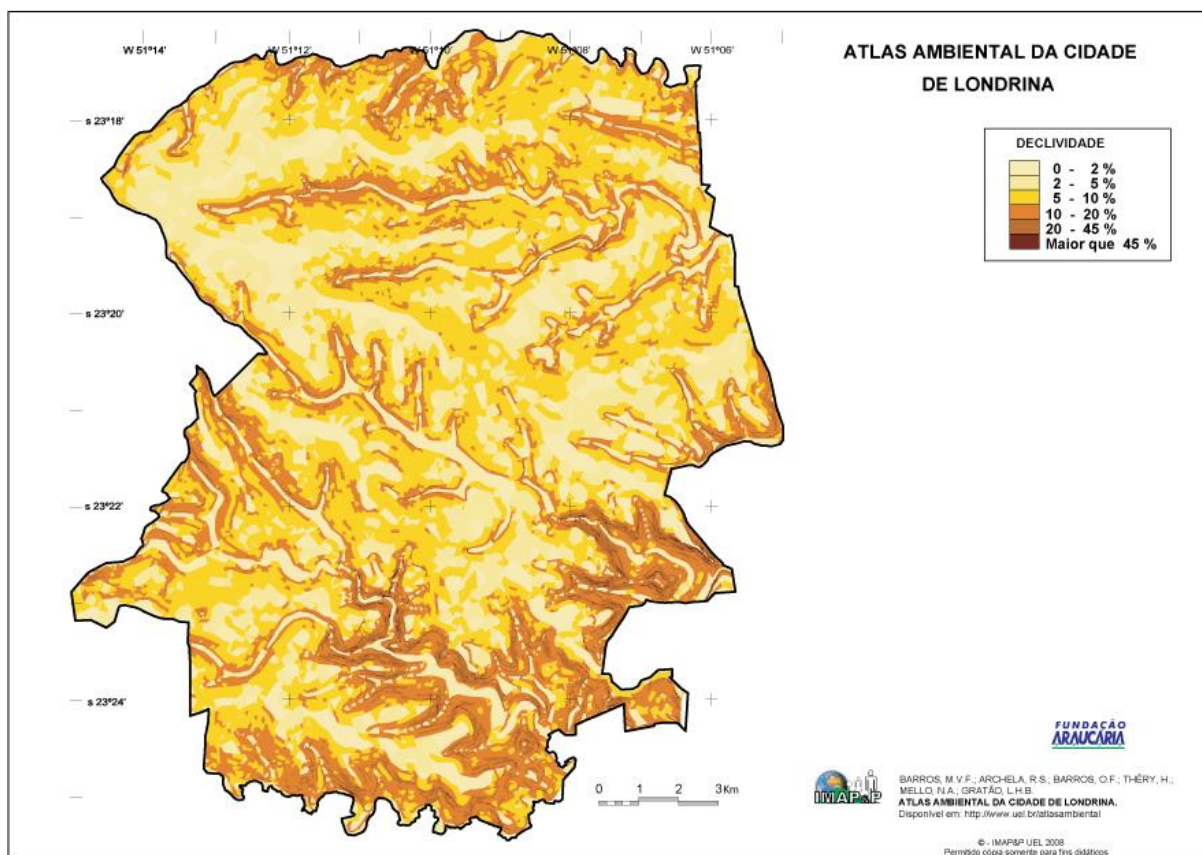
Fonte: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina (IPPUL, 2023).

Independentemente da sua morfologia ambas as formações, várzeas e fundos de vale, são objeto de proteção da Legislação Ambiental e estão classificadas como Áreas de Preservação Permanente (APP). Milaré (2007) aponta que o Código Florestal (CF) de 1965, foi o primeiro a trazer essa inovação ao criar a classificação de APPs com base nas suas funções ambientais e que por causa dessas funções não poderiam ser suprimidas. O mesmo Código estabelece as funções ecológicas e ambientais que ainda estão em vigor, quais sejam: “preservação de recursos hídricos; da paisagem; da estabilidade geológica; biodiversidade; fluxo gênico da fauna e flora, proteção do solo e por fim assegurar o bem-estar das populações humanas” (MILARÉ, 2007, p. 691).

Como é possível deduzir já na época do Código Florestal de 1965 havia uma visão sistêmica interligando funções ecológicas relativas aos ecossistemas e as funções ambientais que concernem às inter-relações presentes em um dado meio. Um ponto importante que deve ser ressaltado é que áreas de APP são consideradas como tal, mesmo não havendo presença de cursos superficiais de água, bastando

para isto suas encostas ou parte delas apresentarem declividade igual ou superior a 45° . Esta condição também está presente no relevo do município de Londrina, como podemos observar na figura 4.

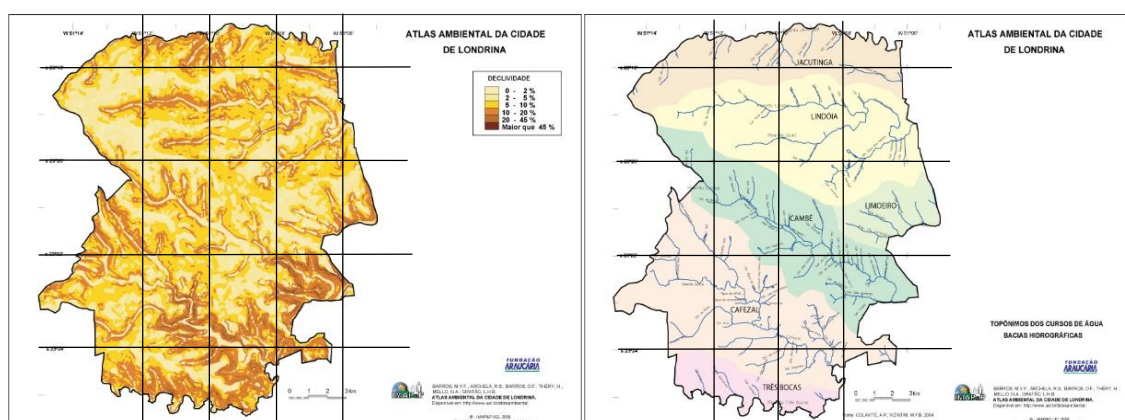
Figura 4: Relevo da zona urbana de Londrina



Fonte: BARROS *et al* (2009)

As regiões da área urbana do município que apresentam maior declividade são as áreas mais a sudeste com pontos de declividade acima de 45% que compõem a bacia do ribeirão Cafezal. A área total desta bacia é de 67 km², como é informado no Atlas Ambiental de Londrina, e que até então não havia sido totalmente mapeada. Na figura 5 estão dispostas como forma de comparação as figuras onde estão demonstradas a declividade e hidrografia de modo a auxiliar a comparação de modo a facilitar a observação da relação direta entre a morfologia do relevo e a rede de drenagem. As bacias hidrográficas são formadas por curso de água que se formam nas partes mais elevadas do relevo e escoam para as partes mais baixas formando os principais rios que cortam a área urbana.

Figura 5: Comparativo entre a rede de drenagem fluvial e o relevo da área urbana de Londrina



Fonte: BARROS *et al* (2009)

Devido às características físicas do relevo do município, podemos concluir a importância da criação de uma Legislação Ambiental cujo intento visava e visa a proteção e a conservação da vegetação ciliar nas margens dos rios, estendendo, ainda, esta proteção para as encostas de morros com declividade igual ou superior a 45% com presença ou não de vegetação. Porém, como veremos, a criação dos Códigos Florestais não foram suficientes para conter os avanços predatórios que os vários segmentos econômicos da sociedade impuseram ao meio ambiente.

O Código Florestal de 1934 estabelecia um limite de desmatamento de até $\frac{3}{4}$ da área total de uma propriedade, ou seja permitia a supressão de até 75% da área de floresta, tendo este percentual sendo reduzido a 20% no Código Florestal de 1965. O Código Florestal de 2012 traz algumas modificações entre elas a demarcação do que seria a Amazônia Legal e ainda o que o mesmo Código entende como Reserva Legal, Utilidade Pública e Interesse Social. Segundo o mesmo CF 2012 Amazônia Legal compreende os Estados do Acre, Pará, Amazonas, Roraima, Rondônia, Amapá, Mato Grosso e partes dos Estados do Tocantins, Goiás e Maranhão. Os imóveis rurais desses Estados devem manter 80% das florestas nativas se a propriedade estiver dentro da área de floresta, 35% se a propriedade estiver localizada em área de cerrado. Campos Gerais e as demais propriedades rurais que estiverem localizadas em outros Estados ou regiões do país seguem os 20% como constava no CF 1965. Importante salientar que esses percentuais delimitam o que o CF 2012 nomeia como

Reserva Legal e não incluem as APPs que seguem independentes e com regulamentação própria. Ou seja, é preciso respeitar os limites da Reserva Legal para cada situação *mais* as APPs que determinam uma margem mínima de 30 metros quando na propriedade houver a presença de cursos d'água.

No que se refere aos incisos Utilidade Pública e Interesse Social passou por uma consulta junto ao STF a partir de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade cujo acórdão estabeleceu que é da competência dos municípios estabelecer a área de APP através de legislação própria, não sendo obrigados a seguir o que diz o CF 2012 que, como já dito anteriormente, fixava uma margem mínima de 30 metros das margens dos rios independentemente de se situavam em áreas rurais ou urbanas, desde que seguidas as disposições elencadas na Lei 13.465/2017 comumente chamada de REURB (Regularização Fundiária Urbana).

Podemos concluir que os CF atuaram para conter essa sanha predatória sobre o meio ambiente que, podemos dizer, literalmente, dizimaram por exemplo, a Mata Atlântica. Ancorados por um pensamento desenvolvimentista mais direcionado para a produção de bens e serviços, estes viam as florestas mais como um empecilho ao desenvolvimento econômico a um bem público como manifesta o Art. 1º do Código, de 1965. Sem contar que possibilitaram o desenvolvimento do Pensamento Ambiental Brasileiro através, por exemplo, da promulgação da Lei 9.795, em 1999, que faz emergir uma Política Nacional de Educação Ambiental.

Todos esses movimentos culminaram nas grandes discussões quando da promulgação do novo Código Florestal, de 2012, com vários movimentos entre ambientalistas como a campanha “Veta Dilma” e “Floresta faz diferença”, que ganharam grande repercussão via redes sociais. Porém, os embates e discussões da promulgação do referido Código se deram majoritariamente entre ambientalistas e empresários do agronegócio, ou melhor, entre ambientalistas e os produtores rurais. Mas e os ambientalistas e a áreas urbanas? O meio ambiente urbano só é lembrado quando ocorrem tragédias, como a mais recente ocorrida no litoral norte do estado de São Paulo e outras, anteriormente, em Caraguatatuba, em 1967, e Angra dos Reis, em 2002 e 2010 e mais recentemente a tragédia na cidade de São Sebastião no litoral Norte de São Paulo. Esse embate tem uma circunscrição local, municipal, é mais silencioso e se dá entre o poder municipal e os agentes imobiliários.

A criação das áreas de APP, como já dito, foi trazida pelo Código Florestal de 1965 e a partir dele, com o desenvolvimento do conhecimento ambiental, foi sendo

percebida sua importância e necessidade, principalmente, no que diz respeito à uma relação intrínseca e simbiótica entre preservação da cobertura vegetal, nascentes e rios. O Código Florestal Brasileiro trata do uso e ocupação do solo e não faz distinção entre área rural e área urbana. Isso é alvo de críticas entre alguns analistas ligados ao Direito Ambiental, como é o caso de Milaré (2007) e Fonseca (2012), pois alegam que o ambiente urbano tem uma dinâmica diferente em relação ao rural. Mas tal diferença está no tipo de impacto ambiental próprio de cada zona.

Zanoni (2004) cita alguns impactos que ocorreram na zona rural como produções agrícolas intensivas que geraram processo de desertificação, poluição das águas subterrâneas e superficiais produzidas por exemplo, pelos dejetos da suinocultura intensiva, destruição de ecossistemas de zonas úmidas adaptadas à pecuária entre outros. Quanto aos impactos ambientais gerados nas zonas urbanas há muitas pesquisas nessa linha, como a de Moura (2019) e Silvia e Travassos (2008) que identificam que os principais impactos causados aos rios são em decorrência da grande geração de lixo urbano, despejo de dejetos nos rios por ausência de saneamento básico e impermeabilização do solo. Em termos de impacto ambiental urbano esses problemas são reconhecidos como os principais.

Mas uma leitura mais atenta aos estudos do ambiente urbano não falam exclusiva e especificamente de *impactos*, mas, na maioria das vezes, dos *problemas* ambientais como poluição atmosférica, poluição sonora, ausência de áreas verdes, escorregamento de massa de encostas, enchentes, ilhas de calor. Há no nosso entendimento uma mudança de conceito, por isso grafamos os termos impacto e problemas, porque na área urbana estão imediatamente ligados e não são somente uma questão de semântica como pode parecer a princípio.

É claro que as ações de impacto antrópicas estão presentes no ambiente urbano, porém neste espaço, já houve uma transição de impacto para problemas ambientais, portanto, estão em outro estágio, em um segundo nível. Isto porque na formação das áreas urbanas o impacto ambiental *já* aconteceu. Toda a área urbana no território brasileiro se instalou e desenvolveu sobre um solo que antes era de floresta e vegetação que compunham o ecossistema brasileiro de fauna e flora.

Nós olhamos para as paisagens urbanas e não atentamos que antes essas terras abrigavam áreas vegetadas, sendo *habitat* para as mais diversas espécies. E os problemas atuais enfrentados pelas cidades estão diretamente relacionados à uma desorganização espacial advinda de um desenvolvimento urbano sem planejamento

e sem considerar as especificidades, tanto climáticas, quanto morfológicas, locais e regionais.

Apesar de todas essas diferenças no que se refere às APPs, estas estão presentes nos dois ambientes, rural e urbano, porque tanto um ambiente, quanto outro, comportam rios e fundos de vale. Os impactos nos rios urbanos podem ser atenuados ou até sanados por obras de saneamento, coleta de lixo doméstico, e também por coleta seletiva de resíduos sólidos recicláveis. Há um fato que não estava previsto quando essas áreas de APPs foram delimitadas, é que estas se tornariam espaços não somente destinados à preservação de fauna e flora e proteção de nascentes, córregos e rios, mas, sobretudo, serviriam também para a ocupação humana provisória que, em muitos casos, se converteram em habitação permanente.

Dessa forma, os ‘fundos de vale’ vão exercendo o seu protagonismo ao ‘acolher’ uma parcela da população possibilitando o seu habitar, que apesar do caráter de provisoriedade pela ilegalidade da ocupação, vai se tornando cada vez mais perene, assim como são os rios, em seus cursos. Quando anunciamos os fundos de vale, com seus rios e margens enquanto habitar, o fazemos como lugar de práticas sociais, estas que dão origem a imagens e símbolos que antecedem aos conceitos, ou seja, são aquelas extraídas diretamente do mundo da vida.

Prenhe de significados, a água é um elemento da vida que a encompassa e a evoca sob múltiplos aspectos, materiais e imaginários. Se, por um lado, é condição básica e vital para a reprodução, dependendo dela o organismo humano, por outro, a água se inscreve no domínio do simbólico, (enfeixando várias imagens e significados. Isso se manifesta quer nos ritos, nos cerimoniais sagrados e mitológicos, quer nas práticas agrícolas, no cultivo das plantas e das flores, na fecundação da terra da alma). (CUNHA, 2000, p. 15)

As paisagens de fundos de vale em Londrina se tornaram abrigo àqueles alijados de seus direitos a um lugar no mundo. A sociedade exclui o lixo, o rio acolhe, a sociedade manda para longe seus dejetos, o rio acolhe, a sociedade exclui pessoas de seus direitos básicos e o rio acolhe. Como alertado em pesquisa anterior (FRANCO, SANTOS, MOURA, 2021, p. 136), com base em Levinas (1991), é preciso ter “[...] uma consideração pelo outro que se opõe à indiferença e faz com que atrocidades sejam evitadas, fruto de uma relação ética em que a dignidade humana prevaleça”. Nesse sentido, a ciência pode construir pontes, no caso, as pesquisas de

caráter humanistas poderão potencializar um olhar mais aprimorado para o bem-estar humano, como lembrou Tuan (1985, p. 162), que envolva, por exemplo, “um projeto de um meio ambiente físico melhor”.

Demonstrado a circunscrição política que chamamos de município de Londrina com seus aspectos físico-naturais, dentro do território brasileiro, sob a égide de uma legislação ambiental que apresenta em sua morfologia um traçado que demanda atenção especial por parte dos estudos ambientais, passamos ao recorte espacial que é o universo de nossa pesquisa.

2.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE PESQUISA

São vários os termos utilizados para designar a condição de habitação locacional desta população, pois ora se usam o termo fundos de vale, ora ocupação irregular, ora áreas de riscos. De início se apresentam alguns questionamentos: por que da ocupação em fundos de vale? O que são ocupações irregulares? São irregulares em relação a quê? O que são áreas de risco? O que são e por que são risco? No nosso entendimento é forçoso buscar o conceito de cada uma dessas denominações de modo a se ter claro o intento de compreender e, posteriormente, nortear as medidas e as ações a serem tomadas na intenção de propor soluções por parte do poder público se for o caso. Procuraremos demonstrar que tais conceitos são construídos a partir de uma estrutura social, política, econômica e ambiental.

No que se refere às ocupações irregulares, a COHAB-LD segue o mesmo conceito que o IBGE traz no caderno Censo Demográfico de 2010⁴ que denomina Aglomerados Subnormais como sendo

Um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios: a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características: urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não

⁴Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf

regularizadas por órgãos públicos; ou precariedade de serviços públicos essenciais (IBGE, 2010, p. 19)

Nesta pesquisa iremos focar nos aglomerados subnormais localizados localizados em APPs das margens dos fundos de vale dos rios que estão presentes na área urbana de Londrina. .

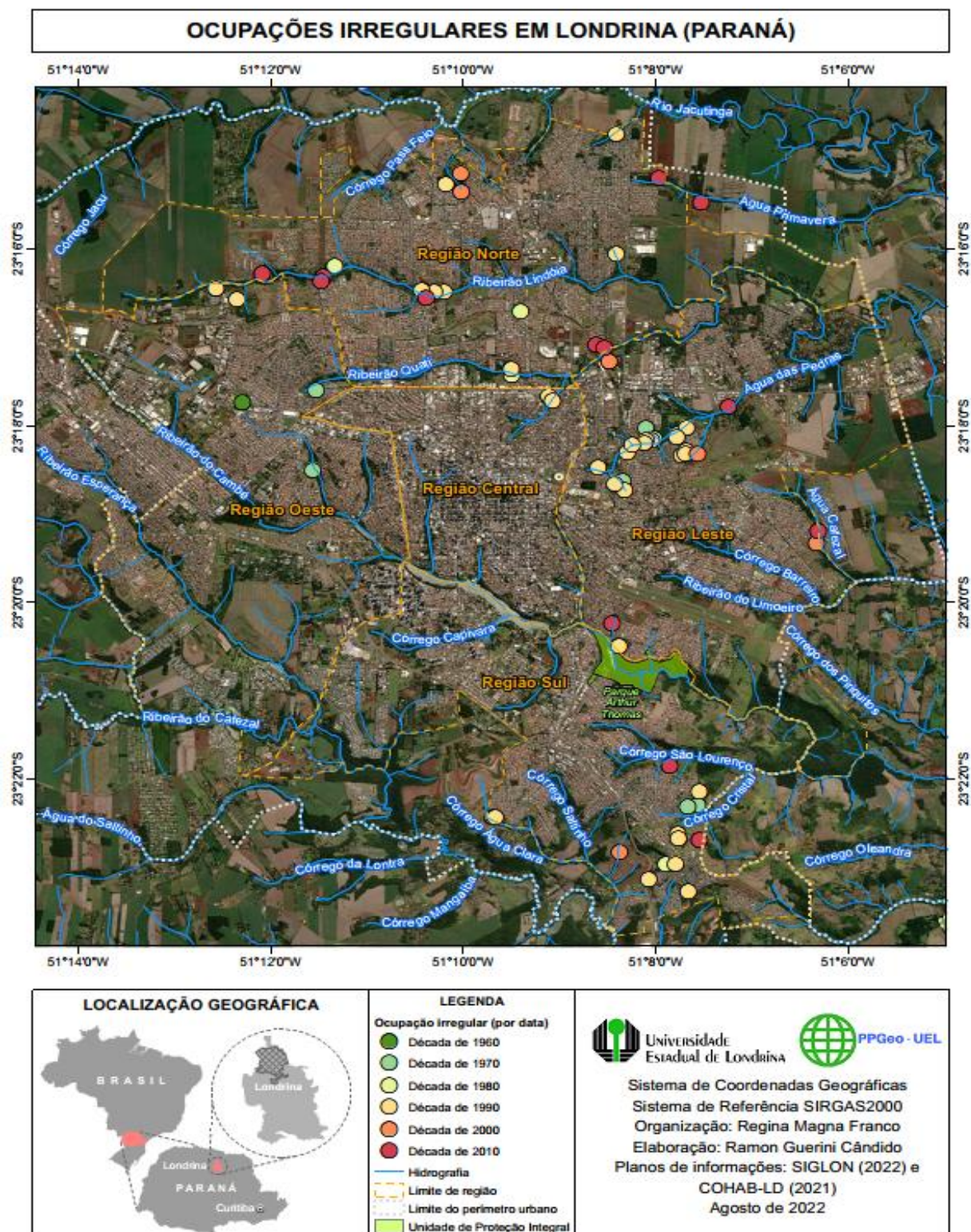
Para auxiliar a compreensão no que se refere à localização desses aglomerados subnormais trazemos o mapa da figura 6. Essa localização das ocupações irregulares foi elaborado a partir de dados da dissertação de mestrado de Castro (2018) que procedeu o georreferenciamento das ocupações irregulares em Londrina e disponibilizou através de um aplicativo⁵. Enquanto Castro buscou espacializar as favelas situadas em Londrina, nossa adaptação buscou delimitar somente as ocupações irregulares nos fundos de vales.

Como a lista das ocupações disponibilizadas pela Cohab-LD não estão georreferenciadas fizemos uso do Google Earth para identificação das áreas. Com base nessas localizações fizemos a espacialização temporal, como consta na mesma figura 6. As ocupações seguem inicialmente no eixo Leste-Oeste direção que muda a partir da década de 1990 para a direção Norte-Sul. Mas o que mais nos chama a atenção é o fato de a maioria dessas ocupações estarem situadas próximas ou às margens dos cursos d'água, presentes na área urbana deste município.

⁵Disponível em:

<https://www.arcgis.com/apps/View/index.html?appid=90c52a6ec65846fc905d8c6d862d9acc&extent=-51.2029,-23.2610,-51.1703,-23.2466>.

Figura 6: Espacialização temporal das Ocupações Irregulares em APPs



O córrego que mais apresenta ocupações irregulares é o Água das Pedras na região Leste cujo o maior número de moradias surgiu entre as décadas de 1970 e 1990 e duas ocupações entre os anos de 2000 e 2010. No ribeirão Quati, localizado na transição do quadrilátero central e zona Norte, as primeiras ocupações surgiram na década de 1980 e estão lá até a data atual, ou seja, há mais de 40 anos e outras três surgiram a partir dos anos 2000. Situação semelhante ocorre no ribeirão Lindóia com ocupações localizadas há mais de 40 anos com o surgimento de outras quatro a partir da década dos anos 2000. Ainda na zona Norte há duas ocupações no córrego Água Primavera datada do ano de 2010.

Na região Sul temos duas ocupações localizadas mais próximas das margens do córrego Cristal que datam das décadas de 1960 e 1970, uma outra ocupação que data do ano 2000 localizada em um tributário do córrego Saltinho e outra a partir de 2010 nas margens do córrego São Lourenço. Apesar do número significativo de ocupações concentradas na região Sul é possível perceber que nem todas estão próximas às margens dos rios. Como já demonstramos, essa região urbana é a que mais apresenta relevo acidentado, com declividade igual ou acima de 45%, mesmo não havendo cursos d'água ainda é considerada APP.

Em síntese, é possível afirmar que as áreas mais altas e planas foram sendo loteadas e ocupadas formalmente através da dinâmica do mercado imobiliário e pelos empreendimentos públicos de habitações populares, enquanto outras - onde não havia esse interesse imobiliário ou por estarem protegidas pela legislação ambiental - foram sendo ocupadas por moradias irregulares. Importante destacar que muitas moradias informais estão presentes no município desde a década de 1960, ou seja, há mais de 60 anos.

Importante salientar que até a promulgação da Lei 9605 de 1998, que passou a regulamentar os crimes ambientais, o país estava sob a égide do Código Florestal de 1965. Este estabelecia áreas de proteção mínima de cinco metros no entorno das margens de rios de até 10 metros entre as margens. O que faz concluir que ao ocupar estas áreas, a população respeitasse o limite de cinco metros a partir das margens dos rios estariam irregulares quanto ao direito legal de posse, no caso de ocupações informais, mas não estariam cometendo crime ambiental. Com a promulgação da Lei 9605/98 a Seção IV que trata Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural traz o Art. 64 que diz ser crime "Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão do seu valor

paisagístico, ecológico [...]” (BRASIL, 1998). Esta situação mudou completamente com a promulgação do Código Florestal de 2012 que ampliou as margens mínimas para 30 metros no entorno dos rios não fazendo distinção entre rios presentes em áreas urbanas ou rurais. Isto significa que áreas de APPs ocupadas a partir da promulgação da Lei 9605/98 e o CF de 2012. colocou essa população numa condição de irregularidade, tanto do ponto de vista ambiental, quanto do direito civil de propriedade, agravando a condição habitacional e locacional desta população.

Claro, não somos contra às questões ambientais, o conhecimento científico contribuiu e permitiu avançar na direção da compreensão a respeito da importância da preservação ambiental em todos os seus quesitos, solo, fauna, flora. Mas, ao ampliarmos a nossa visão e incluir o direito natural do homem a uma moradia, esta legislação veio contribuir para o aumento da insegurança jurídica. No entanto, nesse solo minado, podemos constatar que mesmo com o avanço da legislação essas áreas seguem ocupadas e irregulares.

Essas ocupações se deram majoritariamente próximas aos rios e córregos urbanos o que nos leva a crer serem as únicas áreas disponíveis por serem consideradas “terras de ninguém” e isentas dos interesses de agentes imobiliários. São áreas que sugerem abandono pelo poder público, e apesar da percepção de insegurança, riscos e perigos potenciais, se constituem enquanto possibilidades de territorialidades, se convertendo em lugares de vida/territórios ‘íntimos’.

O êxodo rural, iniciado na segunda metade do século XX consolidando a inversão majoritária da sociedade rural para a urbana, teve impacto direto na formação e estruturação do espaço urbano de Londrina. Dados do quadro 1 demonstram que população total, somadas urbana e rural, do município apresentou um crescimento acelerado até a década de 1970, tendo sua população quase dobrada a cada década. Podemos observar que há uma diminuição percentual constante e significativa da população rural ao longo das décadas e um processo contínuo de urbanização, que se acentua a partir 1980.

Quadro 1: Evolução do crescimento populacional de Londrina entre 1940 e 2010 e percentual entre população urbana e rural.

ANO	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000	2010
Pop. Total	30278	71412	134821	228101	301171	390100	411800	447065	506701
Pop. Rural	19103	37182	57439	64573	34771	23424	15679	13696	13181
(%) Pop. Rural	63,9	52,07	42,60	28,31	11,52	6,00	3,81	3,06	2,60

Fonte: IBGE. Organização dos dados: PML/SEPLAN/Gerência de Pesquisa e Informações: Prefeitura Municipal de Londrina

Segundo Alves (1991) este grande aumento populacional não foi acompanhado por ofertas de moradia e infraestrutura necessárias para atender esta demanda e comparativamente no quadro 2 já demonstra a existência de moradores em áreas irregulares.

Quadro 2: Número de habitantes em ocupações irregulares no município de Londrina – PR.

Década	1950	1970	1980	1990	2000
Nº de pessoas	1.470	3.952	11.230	27.990	775

Fonte: autora a partir de dados do atlas urbanos de Londrina (FRESCA, et al, 2009 p. 82-83)

Segundo Moura (2004), p. 36)

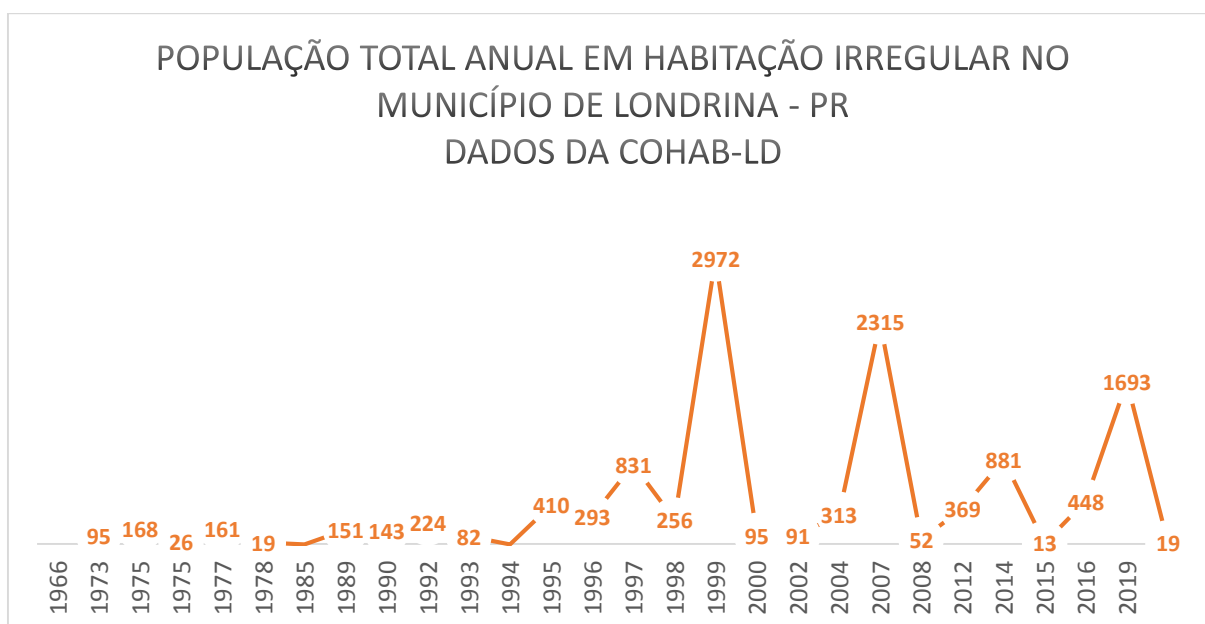
Migrantes oriundos dos campos ou de pequenos municípios deixaram seu modo de vida tipicamente agrário ou peculiar de pequenas vilas para se somarem aos habitantes urbanos na acirrada disputa ao trabalho, bens e serviços, ao acesso ao solo e à cidade. Se nas cidades as contradições sociais já se faziam presentes, a urbanização, em tal intensidade, ampliou as malhas construídas, fazendo surgir novos loteamentos, diversificando os bairros existentes, verticalizando edifícios e agudizando os conflitos e a segregação socioespacial ao criar áreas servidas e equipadas, ao lado de favelas e periferias carentes. (MOURA, 2004, p. 36).

E a isto se acrescenta o fato de

O uso do solo na economia capitalista é regulado pelo mecanismo de mercado, no qual se forma o preço desta mercadoria 'sui-generis' que é acesso à utilização do espaço. Este acesso pode ser ganho mediante a compra de um direito de propriedade ou mediante o pagamento de um aluguel periódico. [...] a 'produção' de espaço urbano se dá, em geral, pela incorporação à cidade de glebas que antes tinham uso agrícola. (SINGER, *apud* ALVES, 1991, p. 82).

Dados mais recentes colhidos junto à COHAB-LD, atualizados até 2021, e sintetizado na figura 6, apontam o surgimento de ocupações irregulares em Londrina a partir da segunda metade da década de 1960. No gráfico da figura 7 consta o ano do surgimento da ocupação e o número de pessoas ocupando este espaço atualmente.

Figura 7: Gráfico evolução temporal do número de habitantes em ocupações irregulares atualizados até 2020



Fonte: Cohab –LD anexo A

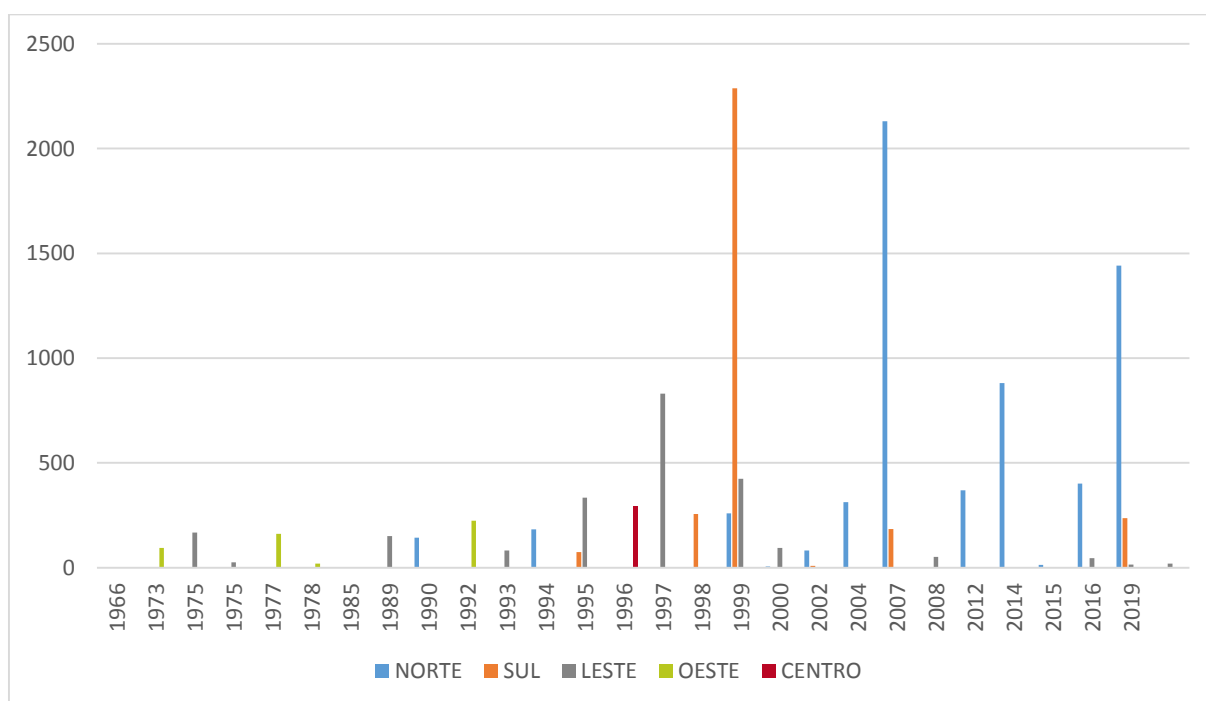
Comparativamente as duas informações apresentam discrepância no que se refere ao ano de registro das ocupações irregulares. As informações presentes no quadro 2 foram obtidas através de dados censitários que já apontavam à época ocupações a partir da década de 1950. Enquanto que os dados na figura 7, que foram organizados a partir dos dados obtidos junto à Cohab-LD e que estão descritos no anexo A, registram o número de moradores em ocupações irregulares a partir da

segunda metade da década de 1960. Continuando a análise do gráfico da figura 7 há um grande aumento de pessoas ocupando essas áreas partir do final da década de 1990 com picos entre os anos de 1998 e 2000, outro pico entre os anos de 2004 e 2008 e um menor, porém, significativo pico entre os anos de 2015 e 2019.

Para aprofundar nossas análises e seguindo ainda a relação do Anexo A, constatamos que a Cohab-Ld regionalizou a localização das ocupações presentes na área urbana do município de Londrina e com base nessa regionalização elaboramos o gráfico da figura 8.

Na figura 8 o gráfico apresenta a distribuição regional das ocupações irregulares em Londrina. Podemos observar que tais ocupações surgem inicialmente na região oeste do município seguida pela região leste. Na segunda metade da década de 1990 emerge uma e única ocupação na região central. Porém as regiões onde mais surgem estas ocupações são a norte e sul, nas quais, até o momento, estão concentradas o maior número de pessoas. Interessante notar que numa primeira fase as ocupações surgiram seguindo um eixo Leste-Oeste e, posteriormente, Norte-Sul.

Figura 8: Evolução regional e temporal das ocupações irregulares em Londrina – PR

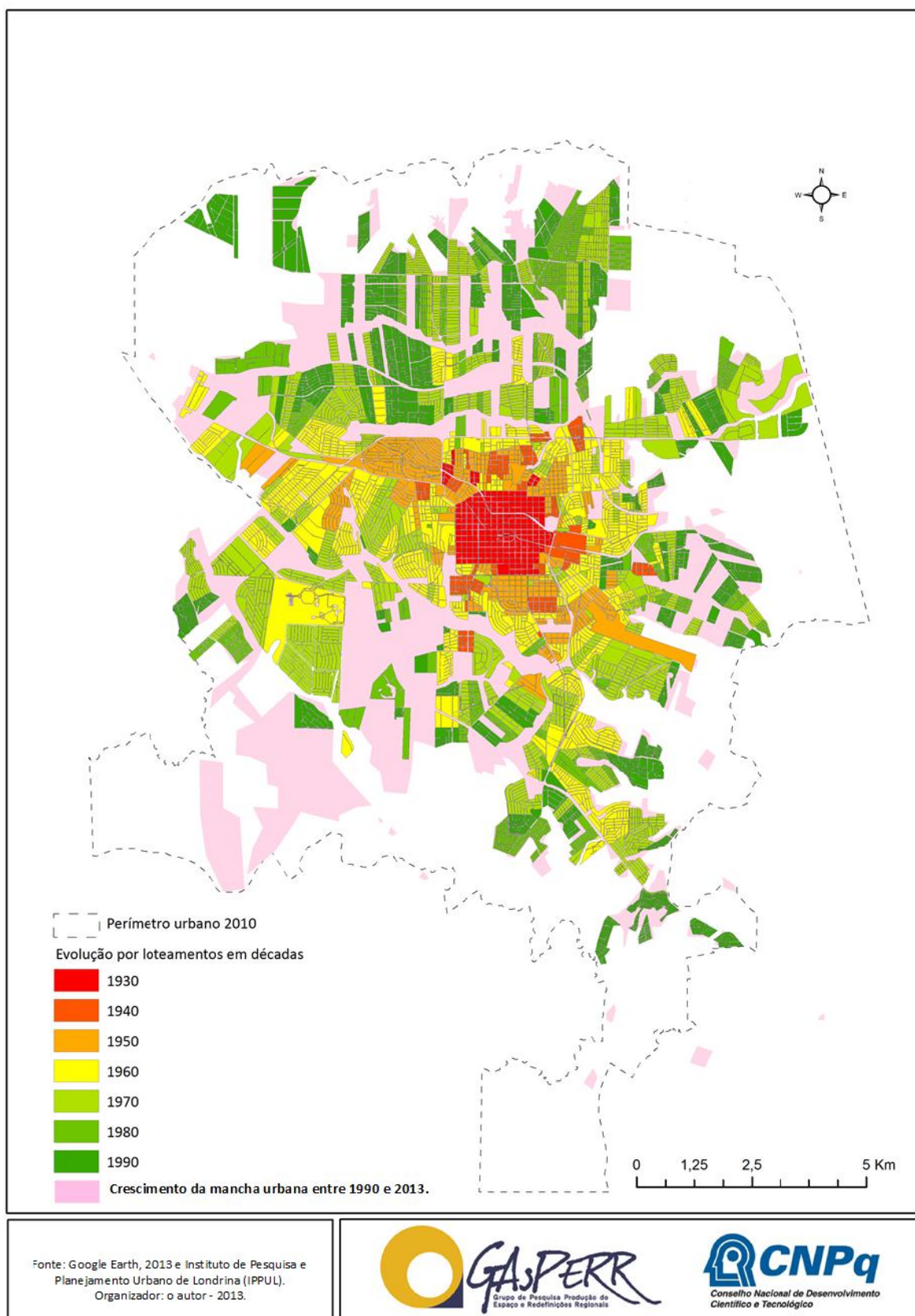


Fonte: COHAB-LD- ANEXO A

Se compararmos a regionalização do gráfico na figura 8 com o mapa de loteamentos da figura 9 podemos verificar que a regionalização das ocupações irregulares seguiu a mesma direção sentido Leste-Oeste e Norte-Sul. Notamos uma

dinâmica que reforça a teoria de que as ocupações irregulares surgiram seguindo a dinâmica dos loteamentos regulares de modo que essas ocupações surgem nas franjas, nos fundos de vale dos loteamentos urbanos regulares, como afirmado em pesquisa anterior (FRANCO, 2014).

Figura 9: Evolução dos loteamentos entre as décadas de 1930 e 1990 em Londrina, Paraná.



Fonte: Nascimento (2016)

É preciso, porém, salientar que o poder público não ficou indiferente a esta situação e atuou ao longo dos anos para suprir a demanda habitacional procedendo em alguns casos com a extinção ou regularização das ocupações irregulares, como mostrado no quadro 3.

Quadro 1: Balanço das ocupações irregulares no município de Londrina – PR entre as décadas de 1950 e 1990.

DÉCADA	OCUPAÇÕES IRREGULARES		EXTINTAS OU REGULARIZADAS		DEFICIT	
	Nº de ocupações	Nº de moradores	Nº de ocupações	Nº de moradores	Nº de ocupações	Nº de moradores
1950	04	1470	02	114	02	1356
1970	11	3952	01	755	10	397
1980	08	11230	01	9790	07	1440
1990	36	27990	04	7495	32	20495
			TOTAL		51	26488

Fonte: Atlas Urbano de Londrina - PR

Entre os anos de 1950 e 1990 se iniciou com 04 ocupações e findamos a década de 1990 com 36 ocupações sendo, somente quatro regularizadas ou extintas. Com isso, iniciamos o século XXI com 51 ocupações somando um total de 26.488 pessoas. Este déficit foi sendo carregado ao longo dos anos e na atualidade os últimos apontamentos indicam 63 ocupações catalogadas num total de 12.540 pessoas condensadas em 3.815 famílias. Porém paradoxalmente houve aumento das ocupações irregulares, mas diminuição do número de pessoas habitando nestas áreas. A diferença fica proximamente na casa de 14.000 pessoas. Não podemos afirmar, mas esse decréscimo pode ser associado à reestruturação da Cohab-LD juntamente com os programas habitacionais.

As ações da Cohab-LD, inicialmente visavam a ocupação de vazios urbanos com a construção de conjuntos habitacionais em número reduzido de unidades e segundo Plhis (2011, p. 51) “e em algumas circunstâncias, destinados ao desfavelamento”. Esta situação mudou completamente quando a companhia foi credenciada como agente financeiro do BNH. É a partir deste momento que Londrina passou a produzir conjuntos habitacionais com número elevado de unidades. É importante ressaltar que somente “em algumas circunstâncias” a construção de moradias foi direcionada para essa população, mas, ao longo do tempo, os dados demonstram que em nenhum outro momento houve um programa habitacional voltado *exclusivamente* para estas pessoas. Isto em parte porque os programas habitacionais

são direcionados para aqueles que possuem renda e capacidade de endividamento, sendo que outros não podendo satisfazer esses critérios ficam à margem desses programas. Esta hipótese em partes pode ser confirmada porque os programas habitacionais agem em duas frentes. A primeira diz respeito ao aumento da oferta de moradias populares aliadas às linhas de financiamento de longo prazo. A segunda diz respeito ao aumento de vagas de trabalho, principalmente, no seguimento da construção civil. Então o investimento na produção de moradias populares impulsiona a economia.

No quadro 4 trazemos a quantidade de unidades habitacionais populares construídas pela Cohab-LD na década de 1970 num total de 8.082 unidades.

Quadro 4: Conjuntos Habitacionais construídos em Londrina na década de 1970

CONJUNTO HABITACIONAL	NÚMERO DE UNIDADES HABITACIONAIS	REGIÃO
Vitória Régia	132	Leste
Ruy Virmond Carnacialli	549	Norte
São Lourenço	687	Sul
Milton Gavetti	740	Norte
Parigot de Souza I e II	1170	Norte
Aquiles Stenguel	1000	Norte
João Paz	814	Norte
Semiramis Barros Braga	817	Norte
Chefe Newton Guimarães	287	Norte
Sebastião de Mello César	350	Norte
Jácomo Violin	1536	Norte
TOTAL	8.082	

Para efeito de comparação se considerarmos uma família de 5 pessoas por unidade habitacional somente da década de 1970 essas unidades habitacionais abrigaram aproximadamente 40.000 pessoas situadas majoritariamente na região Norte do município. Se considerarmos a população total do município na mesma década esse número de habitantes corresponde a aproximadamente 20% da população total.

A década de 1980 a companhia passou por problemas financeiros e precisou se reestruturar não podendo mais ofertar moradias populares. Mas é interessante

notar que apesar dessa diminuição de ofertas de moradias populares aliados ao elevado crescimento populacional total não constatamos o aumento proporcional de ocupações irregulares. Essa situação começa a mudar a partir do ano de 1994 com ocupações surgindo na região Norte e Leste, porém a partir do final da década de 1990 essas ocupações ocorreram mais acentuadamente na região Sul e a partir dos anos 2000 a concentração dessas ocupações foram, majoritariamente, na região Norte do município. Não foi possível investigar, para essas pesquisas, as causas desse aumento de ocupações irregulares, mas é um ponto que merece ser investigado em futuras pesquisas.

3 HABITAR COMO CONDIÇÃO EXISTENCIAL

O nosso objetivo, nesse capítulo, é o de debater o habitar como inerente à condição humana originária, dada a impossibilidade de conceber o espaço em detrimento da existência do homem. O ponto de partida são aspectos conceituais e metodológicos, como o levantamento de dados quantitativos e um percurso um tanto *an passant* sobre a legislação no que se refere ao direito de moradia. Procuramos demonstrar que, em algum momento da História, o Direito Positivo se sobrepôs ao Direito Natural e como a legislação da propriedade privada foi empurrando para a ilegalidade parte da população que teve como última opção ocupar os fundos de vales urbanos.

Buscamos, também, mostrar neste capítulo que a habitação de uma casa, de um lugar tem origens míticas e não legais e que a visão de propriedade privada, presente na sociedade brasileira, se baseia na visão dos povos gregos e itálicos, o que demonstra que não só as pessoas migram, mas a cultura também é migrante e mutante, visto que ao adentrar o novo território os povos vão absorvendo as novas culturas em trocas simbólicas e materiais que devem ser consideradas.

3.1 A CASA COMO ABRIGO E COMO DIREITO DE MORAR

O que embasa nosso pensamento nesta tese é que é fato acabado que o direito à moradia é inerente e essencial à condição humana, dada a impossibilidade de conceber o espaço habitado, a casa em detrimento da existência do homem. A discussão sobre a habitação, a casa, a moradia está longe de ser banal e ainda causa espanto, ainda nos dias, sermos compelidos a tratar desse assunto. Ela está diretamente relacionada à necessidade humana no que diz respeito à condição mínima de existência e manutenção da vida. Tanto é assim que o art. 6º da Constituição Federal (CF), no Capítulo II, que trata dos Direitos Sociais elenca os “direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados [...]” (BRASIL, Emenda Constitucional nº 90, 2015, grifo nosso).

Uma pesquisa mais atenta demonstra que o item “moradia” só surge na Emenda Constitucional, número 64, de 2010, não estando presente na Carta Magna promulgada em 1988, assim como também o Direito Social ao “transporte”. Este foi um feito notável tendo em vista de que até então, as Constituições anteriores apontavam que:

§ 11. A casa é o asylo inviolável do indivíduo; ninguém póde ahi penetrar, de noite, sem consentimento do morador, senão para acudir a victimas de crimes, ou desastres, nem de dia, senão nos casos e pela fórma que la lei determinar. Não é permitido o anonymato.” E ainda: “§17. O direito de propriedade mantem-se em toda a sua plenitude, salvo a desapropriação por necessidade, ou utilidade pública, mediante indenização prévia.” (BRASIL, CF 1891, Seção II, Art. 72).

Feito notável, mas, ao mesmo tempo muito atrasado, em torno de 510 anos, se consideramos o período entre o “descobrimento” do Brasil e a inclusão da emenda. Nesse resgate das Constituições que vigoraram no Brasil verificamos que entre idas e vindas todas as Constituições anteriores, a de 1988 e até a Emenda de 2010, mantiveram este texto da Constituição de 1891 quase inalterado, com exceção da CF de 1937, que retira totalmente esse parágrafo, cabendo lembrar que esse ano marcou o início da Ditadura Vargas.

Outro ponto a ser colocado é que a questão da casa, vista como um refúgio inviolável foi tratada até no Capítulo dos Direitos Cíveis e somente a atual constituição inclui um novo Capítulo que é o dos Direitos Sociais o que já demonstra maior acuidade e um olhar mais focado nas demandas sociais. A inviolabilidade da casa dizia respeito à segurança contra roubos e furtos, ao direito à proteção e segurança que a casa oferecia ao seu habitante em relação às investidas violentas de outras pessoas ou grupo de pessoas e até mesmo do Estado.

A compreensão do significado da casa foi sendo colocado em evidência e depurado por pesquisadores como Maricato (1987) que aponta a importância não só de uma habitação, mas também da casa própria (necessidade de se fixar em um lugar e ali permanecer), enquanto propriedade mesmo, dizendo de maneira muito prática e pontual que casa própria representa para a pessoa a possibilidade de evitar a favela e o despejo. “A casa própria, mesmo quando se tratando de um simples embrião de alvenaria sem revestimento é motivo de grande segurança e sensação de progresso pessoal [...]” (MARICATO, 1987, p.26). A “sensação de segurança” e a “sensação de progresso pessoal” indica que a casa não é meramente um objeto ou uma mercadoria,

ela é um símbolo que traz em si grande significado.

Quando se fala de casa própria não há como deixar de considerar a legislação que é o que garante o direito de propriedade. E o Estado quem concede o título público de propriedade. É o Estado, em última instância que diz à sociedade que tal bem pertence a tal indivíduo. Portanto, a casa, a moradia além de lugar de refúgio e segurança é também um bem material, pois a segurança não trata somente da casa como lugar de refúgio, de proteção. Mas, adquire também um *status quo* a partir a legislação que rege a propriedade privada. A moradia, que a princípio se materializa no espaço como um simples objeto, tem múltiplas funções de proteção: proteção em relação aos riscos sociais, legais e ambientais.

Fontes historiográficas apontam que a legislação jurídica a respeito da propriedade de imóveis, passaram por grandes mudanças ao longo da história brasileira. Segundo Aquino, Santos e Oliveira (2014) o fracionamento do território brasileiro inicia com o Tratado de Tordesilhas e está diretamente ligado e influenciado pela união entre o Estado Português e a Igreja estando esta última encarregada do registro de propriedade da terra.

Todas as posses e sesmarias formadas foram legitimadas em registros públicos realizados nas paróquias locais. Desta forma, eram os vigários ou párocos das Igrejas que faziam os registros das terras ou de certidões de nascimento, casamento, entre outras. Nessa esteira, as paróquias e freguesias, embora instituídas pela Igreja, tornaram-se locais para a organização das instituições de poder do Estado ao longo do período colonial e imperial. Desta maneira, a freguesia como circunscrição eclesiástica que forma a paróquia, que, por sua vez, sediava uma igreja paroquial, auxiliou também para a administração burocrática civil.

É a partir deste parcelamento do solo que surgem os primeiros sinais de territorialidade e o solo vai passando progressivamente do público para o privado. O processo se inicia com o Tratado de Tordesilhas, segue através das Companhias Hereditárias e chega nas cartas de Sesmarias. Até aqui as terras públicas eram doadas, porém, a partir das Sesmarias o processo passa por modificações no ponto de que até então as terras eram doadas e a partir das Sesmarias compradas.

Sabemos que esse não é o objetivo principal dessa pesquisa, mas não podemos deixar de lado que hoje conhecemos como território brasileiro era ocupado por outros povos hoje denominados de povos originários. De maneira direta e objetiva havia comunidades de homens e mulheres e crianças vivendo e se desenvolvendo na

terra brasillis. Mas, como precisamos fazer um recorte e elencar elementos que fundamentam a nossa linha de raciocínio trazemos esse desenvolvimento histórico da legislação brasileira. Porque é esse corpo legal o que autoriza e regulamenta o uso e a ocupação do solo brasileiro. Isto posto continuamos apresentando os demais dados e reflexões.

3.2 OCUPAÇÃO DO SOLO E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

O sistema das capitanias hereditárias deixou marcas profundas na divisão de terras no Brasil. A distribuição desigual das terras gerou posteriormente os latifúndios, causando uma desigualdade no campo. Segundo José de Souza Martins (2011), a carta de sesmaria tinha precedência sobre a mera posse, razão pela qual, em geral, o sesmeiro ou comprava a roça do ocupante ou o expulsava ou o incorporava como agregado de sua propriedade. Esse caráter do sesmeiro consiste numa mudança dos costumes de ocupação das terras e faz e é um personagem que marca a transição entre o caráter de posseiro e o de proprietário de terras. A diferença fundante entre posse e propriedade é esclarecida por Gonçalves (2021) que conclui

[...] para que exista a posse, basta que determinada pessoa, aja como se fosse dono (a) de uma propriedade, sem a necessidade de querer tê-la. Já a propriedade, tem-se o direito de controlar e dispor, com exclusividade, daquilo que se é titular, de maneira absoluta, exclusiva e perpétua. Tendo o direito de usar, gozar, dispor e reaver o bem. (GONÇALVES, 2021, n.p.)

Nesta esteira, surgem a estruturação dos cartórios de registro de imóveis, em substituição às Paróquias que passaram a ser os depositários fidedignos das matrículas e registro deste bem e essa função tem impacto direto sobre os direitos de posse e propriedade. Por serem autorizados pelo Estado são eles que dizem se e quem é proprietário de dada parcela de solo.

Podemos dizer que o marco legal temporal sobre a propriedade privada e o direito de uso e ocupação do solo, foi estabelecido a partir da Lei de Terras de 1850. Consultando o site do Senado Federal brasileiro⁶ podemos verificar as falas dos

⁶ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=No%20Segundo%20Reinado%2C%20o%20Brasil,e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades>

senadores do Brasil Império, a defender seus próprios interesses latifundiários. Em síntese, a Lei de Terras de 1850 estabelece que as terras pertencentes ao Estado seriam vendidas e os 'invasores' de terras públicas estariam sujeitos a pena de prisão. Esta Lei marca a primeira ocorrência, que na atualidade poderíamos chamar de Regularização Fundiária tendo em vista a possibilidade, inclusive, de anistia daqueles que ocupavam terras pertencentes ao Império. Para que esta regularização ocorresse bastava o pagamento de taxas fixadas pelo Estado.

No entanto, enquanto estas taxas poderiam ser arcadas pelos grandes posseiros eram proibitivas para os pequenos produtores, colocando estes na ilegalidade e sempre sendo empurrados para esta instabilidade jurídica. Essa legislação do direito privado que ocorria no Brasil rural foi e é estendida e adotada também no parcelamento de solo urbano. O que diferencia na atualidade o solo urbano do rural são os módulos fiscais que regulamentam o parcelamento mínimo do solo.

Esta situação de instabilidade jurídica se arrastou e se arrasta ao longo do processo de ocupação territorial brasileira sem nunca ser de fato sanado, criando uma população de brasileiros colocados na clandestinidade. Como já colocamos e defendemos o direito à moradia é um Direito Natural do Homem/Mulher dada a sua vulnerabilidade física, no entanto, este direito é solapado pela legislação que regulamenta o Direito à propriedade privada.

Muitas famílias não têm onde morar ou permanecer porque todos os lugares têm um dono. Na praça não podem acampar porque a lei não permite, nos vazios urbanos também não, porque é propriedade de alguém. Na contemporaneidade só restam áreas devolutas, cuja localização é, muitas vezes, desconhecida pela maior parte da população. Em dado momento da nossa História aquilo que se tinha como naturalmente óbvio foi progressivamente sendo empurrado para as sombras e coberto pela legislação de direito privado. O que causa reflexão é que temos um território com uma área oficial de 8.516.000 km² com tal extensão não se justifica haver pessoas e famílias sem um lugar para morar. Mas nossas pesquisas nos mostram que ter um lugar para morar não é tão simples assim.

É pacificado entre os historiadores e geógrafos que a ocupação do território

nacional se deu a partir do litoral, e progressivamente os agrupamentos humanos foram seguindo mais para o interior do país. Enquanto havia uma grande parcela do território brasileiro que eram consideradas terras do Estado, terras devolutas, esses espaços foram sendo progressivamente ocupados pelos grileiros e posseiros.

Segundo dados do IBGE, o primeiro Censo realizado em 1872 apontava uma população girando em torno de 10 milhões de pessoas. As prévias do Censo de 2022 apontam que hoje somos aproximadamente 208 milhões de pessoas, um crescimento vinte vezes maior em 150 anos. Ao considerarmos a área do território brasileiro como a quantidade de habitantes podemos verificar uma baixa densidade populacional. O problema é que esta população não está equilibradamente distribuída no território estando concentrada em algumas regiões em decorrência de vários fatores, como concentração industrial em determinadas regiões em detrimento de outras, fatores ambientais e climáticos que impeliram parte da população a migrar para outras regiões do país em busca de melhores condições de vida e de trabalho.

Em uma série de documentários⁷, exibidos pela TV Cultura a partir de setembro de 2019, são apresentadas uma cronologia histórica da criação de Vilas Operárias e Conjuntos Habitacionais, desde o final do século XIX até os dias atuais. Inicialmente as obras de construção dessas moradias, situadas em áreas denominadas Vila Operária, eram destinadas aos trabalhadores urbanos e foram conduzidas pela iniciativa privada com o apoio financeiro do Estado, via incentivos fiscais e legais. Este primeiro período está entre fins do século XIX até o ano de 1930.

Entre os anos de 1930, na era Vargas, e 1964 início do Governo da Ditadura Militar, o Estado brasileiro passou a investir diretamente na produção de habitação social. Data deste período a criação do Departamento de Habitação Popular e a criação da Fundação da Casa Popular que tiveram como objetivo principal prover moradia para a população de baixa renda. Porém essas unidades habitacionais atendiam, majoritariamente a população de cidades como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

A partir do Governo Militar há uma mudança, à princípio sutil, que pode passar um tanto despercebida, no financiamento de construção dessas moradias. Em 1964 é criado o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNH) que passou a ser alimentado

⁷Disponível em: <http://abc.habitacao.org.br/a-serie-de-tv-que-conta-a-historia-da-habitacao-social-no-brasil/#:~:text=Entre%20d%C3%A9cada%20de%201930%20e,um%20Estado%20de%20bem%20Dest ar>

pelos recursos arrecadados pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). A sutileza aqui se apresenta porque até então era o Estado quem promovia a construção dessas moradias. A partir de 1964 os recursos oriundos do FGTS eram transferidos para agentes privados responsáveis pela produção, distribuição e controle das habitações. O BNH foi extinto em 1986 em função da corrupção e da crise econômica enfrentada pelo Brasil que levou à inadimplência dos moradores. Como consequência houve uma crise de oferta de moradia aumentando o déficit habitacional.

A construção massiva de moradias foi retomada pelo 'Programa Minha Casa Minha Vida', a partir de 2009, e segundo informado no documentário em dez anos foram entregues 4,4 milhões de unidades que acabaram por beneficiar em torno de 20 milhões de pessoas em todo o Brasil.

Mas nem só de construção de moradias populares vivia o BNH. Junto com a criação do Banco foi criado também o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) que captava os recursos decorrentes do FGTS, e Caderneta de Poupança. Tinham acesso também a esses recursos, através de financiamento, pessoas individuais para o financiamento da compra, reforma ou construção de casas e empresas jurídicas privadas que destinavam esses recursos para construção e comercialização de moradias não populares.

Não faz parte do escopo desta pesquisa apresentar o quanto deste crédito foi destinado à construção de moradias populares, o que demandaria uma nova pesquisa. Mas fica aqui a pergunta: se esse capital tivesse sido destinado diretamente à construção de moradias populares para trabalhadores de baixa renda, por exemplo, será que haveria nos dias de hoje ocupações irregulares ou subnormais?

Em 1965, de acordo com informações no site da Companhia de Habitação de Londrina (Cohab) idealizada após a formação do BNH, o primeiro conjunto habitacional construído pela companhia foi o Vitória Régia, na região leste de Londrina que se compunha de 132 casas. Entre o período de sua criação e a década de 1980 a companhia construiu 10.280 casas em sua maioria situadas na zona norte do município. Se levarmos em conta a média de quatro pessoas por família chegamos ao montante de mais de 40.000 pessoas. Apesar do volume da população atendida devemos considerar que a população urbana de Londrina, de acordo com dados do IBGE, contava com uma população em 1960 de aproximadamente 135.000 habitantes e, em 1991, esta população estava na casa dos 390.000. Ou seja, quase triplicou em 30 anos. Como já dito, o investimento em moradias só foi retomado no início do século

XXI e ainda assim, muitas pessoas não têm acesso à casa própria.

Em muitas circunstâncias, à algumas pessoas, resta somente os fundos de vale como alternativa locacional de moradia. Porém, na figura 6 verificamos a existência de ocupações irregulares com mais de 50 anos, em sua maioria, sem possibilidade de regularização em decorrência do avanço da legislação e regulamentação do Código Florestal que não permite a regularização fundiária de ocupações irregulares em fundos de vale.

Londrina está também sob a égide destas leis e códigos e os mesmos influenciam e influenciaram o ordenamento territorial do município. Então, retomando, como já dito anteriormente, foi no Código Florestal, de 1965, que se instituiu esta Unidade de Conservação. Porém, como afirma Carvalho (2016), já o Código Florestal, de 1934, tratava da preservação das áreas de floresta. Mas na ocasião era marcado por uma “racionalidade produtivista do setor florestal, dentro de um projeto de modernização da nação” (CARVALHO, 2016, p. 437). No Paraná, com base neste código florestal era necessário a obtenção de uma licença para derrubar a floresta. Esta licença permitia um limite de até $\frac{3}{4}$ da área total da propriedade, ou seja, até 75% da floresta poderia ser suprimida. Maack (2012) traz um balanço geral sobre o acelerado desmatamento ocorrido no Estado.

Na ocasião o autor já salientava que sem uma ação do estado os 38.204 km² da mata restante em conjunto com os 15.931 km² de araucária desapareceriam, caso não fossem tomadas providências. Necessário seria o Estado criar reservas florestais não somente para preservar espécies de madeiras nobres, mas também como fontes de sementes para facultar o reflorestamento das variedades mais importantes em outras regiões.

Vamos apresentar alguns números com a intenção de mostrar a importância da Legislação Ambiental na proteção de florestas. Segundo levantamento feito por Maack (2012), até 1960, da floresta primária que contava com aproximadamente 168.000 km², só restavam pouco mais de 38.000 km² somados mais 16.000 km² de mata de araucária. Ou seja, da floresta nativa, até a década de 1960, restavam somente 23%. Isso sob a égide do Código Florestal, de 1934, que não passou de letra morta.

O mesmo autor coloca que suas pesquisas indicavam que esse desmatamento acelerado não era direcionado ou ocasionado exclusivamente pela indústria madeireira, mas em partes pela prática de queimadas adotadas pelos pequenos

produtores que para a engorda de porcos demandavam áreas entre 10 e 100 alqueires de milho. A prática adotada era de queimar a floresta, visto que as madeiras mais valorizadas eram difíceis de serem transportadas até as madeiras que se situavam majoritariamente perto dos centros urbanos. Como o meio de transporte se dava pela tração animal estes demandavam alimentos e parte das áreas desmatadas eram direcionadas para o plantio de milho. O milho além de alimentar os animais de tração era servido como ração para a engorda de porcos e aves. O milho compunha a base alimentar, tanto humana como animal.

Como resultado, após a queimada da mata sobravam as tigueras que surgiam depois da colheita do milho e a capoeira que é a vegetação secundária que surge depois da derrubada da mata original. Porém Maack (2012) aponta que foi a cultura do café a que mais causou danos às florestas da região Norte e Oeste do Paraná entre os anos de 1930 e 1960. O autor relata um evento pouco conhecido pela historiografia ambiental do Paraná que é o incêndio florestal ocorrido em 1963, como consequência do desmatamento e das práticas produtivas.

Os primeiros focos surgiram nos distritos de Londrina, Tamarana, Paiquerê e Guaravera e foram se estendendo para outras regiões do Estado. O saldo total foi da queima de 20 mil hectares de plantações, 500 mil de florestas nativas e 1,5 milhões de campos e matas secundários. Os fatores que contribuíram foram as baixas temperaturas que secaram as culturas aliadas a uma seca prolongada. Este incêndio é considerado não só como o maior e mais destrutivo ocorrido no Brasil, mas é tido como um dos maiores ocorridos no mundo.

O código Florestal de 1965 pode ser visto como um marco para limitar as ações da indústria agrícola, buscando estabelecer critérios de preservação. Diante dos números apresentados, o referido código surgiu para salvar o que restava. O Código de 1965, mas em muitos casos, como aconteceu com o código anterior foi sendo ignorado. Se verificarmos a Lei disponível nos sites federais percebemos que somente a parte da década de 1980 o estado brasileiro passou a colocar foco nas normativas ambientais. As áreas de APP por exemplo, no que trata das margens dos rios para fins até 10 metros de largura, a área de proteção das margens era de cinco metros, a partir da década de 1980 essa margem passou para 30 metros. Houve uma mudança significativa e podemos perceber um esforço no intuito da preservação dessas áreas. Porém Milaré (2007) aponta uma deficiência nesta legislação por não fazer distinção entre o uso e ocupação do solo em áreas urbanas e rurais.

Segundo o autor a dinâmica e o uso da terra são distintos e mais direcionados no sentido de que o que funciona na área rural nem sempre é aplicável na área urbana. Pensamos que a questão tenha sido observada pelos legisladores ambientais e urbanos e como resposta foi proposta a Lei Federal 13.645, de 2017, denominada REURB da qual vamos tratar adiante.

Mas a pergunta que se apresenta é: a legislação ambiental é a responsável por essa situação? Ela veio agravar a condição de vulnerabilidade desta parcela da população que, não tendo como comprar um espaço de solo, teve como última alternativa ocupar áreas de proteção permanente, e que agora, com a imposição desta mesma legislação são sujeitas a habitar nestas áreas sob uma constante insegurança? Insegurança em virtude dos riscos físicos como alagamentos e escorregamento de massa. Insegurança jurídica e sanitária porque por impedimentos legais o Estado sequer tem o poder de implementar ou oferecer alguns recursos mínimos como serviços de água, esgoto e iluminação pública, por exemplo.

Isto coloca esta população numa espécie de círculo vicioso, pois eles estão lá ocupando esses lugares o que é evidenciado pelos documentos oficiais. As elaborações destes documentos oficiais demonstram que essas pessoas não são mais invisíveis, pois passaram da condição de invisíveis para ignoradas. A discussão sobre esta condição social passa pelo embate daquilo que tanto legisladores, quanto sociólogos vêm discutindo há anos, qual seja, o embate entre o Direito Positivo e Direito Natural. O Direito Positivo se atém somente ao conjunto de leis e regras que regem a vida social. Mas ele vem *a posteriori* do Direito Natural no que se refere às condições mínimas da existência humana, porque assim como os animais que dividem esse planeta precisam de um abrigo, ao Homem/Mulher também possui esse direito. No entanto, em algum momento houve um distanciamento e ocorreu a prevalência do Direito Positivo.

Não é objetivo deste trabalho tratar de legislação de modo aprofundado, mas de propor a reflexão a partir do olhar de um humano sobre as condições precárias de outro humano, o qual se pergunta: - Como isto se deu? - Como chegamos a este ponto de ignorarmos o direito de moradia de outros humanos? Para encerrarmos esta discussão, apontamos algumas colocações de Coulanges (1961), no que diz respeito à propriedade privada ou posse de uma casa ou moradia ou de um campo de cultivo. O autor aponta que o sentido de propriedade difere de acordo com a cultura dos povos. Como exemplo, o autor aponta os tártaros denominados turcomanos na

atualidade. Estes povos admitiam o direito de propriedade quando se tratava de rebanhos, mas não compreendiam o conceito quanto se tratava da posse do solo, assim como os germânicos se consideravam proprietários da colheita e não da terra.

Já os povos gregos e italianos praticavam a propriedade privada.

Há três coisas que, desde as mais antigas eras, encontram-se fundadas e solidamente estabelecidas nas sociedades grega e itálica: a religião doméstica, a família, o direito de propriedade; três coisas que tiveram entre si, na origem, uma relação evidente, e que parecem terem sido inseparáveis. (COULANGES, 1961, p. 45).

E ainda o autor apresenta um outro dado relevante presente na cultura grego romana, em que a propriedade privada se confundia com a religião.

A idéia de propriedade privada fazia parte da própria religião. Cada família tinha seu lar⁸ e seus antepassados. Esses deuses não podiam ser adorados senão por ela, e não protegiam senão a ela; eram sua propriedade exclusiva. Ora, entre esses deuses e o solo, os homens das épocas mais antigas divisavam uma relação misteriosa. Tomemos, em primeiro lugar, o lar; esse altar é o símbolo da vida sedentária, como o nome bem o indica. Deve ser colocado sobre a terra, e, uma vez construído, não o devem mudar mais de lugar. O deus da família deseja possuir morada fixa; materialmente, é difícil transportar a terra sobre a qual ele brilha; religiosamente, isso é mais difícil ainda, e não é permitido ao homem senão quando é premido pela dura necessidade, expulso por um inimigo, ou se a terra não o puder sustentar por ser estéril. Quando se constrói o lar, é com o pensamento e a esperança de que continue sempre no mesmo lugar. O deus ali se instala, não por um dia, nem pelo espaço de uma vida humana, mas por todo o tempo em que dure essa família, e enquanto restar alguém que alimente a chama do sacrifício. Assim o lar toma posse da terra; essa parte da terra torna-se sua, é sua propriedade. (COULANGES, 1961, p. 46-47).

Podemos verificar que o lar, a moradia enquanto propriedade privada teve um caráter, uma fundamentação mítica. Porém em algum momento, que o próprio Coulanges (1961) não conseguiu delimitar, o mítico foi deixado de lado permanecendo a ideia de propriedade privada trazida até os nossos dias e que está introjetada em nossa sociedade. Fomos colonizados e somos na maioria descendentes de povos

⁸ Os Lares, às vezes também chamados de *Genii loci*, são divindades romanas ligadas a um determinado lugar. Os Lares são chamados a proteger os seres humanos sejam eles quem forem, homens de seu interesse como usuários de seu domínio. O Lar *familiaris* é, portanto, o deus da casa que protege toda a família.

ibéricos e itálicos, que trouxeram consigo o seu jeito de ser, fazer e estar no mundo, mas encontraram aqui um território ocupado, construindo assim muitas histórias e geografias amalgamadas, o que demonstra que não só as pessoas, mas a cultura também é migrante e mutante.

4 HABITAR EM RISCO E VULNERABILIDADES DO LUGAR

O objetivo desse capítulo é ampliar a discussão sobre a problemática do habitar em risco e as vulnerabilidades do lugar já iniciada anteriormente. No primeiro item discutimos os conceitos de Riscos e Vulnerabilidades e suas interfaces teórico-metodológicas. No segundo iremos abordar o sentido de habitar como condição existencial inerente ao ser humano.

4.1 RISCOS E VULNERABILIDADES E A NECESSIDADE DE SUAS ADJETIVAÇÕES

Apresentamos uma breve revisão a respeito dos conceitos de riscos, perigos e vulnerabilidades porque pensamos ser necessária a sua abordagem antes de adentrarmos ao campo da experiência e do significado atribuídos aos lugares onde tais conceitos são aplicáveis. Quando falamos em riscos e vulnerabilidade a primeira impressão que se tem e que consiste no primeiro desafio é conceituá-los adequadamente. Quando se tenta apreendê-los há certa sensação de circularidade e retroalimentação de modo a ser difícil identificar o qual vem antes, onde está o ponto inicial. É algo parecido como quando desenhamos um círculo. Antes de iniciar o desenho sabermos onde começamos, mas depois de concluído, se bem desenhado, é difícil saber onde é o começo e onde é o fim.

Cunha e Ramos (2013) tratam vulnerabilidade e risco como variáveis intrínsecas dentro de um modelo de análise de riscos ambientais. No que se refere aos modelos os autores apontam que as escolas de Geografia aceitam dois modelos conceituais de riscos.

O primeiro, [...] corresponde à sequência risco-perigo-crise, em que o risco corresponde à probabilidade de acontecimentos de um evento perigoso com prejuízo para o ser humano, a sociedade e o ambiente, o perigo à sua declaração e a crise à sua manifestação [...]. Consciência do risco, percepção do perigo e gestão da crise são diferentes etapas do complexo processo de entendimento do risco [...]. O segundo [...] corresponde ao entendimento de risco na relação entre a periculosidade, que corresponde à probabilidade de ocorrência temporal (eventualidade) e espacial (susceptibilidade) de um fenômeno potencialmente perigoso, e a vulnerabilidade, que, num sentido mais lato, corresponde ao nível de consequências previsíveis desse fenômeno sobre a sociedade (REBELO; FAUGÈRES, 1990 *apud* CUNHA; RAMOS, 2013, p. 21, Grifo do autor).

Este é o conceito de riscos naturais. Note-se que os autores falam de modelos, de modelagem. Sandroni (2001) apresenta um conceito de riscos a partir do ponto de vista da Economia e da Teoria dos Jogos. Para o autor risco consiste numa “Situação em que, partindo-se de determinado conjunto de ações, vários resultados são possíveis e as probabilidades de cada um acontecer são conhecidas. Quando tais probabilidades são desconhecidas, a situação denomina-se incerteza. (SANDRONI, 2001, p. 532, grifo do autor)

Ainda, segundo Sandroni (2001) historicamente a análise científica dos riscos tem início o século XVII com a intenção de prever o resultado de jogos de azar. Foi a partir desse momento que se desenvolveu uma medição estatística como Distribuição Normal, Desvio Padrão, métodos de amostragem entre outras que são usados até o momento nos modelos de previsão tanto, por exemplo, de eventos extremos do clima, como para diminuir as incertezas dos investimentos financeiros. Por isso que Cunha e Ramos (2013) falam de modelos, modelagem onde a ideia de tempo está ligada à tentativa de prever o futuro e a ideia de espaço diz respeito à onde esses eventos podem ocorrer e os locais de maior vulnerabilidade.

Castro, Peixoto e Rio (2005) colocam risco como

[...] categoria de análise associada a priori às noções de incerteza, exposição ao perigo, perda ou prejuízos materiais, econômicos e humanos em função de processo de ordem “natural” (tais como os processos exógenos e endógenos da Terra) e/ou daqueles associados ao trabalho e às relações humanas. O risco (lato sensu) refere-se, portanto, à probabilidade de ocorrência de processos no tempo e no espaço, não-constantemente e não-determinados, e à maneira como estes processos afetam (direta ou indiretamente) a vida humana. (CASTRO, PEIXOTO; RIO, 2005, p. 12, grifo do autor)

Castro, Peixoto e Rio (2005) incluem atividades de trabalho e relações humanas. Portanto, os riscos podem ser analisados sobre os vários aspectos das realidades humanas e do ambiente natural. As pesquisas bibliográficas consultadas têm como base a Sociedade do Risco de Ulrich Beck em 1986, porém Castro, Peixoto e Rio (2005) retrocedem no tempo e encontram o entendimento técnico de risco no início da década de 1920 nas obras de Keynes e Knight, porém, ainda voltados para as questões da Economia.

Com o advento das questões ambientais as técnicas de avaliação e previsão de riscos passaram a ser usadas para previsões climáticas, principalmente, eventos extremos na intenção de mitigá-los. De modo geral, podemos entender os riscos como um limite entre o previsível e o imprevisível, entre dada zona de conforto cujo comportamento das variáveis é conhecido na maior parte dos casos e uma zona onde as variáveis que aí incidem são ou não totalmente conhecidas ou completamente desconhecidas.

Dentro das citações apresentadas mesmo a vulnerabilidade não aparecendo de maneira explícita é possível percebê-la implicitamente, pois se há percepção do risco é porque há algum tipo ou nível de vulnerabilidade. A vulnerabilidade é uma condição *a priori* que está no sujeito no sentido sintático do termo. Porém, mesmo a vulnerabilidade necessita de adjetivação, pois se manifesta em vários âmbitos assim como os riscos. Podemos falar de risco e vulnerabilidade econômica, podemos falar de riscos e vulnerabilidade social, podemos falar de riscos e vulnerabilidade sanitária, entre outros. Etimologicamente a palavra vulnerabilidade vem do latim *vulnerabilis* e pode ser traduzido como “o que pode ser ferido ou atacado”. Ampliando o termo seria uma condição de fraqueza ou capacidade de resiliência.

A ideia de perigo está tão introjetada ou internalizada na condição humana que é difícil encontrar a raiz etimológica do termo. Está subjetivamente no sentido de *subjectus*, aquilo que está abaixo, e é o que, por sua vez, molda o instinto de autopreservação. Esse instinto não é próprio somente da condição humana, mas está presente em todo o reino animal. O perigo é o que expõe a vulnerabilidade. No sentido de que não havendo perigo a vulnerabilidade não seria conhecida. Portanto, o perigo é a condição *sine qua non* para a consciência da vulnerabilidade que, por sua vez, é condição *sine qua non* para compreender, evitar ou prever os possíveis e prováveis riscos.

Marandola Jr. e Hogan (2004) fazem um resgate histórico buscando identificar a origem e os fundamentos da Teoria dos Riscos. No seu desenvolvimento apontam, de início, a importância das investigações da Geografia Física no que concerne à Teoria dos Riscos, afirmando que: “A contribuição dos geógrafos foi imprescindível por incorporar uma visão integrada do problema” (MARANDOLA JR; HOGAN, 2004, p. 97; grifo nosso) e ainda que o desenvolvimento da Geografia Física se deve à investigação dos impactos derivados da ação das sociedades humanas sobre o

ambiente elencando seus fatores principais: *eventos extremos*, que trazem prejuízos e danos e *justaposição do meio físico* às da relevância socioeconômica.

Aos dois primeiros fatores dotados de pragmatismo e forte tendência ao utilitarismo econômico, somam-se o terceiro fator

A crescente consciência de que havia diferentes percepções de mundo e, conseqüentemente, dos problemas, havendo, assim uma diferença entre a percepção de quem deve tomar as decisões cotidianas (as populações expostas aos hazards) e a percepção dos planejadores [...] (GREGORY, 1992 *apud* MARANDOLA JR; HOGAN (2004).

Esse último fator exige uma análise sistêmica. Marandola (2012) aponta que a análise fenomenológica da vulnerabilidade sugere uma abordagem tanto processual, quanto circunstancial e exige enfoque metodológico híbrido usando tanto o método quantitativo, quanto qualitativo. Segundo o autor essa abordagem permite uma integração entre diversas fontes de dados o que permitiria uma visão mais ampla buscando identificar as variáveis envolvidas nos processos e relações. Em síntese, a vulnerabilidade seria o eixo integrador desses métodos.

Dependendo da escala espacial quanto maior o distanciamento entre objeto e observador mais difícil será sua percepção, principalmente, no que se refere a riscos e perigos. Um exemplo de distanciamento radical é apresentado por Tuan (2011; 2013) e as possíveis distorções que sofrem a ideia de natureza veiculada pelos meios de comunicação de massa. Quando as paisagens e lugares e regiões são organizadas e apresentadas por veículos de comunicação estes se apropriam da paisagem e conduzem a narrativa colocando o observador, ou telespectador, ou leitor, numa atitude passiva e, porque não dizer, totalmente protegido dos riscos e perigos potenciais que dada paisagem oferece *in loco* levando à ideia de uma Natureza idílica e idealizada.

No contraponto, a proximidade do objeto impede uma análise sistêmica de interação dos vários fatores e processos relacionados. Mas é possível para a ciência conhecer seu objeto de análise de “fora”? É preciso estar “dentro”, no “face a face”, correndo todos os riscos e se sujeitando aos perigos potenciais, não somente para entender o que “é” o fenômeno, mas também como se relaciona – alteridade - com o outro ou outrem.

Este outro ou outrem não diz respeito somente ao ser e às relações entre os pares similares nas suas singularidades, mas necessita abarcar todos os outros não semelhantes e suas interações. Meio ambiente é relação. E é justamente a relação entre seres plurais que o conhecimento e o avanço científico se dão. Este “estar dentro” da paisagem, na perspectiva de adentrar no lugar da experiência propicia interação entre o investigador e o fenômeno e possibilitam perceber o meio circundante através dos outros sentidos que não somente a visão.

Assim, buscamos compreender os sentidos que as pessoas atribuem à sua experiência de viver em áreas de ocupação irregular em fundos de vale em Londrina, como também um esforço para humanizar os dados estatísticos apresentados antes, com reflexões que procuraram deixar aparecer a vivência dos sujeitos em áreas consideradas de risco e, portanto, de vulnerabilidades.

4.2 HUMANISMO E O LEBENSWELT

Quando falamos em lugar, nem sempre nos referimos a uma realidade concreta. Para Tuan, o lugar ‘é uma classe especial de objetos. E uma concreção de valor [...]. É objeto no qual se pode morar [...]. [e ainda que] o espaço está ligado ao movimento. Lugar como permanência, pausa de movimento” (TUAN, 1983, p.11. Grifo nosso). Quando Tuan nos fala de “valor” a pergunta que salta é o que é esse “valor”? É valor de uso, é valor de troca? Na Geografia Humanista o lugar não é entendido somente como um ponto espacial geograficamente localizado, não é meramente um espaço ocupado, mas um espaço que remete à identidade e pertencimento.

Isto decorre do fato de que somos afetados pelos objetos e como consequência lhes atribuímos significados. Por isso que Bello (2006) ao falar da fenomenologia diz que a todo momento Husserl buscava o significado por trás do ato que estava operando e quais estruturas cognitivas que permitiam tais atos. Como o lugar, este espaço transcendente, fora, externo, que se manifesta com todas as suas formas físicas e contornos e paisagem, como intencionalidade, entra na consciência do homem. Somos mônadas com janelas.

Através dos sentidos da percepção o transcendente passa a transcendental. Através da percepção se torna transcendental e neste momento, podemos dizer que este mundo externo ao entrar na consciência passa por uma espécie de “filtro”

cognitivo produzindo um conjunto de símbolos identificáveis. Mas esse símbolo não se constitui somente da paisagem física, de forma e da matéria. Se converte em signo porque passa a trazer em si significados que se alojam e do qual derivam os sentimentos humanos. Há uma mudança qualitativa com a presença do imaterial.

A valoração do lugar e mais especificamente da casa, da moradia não pode ser descrito somente a partir do ponto de vista pecuniário, há algo mais subjetivo, no sentido mesmo de “sub-jecto”, aquilo que está por baixo, que não está visível na mera aparência. Nas pesquisas qualitativas quando o fenômeno estudado é o Homem/Mulher o transcendental necessita ser investigado, daí a topofilia. Como aquele que investiga também é um Homem, este também carrega sentimentos, intencionalidades intangíveis, porém reais, daí a necessidade da *dóxa* e da *epoché*.

O Homem/mulher está inserido na Natureza, pois também é parte constituinte da natureza, mas ao mesmo tempo diferente dela. A fala de Lévinas (2004), no nosso entendimento, retrata bem o significado do humanismo:

E eis que surge, na vida vivida pelo humano – e é aí que, a falar com propriedade, o humano começa, pura eventualidade, mas desde logo eventualidade pura e santa – do devotar-se-ao-outro. Na economia geral do ser e da sua tensão sobre si, eis que surge uma preocupação pelo outro até o sacrifício, até a possibilidade de morrer por ele; uma responsabilidade por outrem. De modo diferente que ser! É esta ruptura da indiferença – indiferença que pode ser estatisticamente dominante – a possibilidade do um-para-o-outro, um para o outro, que é o acontecimento ético. Na existência humana que interrompe e supera seu esforço de ser – seu *conatus essendi* spinozista – a vocação de um existir-para-outrem mais forte que a ameaça da morte; a aventura existencial do próximo importa ao eu antes que a sua própria, colocando o eu diretamente como responsável pelo ser de outrem; responsável, quer dizer, como único e eleito, um eu que não é mais um indivíduo qualquer do gênero humano. Tudo se passa como se o surgimento do humano na economia do ser virasse o sentido, a intriga e a classe filosófica da ontologia: o em-si do ser persistentemente em-ser supera-se na gratuidade do sair-de-si-para-o-outro, no sacrifício ou na possibilidade do sacrifício, na perspectiva da santidade. (LÉVINAS, 2004, p.19. Grifo do autor).

Ampliando o campo de análise identificamos que o ato de comiseração humana não é somente dirigido a outro humano. Muitas vezes torcemos pela caça quando assistimos documentários do reino animal. Mas o predador não tem também direito ao alimento e a sustentar sua vida e sua prole? E o homem/mulher não tem direito a buscar condições mínimas de sobrevivência? Os dramas humanos se

desenvolvem ao longo de sua história, nesta luta ferrenha pela sobrevivência enfrentando adversidades advindas tanto por parte dos fatos da Natureza, quanto dos fatos sociais. Ao observarmos os fatos naturais constatamos, para nosso espanto e desencantamento, que a Natureza é fágica. Mas e quando são homens consumindo homens? Mesmo que a antropofagia não seja uma prática aceita pelas sociedades em geral, ela se apresenta de forma simbólica quando se negam aos outros o direito de condições mínimas de existência.

O homem e/ou a mulher é um ocupador de espaços e isso o coloca empareado com todos os outros entes com quem divide o espaço, afinal vivemos num mundo de matéria e formas.

De todo modo, a ideia de um mundo harmonioso ao qual todos pertencemos é apenas uma ideia entre outras tantas. Não pode servir de medida para todo o resto. Mas mesmo que o mundo fosse um só, não temos nenhuma garantia de que uma única visão de mundo seria o melhor guia para se orientar nele. Além de serem incompletas, visões de mundo são enganadoras, e para usar uma expressão um tanto exagerada, reduzem a nossa humanidade. Visões de mundo sugerem que, para progredir, os modelos podem e talvez até mesmo devem desconsiderar detalhes e questões pessoais e se ocupar apenas de tendências gerais. Mas e se não existirem tais tendências? E se o que consideramos como tais tendências não passar de projeções de nossos próprios limites? (FEYERABEND, 2017, p. 48. Grifo nosso)

A ideia de um mundo harmonioso não se enquadra no embate homem/mulher/mundo, pois o termo remete à ausência de conflitos e discórdia. Talvez o termo mais acertado seja o de equilíbrio, mas essa condição para ocorrer depende da interação de forças exógenas que agem sobre a natureza dos corpos que em sua raiz etimológica pode ser entendido como aquilo que aparece.

Em seu sentido amplo podemos nos referir ao corpo social, corpo humano. Mas esses “corpos”, por sua vez, exigem ser analisados a partir dos conceitos de perturbação e resiliência. Notem que nos valemos de termos da Física para nos fazermos entender. Talvez seja essa a crítica que embasa entre tantas outras o pensamento de Husserl na Crises das Humanidades, mas é o que temos. As forças exógenas da Natureza atuam sobre os corpos humanos? Sim atuam, e mais o Homem/Mulher também é Natureza, assim como todos os seres vivos e inanimados. No caso dos corpos sociais há outras forças exógenas que atuam sobre eles que não

são advindas somente da Natureza, mas das forças de outros grupos sociais humanos que se embatem por disputa de território, por exemplo.

Mas neste sentido a manutenção ou conquista de um território é decidida pela capacidade de resiliência dos corpos sociais, cuja perturbação possam suportar e como reflete Quincas Borba, personagem de Machado de Assis, “ao vencido ódio ou compaixão: ao vencedor, as batatas”. Cessada a perturbação emerge um novo equilíbrio com uma configuração social e até espacial diferente do primeiro, mas ainda assim o equilíbrio se instala até nova perturbação. Quanto há um embate entre duas forças coletivas são homens/mulheres contra homens/mulheres, mas e quando essa força se dá entre a coletividade, que vamos considerar aqui como o Corpo Social do Estado com suas burocracias e Legislações, contra um ou alguns indivíduos? Não é preciso reflexões muito profundas para deduzir que há um grande desequilíbrio de forças.

É facilmente verificável por simples observação que todos os seres, tanto animados, quanto inanimados, ocupam espaços e esses espaços para serem ocupados necessitam de condições mínimas para a existência de cada qual. Essas condições mínimas de que falamos está diretamente relacionada com a capacidade de resiliência dos corpos individuais humanos que admitimos tacitamente serem frágeis.

Vamos lembrar uma cena de um desenho chamado no Brasil de ‘A Era do Gelo’. Em uma das cenas um dos personagens, um mamute chamado Manny, observa uma criança humana e pergunta: “de onde vem sua força? Você não tem garras, você não tem presas, você não tem pelos”. Apesar de ser um desenho, a pergunta é de profundidade filosófica. Nós, seres humanos, temos noção, mesmo não declarada, da vulnerabilidade dos nossos corpos e para contornar esta vulnerabilidade criamos ferramentas de caça e defesa que exercem a função das nossas garras e presas e nos revestimos de pelos de outros animais para aquecer e proteger nossos corpos. Mas, porque precisamos de abrigo? Seria para proteger e como meio de contornar nossa fragilidade natural? Estaria por trás da nossa grande dependência na infância já que o ser humano apresenta uma infância mais prolongada entre os mamíferos?

Pensamos que seja a soma de todos os fatores ligados à geração, preservação e manutenção da vida e perpetuação da espécie. De qualquer modo o abrigo é prática em todas as civilizações humanas até onde os estudos arqueológicos

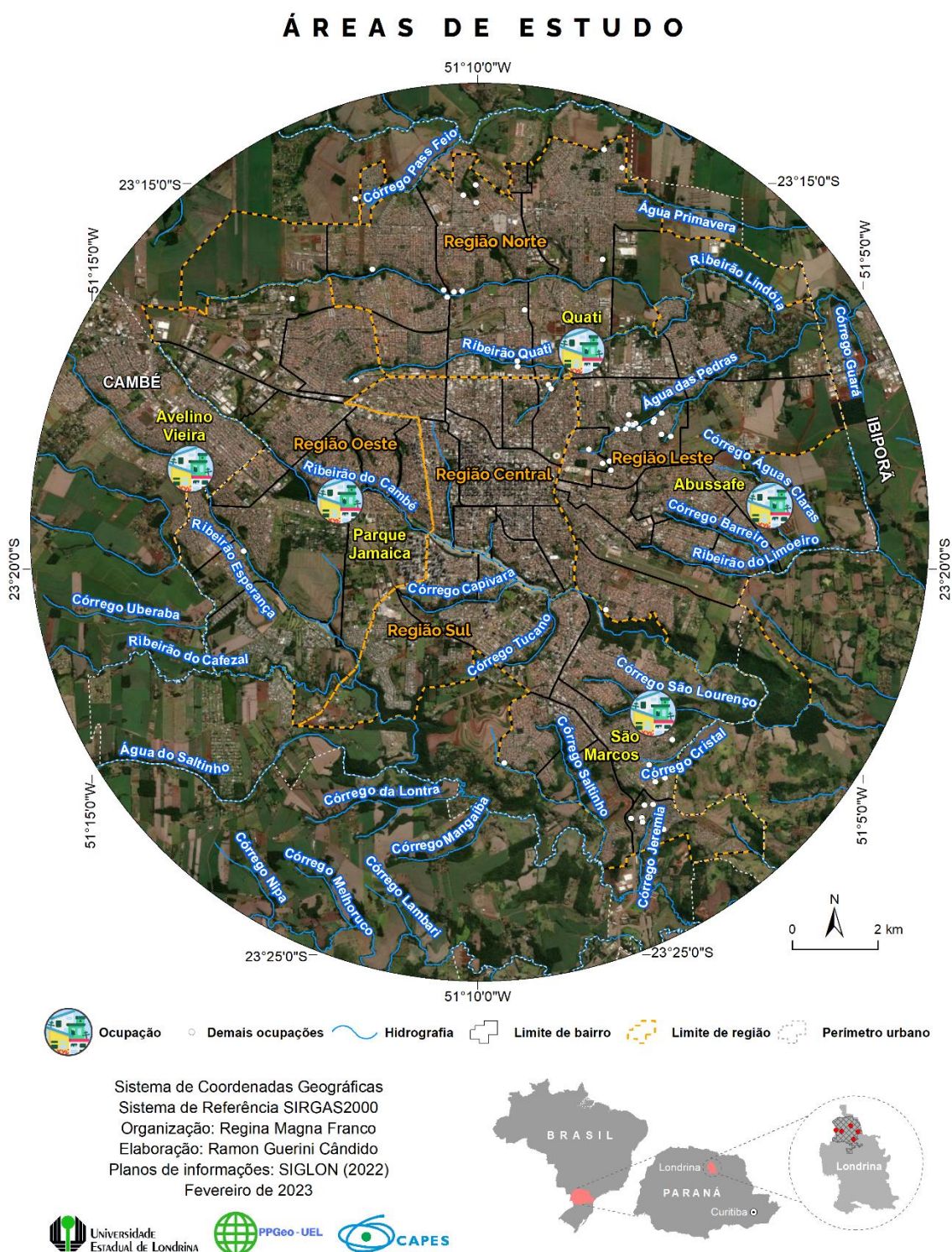
nos levou. Esse abrigo podem ser cavernas, ou espaços cavados nas rochas, tipi e ocas. Seja como for na História da nossa espécie o abrigo, a casa como nosso lugar no mundo está sempre presente e assim é até nos dias atuais. Mesmo com todas as evoluções e revoluções científicas, humanas, no que se refere à moradia é uma condição sem a qual não é possível uma condição mínima de existência, de ser e estar no mundo.

4.3 OCUPAR AS MARGENS: DE ESPAÇO INDIFERENCIADO AO LUGAR

A visão geral da área de estudo nos remeteu, tal como em Ítalo Calvino, *As Cidades Invisíveis* (1990), a fazer um exercício de pensar a possibilidade de cidades inexistentes, ou em quantas cidades caberiam dentro de uma outra cidade, resultando em uma leitura não imediatista, mas revisitada em cada experiência de contato, no lugar de encontro com os nossos interlocutores. As ocupações são como cidades invisíveis, escondidas em terrenos marginais onde escoam a água das chuvas, contornando áreas florestadas, em direção aos córregos e rios urbanos.

De espaço indiferenciado e vazio de significado, as margens dos rios vão sendo dotadas de valores ao serem ocupadas e transformadas em lugares de vida e trabalho. A figura 10 indica os pontos visitados *in loco* para reconhecimento da área, observações e conversas com os moradores, colaboradores desta pesquisa. Foram feitas visitas em pontos das quatro regiões geográficas da cidade de Londrina (Zona Norte, Sul, Leste e Oeste) e obteve-se o georreferenciamento preciso das localidades em que realizamos entrevistas junto à população.

Figura 10: Localização das Ocupações Visitadas



Ao olhar a paisagem das ocupações fomos tomados por sentimento de indignação diante da condição locacional dessas pessoas. Nos indignamos com a ausência das condições mínimas para sobrevivência e da carência social, econômica e sanitária em que vivem. E ao mesmo tempo, essa indignação inicial se converteu

em um sentimento de impotência diante dos desafios que se apresentam para a solução do problema. Mas o que as famílias poderão fazer diante de forças tão poderosas como a da natureza e dos homens. O que lhes restam é seguir adiante enquanto suas forças físicas permitirem.

O termo colocado por Lévinas *conatus essendi*, traduzido como impulso ou inclinação de ser, é inerente tanto aos animais humanos quanto aos não-humanos. É da natureza humana compadecer-se. Quanto negamos este nosso lado perdemos parte da nossa natureza. Uma fala do frei Beto disponível do YouTube⁹ assinala que a administração do Estado tem dois braços: o braço repressor e assistencial. Ele continua com um exemplo: uma pessoa deitada na calçada com fome segue nesta situação sendo indiferente para os transeuntes e também para o Estado. O braço assistencial do Estado não se apresenta. Mas se o mesmo indivíduo quebra uma vitrine para dela se apropriar de um pão para saciar a fome, o braço repressor do estado surge, imediatamente, juntamente como a indignação dos transeuntes que o ignorava.

Nos compadecemos ao nos deparar com aqueles que constrangidos pelas contingências socioeconômicas são forçados a migrar de um lugar para o outro, impotentes diante do peso da indiferença da sociedade e da força do Estado. Foram esses os sentimentos que afloraram ao chegarmos na primeira ocupação estudada. Esta primeira impressão do local, cujas imagens são reveladas nos registros fotográficos apresentados adiante e nas entrevistas, foi amainando a partir do contato com os moradores, os quais apresentaram diferentes valorações para o seu habitar. Isso nos remeteu ao pensamento de Feyerabend, ao afirmar que

Guiar-se por ideias abstratas é algo perigoso quando não controlado por relações pessoais sólidas. Não há saída: reagir ao mundo é uma questão pessoal (familiar, de grupo) que pode ser substituída nem mesmo pela mais encantadora visão de mundo. Isso quer dizer que não há nada mais a ser dito? É claro que não! Indivíduos, famílias, grupos e culturas reagem ao ambiente que os cerca. Eles são o que são hoje por causa da experiências, ideias, emoções, etc que tiveram no passado. Não há motivo para nós – e isso significa eu, você e muitos outros - não interagirmos, à nossa maneira com o ambiente, as emoções e as experiências [...] mantendo alguma relação com homens e/ou mulheres diferentes de nós. (FEYERABEND, 2017, p. 49)

⁹ 1º Ciclo | Sociedade e espiritualidade: Cristianismo: uma nova proposta civilizatória. Disponível em: <https://youtu.be/8xrW0MZvUkE>

Com esse espírito inquiridor de paisagens e lugares, buscando manter a maneira de Feyerabend alguma interação com o ambiente, fomos nos aproximando de homens e mulheres concretos. Assim, a cada encontro, novas cenas urbanas foram sendo construídas, em um exercício de nos despir, ainda que provisoriamente, de nossos pré-conceitos, juízos de valor e esquemas teóricos, em um impulso de apreender, pela experiência, esses lampejos da cidade, para uns inexistentes, para outros marcas indelévels da realidade.

Ao visitarmos as Ocupações Irregulares de Fundos de Vales tínhamos o intuito de ir além de uma simples aplicação metódica de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro se baseou em algumas perguntas abertas, como:

- Qual o significado deste lugar para o senhor?
- Há quanto tempo está residindo neste local? – De onde vieram?
- Se tivesse a possibilidade de ir para outro lugar iria?
- Qual o significado do rio? - Existe alguma dificuldade, insegurança ou risco que percebe e poderia comentar?

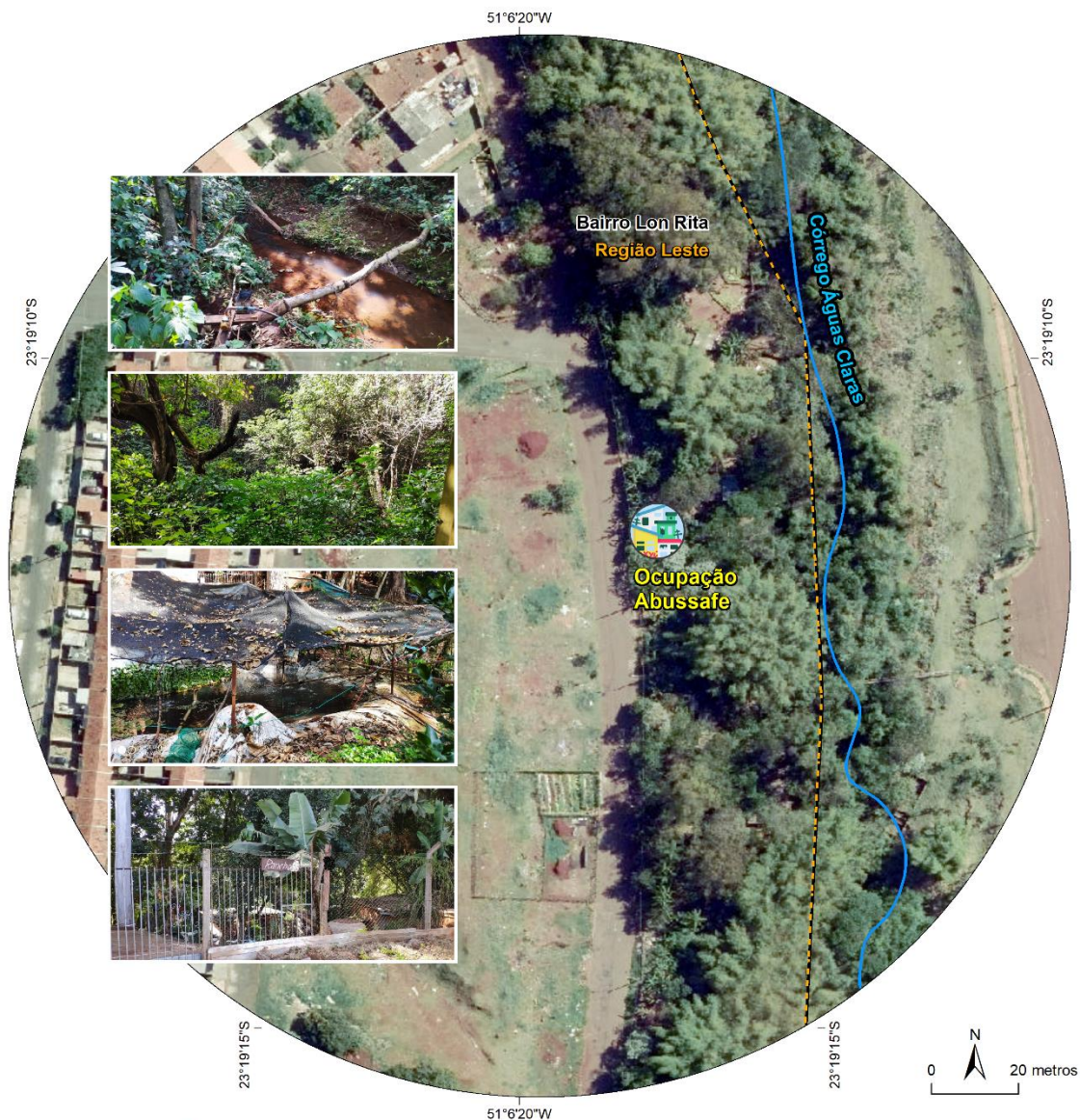
As questões foram elaboradas previamente como uma forma de conduzir o início do diálogo, pois a nossa intenção de pesquisa foi nos colocarmos no lugar de escuta, como observadores do cotidiano, para compreender melhor como vivem essas pessoas, o que pensam e como interpretam os seus modos de vida. Com o esforço sempre presente de não fazer julgamentos, o intuito foi o de ir além da mera aparência. Somos todos influenciados por determinados padrões estéticos e por ideias do que seria belo ou não belo. Por isso nossas impressões iniciais são de desconforto porque a paisagem que se apresenta diante dos olhos, nos parece caótica, desordenada.

Para superar essa primeira impressão foi preciso ir além das formas e organização e chegar nas pessoas. Foi um movimento de sair do *eu para* alcançar o *outro*, escutando-o falar de si na sua interação como o lugar que habita. Isto nos remete à introdução de Pivatto na obra, *Entre Nós*, de Lévinas (2004), cuja tese central é defender a Ética em oposição à ontologia presentes na obra de Heidegger. Para Lévinas, “O ente é o homem, e é enquanto próximo que o homem é acessível. Enquanto rosto”, e ainda, “À compreensão e à significação tomadas a partir do horizonte, [no sentido de ver de fora, de longe] opõe a significância do rosto’ (LÉVINAS, 2002, p. 30; 33).

Foi muito interessante a mudança das sensações iniciais quando iniciamos os diálogos com os moradores e passamos a notar detalhes que antes estavam velados. Esse contato direto com as pessoas nos ajudou a avançar na compreensão dessa dinâmica que levou ao surgimento dessas ocupações. Para auxiliar na compreensão traremos em conjunto com as entrevistas algumas figuras e a caracterização de cada lugar visitado. Um ponto que queremos salientar é que optamos por um exercício de compreensão exposto no final do próximo tópico que trará nossas impressões a respeito do que vimos e ouvimos a partir dos riscos e vulnerabilidades sociais e ambientais.

4.3.1 Ocupação às Margens do Córrego Águas Claras

Figura 11: Ocupação Abussafe



-  Ocupação
-  Hidrografia
-  Limite de bairro
-  Limite de região

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Sistema de Referência SIRGAS2000
 Organização: Regina Magna Franco
 Elaboração: Ramon Guerini Cândido
 Planos de informações: SIGLON (2022)
 Fevereiro de 2023



Esta primeira ocupação que visitamos, segundo tabela em anexo da Cohab-Ld, data do ano de 2015 e se compõe de 14 famílias (Figura 11). Esta ocupação fica imediatamente nas margens do córrego Águas Claras, localizado em um fundo de vale do Jardim Abussafe, bairro da zona urbana Leste de Londrina. A figura 12 traz aspectos da área que descreveremos a seguir de forma mais detalhada.

Figura 12: Ocupação irregular fundo de vale jardim Abussafe às margens do córrego Águas Claras



Fonte: FRANCO (2022)

Assim como acontece em outra ocupação que visitamos no bairro São Marcos na zona Sul da área urbana de Londrina, as moradias aqui também são numeradas. Mas ao invés de somente números os moradores denominam de “rancho”.

Todas as casas tem algum tipo de cerca, muro ou grades na parte da frente. Alguns moradores nos permitiram entrar e fotografar os fundos da casa que dá acesso ao rio. Nós pudemos verificar que a mata ciliar está bem preservada, não há escoamento de esgoto doméstico no rio que apresenta um aspecto límpido e cristalino, como é possível verificar na figura 13, a e b, e como a presença de uma fauna fluvial que, a olho nu, deduzimos ser de girinos.

Figura 13: Mata ciliar e córrego Águas Claras fundo de vale jardim Abussafe



(a) **Fonte:** FRANCO (2022) (b)

Todas as propriedades visitadas dispõem de um tipo de cerca de alambrados que separa os fundos das propriedades do barranco do rio. Acreditamos que essa iniciativa é interessante porque a cerca de alambrados pode reter algum resíduo doméstico como sacolas de plástico que poderiam ir para dentro do rio. Mas esse cuidado dos moradores não é o mesmo adotado pelos órgãos oficiais já que há a presença de rampas de concreto que conduzem as águas pluviais para desaguar no rio e, com isso, carregam descartes para dentro do rio.

Figura 14: Cerca de alambrados demarcando os limites entre o fundo da propriedade e mata ciliar e rampa de escoamento de águas pluviais.



(a) **Fonte:** FRANCO (2022) (b)

Outra informação que achamos importante é que, com exceção dos primos João e Paulo, os demais moradores que conversamos possuem ou possuíram casa no bairro e alguns usam a moradia como área de lazer privada. Para assegurarmos o anonimato dos entrevistados feitas nessa ocupação vamos denominar os nossos colaboradores de pesquisa como José, Pedro e João.

Antes de avançarmos para a descrição das falas é importante ressaltar que, ao chegamos nesta primeira casa, o morador nos recebeu com a pergunta: - Vocês vieram como o mandato para me tirar daqui? Fizemos nossa apresentação e a partir de então o senhor José conversou conosco e nos deu as informações que pedimos. O senhor José¹⁰ nos contou sobre a sua dificuldade em pagar o aluguel, por isso resolveu fazer uma casa pré-moldada no local. Ele afirmou ainda ter causa na justiça contra a construtora Abussafe, mas não detalhou o teor do processo.

O nosso colaborador informou que mora no local faz oito anos, é separado e os filhos moram em outro lugar, mas costumam visitá-lo com frequência. Na figura 15 temos a foto dos fundos da moradia.

Figura 15: Casa Suspensa.



Fonte: FRANCO (2022)

¹⁰ Apresentamos os interlocutores de nossa pesquisa com nomes fictícios para preservar as suas identidades.

Perguntado como era o lugar quando veio morar nele, nos informou que a área estava ao “Deus dará”, virou depósito de rejeito de material de construção e todo tipo de lixo urbano. “Na atualidade produz ovos, galinhas e hortaliças somente para consumo próprio”, afirmou. Indagado o significado de casa, habitação, moradia, o Sr. José respondeu que: “Tartaruga sem casca não é tartaruga. Ser humano sem casa não é um ser humano”. Apesar de habitar essa casa por todos esses anos faz uma poupança [porque enquanto está nesta moradia não paga aluguel]. À insegurança jurídica ele soma a insegurança econômica dizendo que “qualquer barraco, casa gira em torno de 600,00” e que caso seja retirado do local tem como alugar uma moradia. No entanto, diz “eu gosto de morar aqui. Gosto do contato com a natureza, eu gosto do lugar”.

A área em frente era um lixão segundo informa [está abandonada, será destinada à horta comunitária] sem a infraestrutura necessária, segundo informação o espaço já foi direcionado para alguns moradores. O Sr. José compreende que o Ministério Público não dá conta de resolver o problema das moradias e que “a zona leste é a bola da vez, há no entorno grandes mercados varejistas e atacadistas, que pressiona os preços dos aluguéis”.

Outra informação que o morador nos passou foi a da existência de um comércio clandestino de lotes [esta pergunta não constava no rol inicial]. Segundo ele “[o comércio clandestino] começou há 15, 20 anos atrás na formação do bairro e que a área ocupada irregularmente “sobrou” e alguém veio e disse é meu”. Cercou com arame farpado, plantou umas árvores e passou a comercializar os lotes. Tirar uma pessoa é fácil, mas tirar 10, 20, 30 famílias é mais difícil. A união faz a força. Tem pessoas que compraram com o intuito de lazer, tem rede de água da Sanepar, energia elétrica, [não usa água do rio]. A água é poluída, a nascente fica a uns três quilômetros do rio. Toda a rede de água fluvial do bairro é canalizada para o rio, todos os moradores fizeram fossa negra [para coleta de águas inservíveis].

Perguntado a respeito dos riscos ambientais que corre, como presença de insetos, animais peçonhentos, escorregamento de massa informou que, em 2015, houve chuva forte, como os bueiros estavam entupidos foram desbloqueados pela população [Há uma preocupação com a rede de drenagem]. Há a presença de mosquitos e afirma não haver presença de insetos ou animais peçonhentos. A casa foi construída mais alta, acima do solo como se pode observar na figura 15. Ainda segundo o morador a construção de condomínios foi responsável pelo assoreamento

do rio. “Eu moro debaixo das árvores, não desmatei nada. Eu uso a terra para plantar e para complementar meu sustento”. O Sr. José trabalha com sucatas, traz para o local sucatas de aparelhos domésticos como geladeira e máquinas de lavar que desmonta e vende por quilo. A casa foi feita de aproveitamento de materiais descartados. Obtém material das obras e dos serviços que faz. Boa parte dos outros moradores não estão preocupados com o dia de amanhã.

Queixa-se de que o programa de habitação não privilegiou os moradores do bairro para a obtenção das casas. As casas [do conjunto habitacional Abussafe] foram direcionadas para pessoas de outras regiões e não aos moradores do local da ocupação. José nos informa que mora em Londrina há 25 anos e veio de Marechal Cândido Rondon, Paraná, tem cinquenta e quatro anos e conclui que os moradores do local não são predadores, mas, sim, a população do bairro quando deixa lixo no fundo de vale e, quanto ao próprio resíduo, diz que o molhado joga na terra como forma de adubo, o seco vende para a reciclagem.

Pelos fundos da casa do senhor José, descemos a ‘ladeira’ acompanhando a declividade do fundo de vale e acessamos a próxima moradia, do senhor Pedro (Figura 16). Iniciamos a conversa com a pergunta: qual o significado do lugar para o senhor?

Ele veio com uma resposta que surpreendeu: “Isso aqui é o verdadeiro paraíso. Água limpinha”. Nos informou que reside no local há 12 anos, e que quando veio morar no local já havia sido construído um acesso ao rio visando a construção da rede pluvial. Afirma nunca ter cortado nenhuma árvore, mas plantou árvores frutíferas. Segundo ele já haviam as touceiras de bambu. Mora com a esposa e um filho de 12 anos que estuda no “Benedita”, e que a Van busca.



Fonte: FRANCO (2022)

Indagamos uma segunda vez sobre o que significa o lugar para ele que respondeu: “Isso aqui é um paraíso, eu que nasci em fazenda. Tenho tanque de peixe, galinha, cachorro, isso aqui para mim é tudo. Os filhos sugeriram comprar uma chácara, mas eu preciso trabalhar, se for morar numa chácara vou viver de quê? Eu trabalho com construção. Tem o benefício da proximidade com a cidade [no que se refere a oferta de trabalho]. Não tiro renda da propriedade é só para morar. Minha esposa trabalha de diarista”.

Indagado sobre a possibilidade de morar em outro lugar respondeu que não. Que nasceu em fazenda e não se vê morando em outro lugar. Sobre o rio diz que “Isso aí não tem dinheiro do mundo que pague, a água é cristalina, tem peixes [num tanque que construiu seguindo orientações no youtube]”. Ele diz que não é para comercializar [os peixes], só para lazer. As conversas com o senhor Pedro me fizeram repensar como o ambiente vivido e tudo o que ele nos desperta, ao tatearmos, cheirarmos, visualizarmos, escutarmos, pode nos ajudar a construir um imaginário geográfico rico e diverso, como tão bem escreveu Lowenthal (1985).

A água... a água de rios... e os próprios rios... produzem imagens em nosso imaginário. Imagens de vida, de sobrevivência, de pureza, de beleza, de alegria, de tristeza, de movimento, de tranquilidade, de encantamento da alma, de inspiração, de morte, enfim... (CHIAPETTI; CHIAPETTI, 2011, p. 84)

Continuando a conversa, conhecemos um pouco mais da história do senhor Pedro por meio de sua narrativa sobre os filhos e netos, que moram no bairro Abussafe, sobre a sua vinda do distrito de Londrina, Guaravera, em 1986, onde morou na fazenda Independência. Assim, ele nos contou que comprou um terreno no bairro e construiu uma casa, mas teve que se mudar para uma chácara porque o filho se envolveu “com coisa que não presta” [entendemos que com drogas]. Diz ter casa, mas preferia morar no local, porque prefere o isolamento, principalmente, em relação aos vizinhos, e gosta de estar junto à natureza.

Perguntado sobre a preocupação com a condição ilegal da ocupação diz que pensa muito nisso, mas que não tem a intenção de voltar para a casa que tem. Prefere ficar sozinho no local. Sente tristeza porque não se vê morando em outro lugar. Quando não está trabalhando procura “ficar mexendo” no espaço.

Conclui dizendo que sabe que está errado em permanecer no lugar. Tem consciência de que o espaço não lhe pertence que é área do “governo”, mas aproveita a estadia para economizar e fazer um capital, juntar uma poupança porque vive de empreita e o mercado de trabalho oscila muito, o que não permite fazer planos para o futuro.

Os próximos entrevistados são os primos João e Paulo. O primeiro está no lugar há cinco anos, o segundo há 12 anos. Ambos são do estado de Alagoas e têm 30 e 32 anos respectivamente. João tem esposa e um filho de 2 anos que moram no local. Paulo tem esposa e filho pequeno que moram num apartamento nas proximidades. Não ficou claro se são separados ou não [buscamos não adentrar nas relações íntimas das famílias].

Esses moradores nos informaram que no local moram 7 pessoas somando a família dele (Figura 17), mais a família do enteado que também tem esposa e filhos, além de um garoto adolescente de 12 anos que entendemos ser parente.

Figura 17: Quintal de frente a moradia.



Fonte: FRANCO (2022)

Em decorrência da informação anterior sobre a chuva de 2015 perguntamos se o local chega a inundar e o morador disse que sua casa nunca inundou, mas tem relatos de que algumas casas sofreram inundação em decorrência da chuva forte.

Sobre a insegurança de morar ou da possibilidade de ter que sair respondeu que se for preciso sai e que não está habitando o lugar por opção, mas por necessidade tendo em vista não poder arcar com um aluguel.

Perguntados se gostam de morar no local responderam que não, mas que não têm outro lugar para ir. Se tivessem opção iriam para outro lugar.

A gente veio do Norte [Alagoas] para cá achando que aqui fosse ser melhor, chegou aqui e está na mesma condição. Não tivemos oportunidade de estudar e no momento não voltamos porque não temos condições para isso. A gente pensa: vamos para São Paulo que vai melhorar, vamos para aqui que vai melhorar, mas é tudo a mesma coisa. A gente não estudou. Trabalhava na lavoura, a coisa lá era a mesma coisa. Lá não paga aluguel era melhor. Trabalhava no cultivo de fumo. Pai não deixou ir para a escola porque precisava trabalhar. Faz 10 anos que não vejo meu pai. Minha filha tem dois anos, o enteado é casado e tem um bebê de 1 ano.

Indagado se produz algum alimento no lugar respondeu que usa só para morar e que já passaram inúmeras vezes para fazer o cadastro na Cohab, mas até o momento “não deu em nada”. E ainda que alguns moradores moram nas casas da ocupação, mas que outros usam como chácara de lazer. A entrevista com esses últimos foi bem curta, percebemos que não estavam dispostos a dar muitas informações.

Desta primeira visita pudemos concluir que a visão do lugar sofre alteração conforme a idade de cada morador. Os mais velhos têm a preocupação em fazer uma reserva financeira em virtude de não precisar pagar aluguel, já os mais jovens não têm apreço pelo local, e que se tivessem oportunidade morariam em outro lugar com condições sanitárias melhores. Outro ponto que observamos foi a ausência de mulheres nas casas. As esposas dos entrevistados todas trabalham como diaristas domésticas.

A conversa com esses moradores mudou em partes a nossa concepção do que seria morar em condição de riscos e vulnerabilidades. Os dois primeiros moradores que nos permitiu entrar em seus espaços foram bem receptivos e, a mim, o lugar não pareceu desagradável. Há árvores, o rio, animais domésticos, mas não há cheiros desagradáveis como supunha haver. O ar é limpo e agradável, a presença de materiais tanto para comércio, quanto para uso dentro dos quintais não apresentam uma condição diferente de muitas outras casas legalizadas.

Esses moradores ao construírem suas habitações como material descartado de certa maneira estão indo contra a égide do mercado que produz tendo em vista a obsolescência programada que impõe o descarte para adquirir objetos novos e mais atualizados. Há beleza no local, principalmente vindas do rio e das matas ciliares.

Outro ponto é que o senhor José, ao desmontar e vender sucatas, está contribuindo com o meio ambiente e prestando um serviço à comunidade, por que de outro modo esses objetos ficariam em decomposição no fundo de vale. A frente das

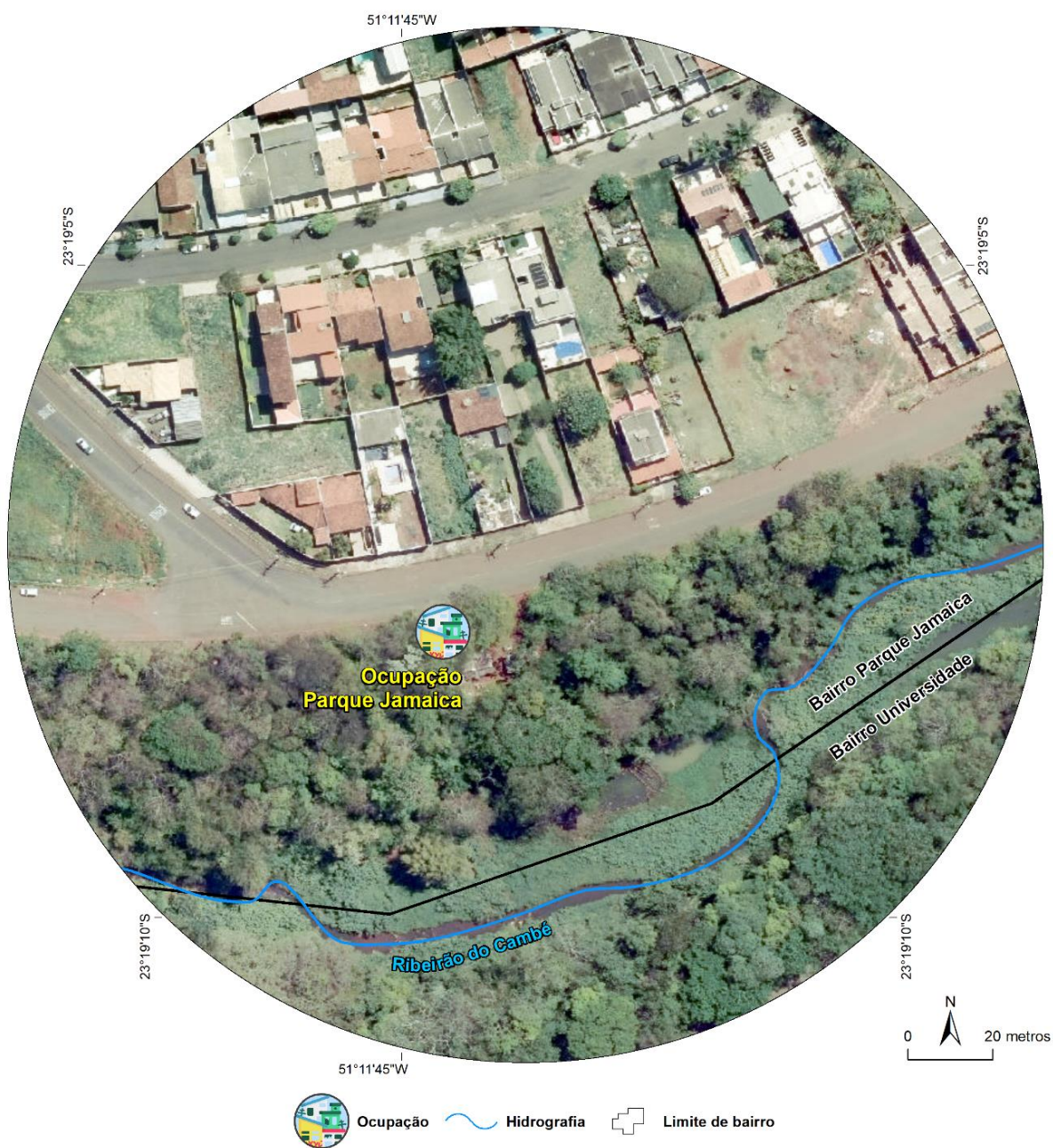
casas tem cercas ou de ferro ou de alambrados.

Com isso esses moradores impedem o direito ao resto da população de acessar o rio, mas como relatado, para esse “resto de população” o fundo de vale não é pensado como uma área a ser usufruída por todos, mas sim um espaço clandestino para descarte de todo material possível com intuito de manter limpos os próprios quintais.

Dessa primeira visita, conclui-se que há valor afetivo atribuído a paisagem, centro de significações. Enquanto os primeiros expressaram integração ao solo e tudo o que a natureza pode lhes oferecer, para os últimos entrevistados a paisagem é indiferente, pois desgostam do lugar e de sua forma de ocupar.

4.3.2 Ocupação Às Margens Do Ribeirão Cambé

Figura 18: Ocupação Parque Jamaica



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Sistema de Referência SIRGAS2000
 Organização: Regina Magna Franco
 Elaboração: Ramon Guerini Cândido
 Planos de informações: SIGLON (2022)
 Fevereiro de 2023



A próxima moradora, que chamaremos de Marta, habita uma ocupação irregular no Ribeirão Cambé ou Cambezinho como muitos o chamam, no Parque Jamaica (Figura 18). A condição desta moradora é peculiar porque neste fundo de vale há somente esta casa, habitada por ela e sua família desde 1977. A história de dona Marta se confunde com a história de muitos trabalhadores rurais, colonos da cultura do café.

Dona Marta nos disse que seus pais trabalharam como colonos e várias fazendas da região. Esta condição a acompanhou mesmo depois de casada. Ela e o marido trabalharam como colonos nas fazendas Pininga e Guairacá, onde hoje é um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Depois da geada de 1975 tentaram ainda permanecer na zona rural por um tempo, mas as ofertas e condições de trabalho foram se deteriorando e decidiram então vir morar em Londrina.

A busca por uma vida melhor foi frustrada, porque foi abandonada pelo marido com os dois filhos do casal. Inicialmente, ao chegarem na cidade foram locados neste lugar onde vive até hoje contando com o auxílio da Assistência Social do município. Segundo ela um caminhão trouxe sua mudança que “despejou” neste lugar e lhe foi cedida algumas madeiras para construir sua casa. Abandonada pelo marido, iniciou uma nova relação, porém o companheiro morreu deixando ela viúva com seis filhos.

Dona Marta entende que teve grande força e determinação para conseguir sustentar a si e seus filhos, trabalhando nas atividades que surgiam como doméstica, reciclagem durante o dia e cuidadora de carros no período da noite. “Eu só nunca roubei e nem tirei dinheiro de homem nas esquinas. Onde surgia uma possibilidade de trabalho honesto eu ia”. Atualmente moram com ela ainda três filhos solteiros e um irmão.

Esta moradora não permitiu que fotografássemos a sua casa, nem o lugar onde mora. Porém, permitiu que gravássemos a conversa. Sentadas em frente à casa sentíamos o vento entre as árvores e cantos de pássaros e cigarras. Indagada sobre como tinha acesso à água ela nos disse que usava água da mina para tudo: “fazer comida, banho, limpeza e para beber também”. Perguntamos sobre a qualidade da água e as dificuldades para baldear água da mina para a casa, com um sorriso ela disse: “Não, já estou acostumada. Nenhum filho meu ficou doente por causa disso. O IAPAR esteve aqui há uns meses atrás e fez a análise da água e me disse que ela é muito boa”. Quanto ao esforço de trazer a água, ela respondeu: “eu fiz isso a minha

vida toda. Os “nutelinha” não aguentariam, mas eu até gosto de fazer esse trabalho. A gente vivia na roça, lavava roupa no rio e tirava água do poço. Nas colônias não tinha água encanada”.

Perguntamos a ela, se tivesse opção ou alguma oferta, se moraria em outro lugar. Ela nos disse que se fosse para mudar iria para uma chácara onde tem “mato” e “bicho”.

Não quero morar em casa na cidade e nem em apartamento. Já me ofereceram mudar para uma casa, pagando aluguel bem baratinho, mas eu não quis. Vou falar uma coisa para você que nem vai acreditar. A gente como diz, tem um aviso de Deus e tem o sonho, às vezes eu sonho que sai daqui e choro querendo voltar. Aí eu acordo e vejo que estou aqui dentro de casa, não mudei ainda não. Falo isso com minhas amigas e elas me dizem “você é doida” aí eu falo: não sou não. Eu gosto de mato, gosto de bicho. Que nem eu falo para os meus filhos: se meu pai tivesse me dado estudo acho que hoje eu seria uma bióloga, porque eu gosto de animal. Aqui volta e meia passa um quati, aí eu dou comida, vou para beira do rio pescar, ali tem os bichos, na beira do rio, ali para mim é minha vida. Gosto de ser livre. Morar aqui recorda minha infância nas fazendas eu e meu irmão “caçava” e “pescava”. A gente corria livre. Não sentia perigo. Eu quando menina ia levar almoço para minha irmã que trabalhava em outra fazenda. Ia por dentro do mato, fiz isso durante muito tempo e não me aconteceu nada. Hoje “tá” tudo mudado, não tem segurança em lugar nenhum. Hoje não trabalho mais, meus filhos que sustentam a casa. Às vezes reclamam do lugar, da casa e querem mudar, mas eu já disse que não saio daqui. Quando era solteira na casa do meu pai a gente mudava muito, parecia cigano. Eu vim para esse lugar, fiz minha casa e não quero sair daqui.

Dona Marta demonstrou que não se intimida nem em ser a moradora dessa única casa nesta ocupação e em nenhum momento se mostrou receosa de ser obrigada a deixar o local por imposição do Estado.

Não pudemos verificar, se a habitação é servida mesmo que por ligações informais de serviço de água, luz ou esgoto. Frisamos que não se trata de colocar em dúvida as informações da moradora quando disse que se serve da água de uma mina próxima, mas é que ficamos realmente surpresos com o fato dela baldear água para uso pessoal e dos filhos por tantos anos e até os dias de hoje.

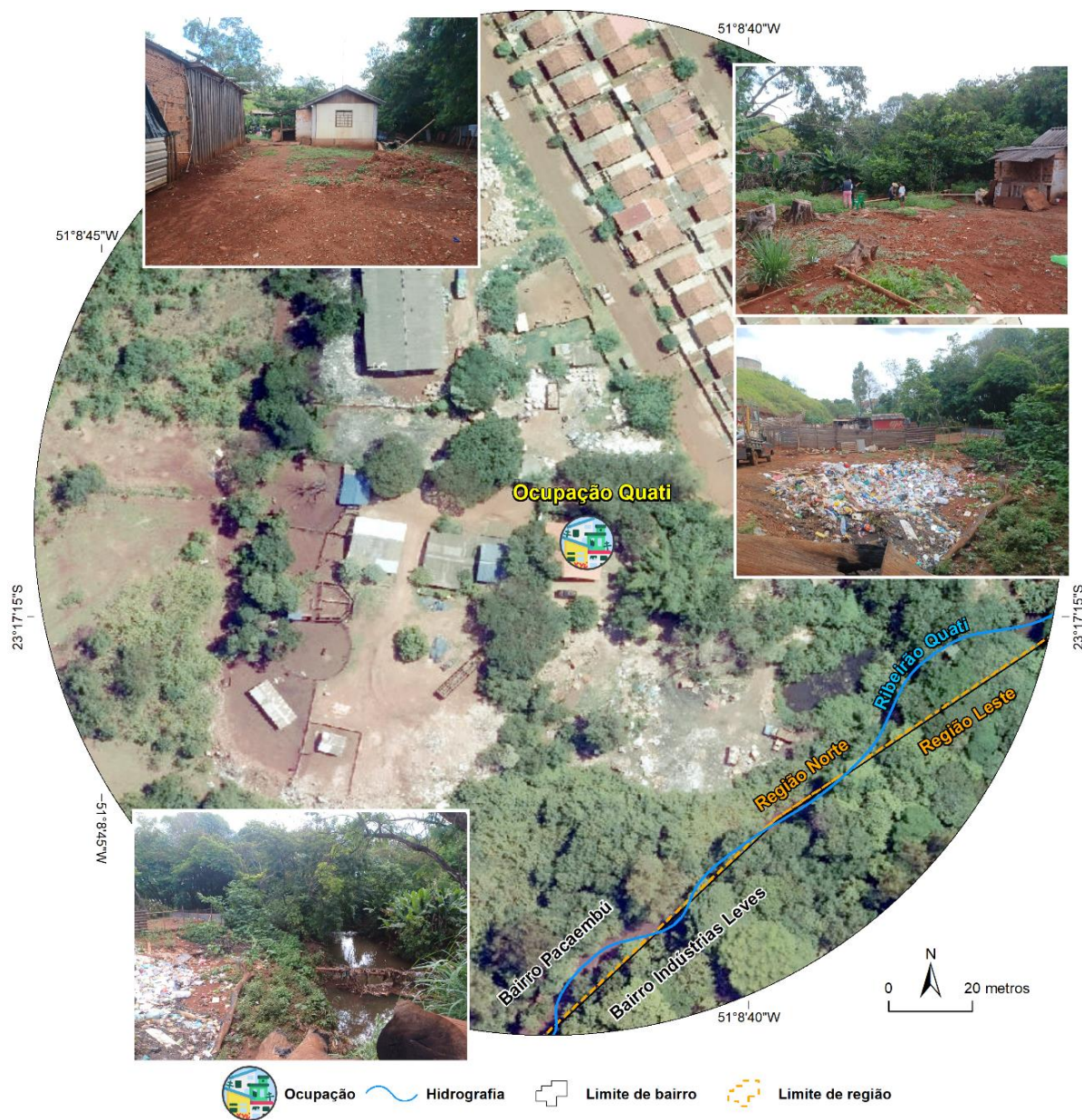
Sabemos que essa prática foi e é normal para moradores do campo, mas em nenhuma outra ocupação ouvimos esse tipo de relato. A partir do nosso campo de visão, sentados no quintal da casa pudemos verificar uma mata ciliar bem preservada, onde, como já dito, se ouvia o barulho do vento, canto de pássaros e quatis passeando de um lado a outro. Nesse lugar é perceptível a integração entre a fauna, a flora, o solo, o vento, o barulho das corredeiras [se misturando ao dos carros que passam em

velocidade logo acima da 'ladeira'] e as pessoas. Dona Marta está muito longe de se enquadrar como vítima e suas narrativas demonstram otimismo diante da situação vivida. É uma mulher firme com opiniões muito claras. Mostrou-se satisfeita por formar dois filhos na UEL, tendo ainda, uma filha cursando o mestrado. A vulnerabilidade que fomos buscar e tentar ver nela, estava na verdade em nós mesmos, os "nutelinhos" de quem ela fala.

Ao caminhar já distanciando-me dessa ocupação, o que veio à minha mente foi o movimento de dona Marta ao "subir e descer a 'ladeira' em busca diária por água da mina". A sintonia entre Dona Marta e a paisagem, fazem dessa ocupação um lugar/território de experiência íntima com o solo vegetado, com a água, com os 'bichos', enfim, com a geografia física do local.

4.3.3 Ocupação às Margens do Córrego Quati

Figura 19: Ocupação Quati



Sistema de Coordenadas Geográficas
 Sistema de Referência SIRGAS2000
 Organização: Regina Magna Franco
 Elaboração: Ramon Guerini Cândido
 Planos de informações: SIGLON (2022)
 Fevereiro de 2023



As próximas entrevistas foram colhidas junto aos moradores situados às margens do córrego Quati tributário do ribeirão Lindóia, um dos principais cursos de água que cortam a área urbana norte de Londrina (Figura 19). Na figura 20 apresentamos uma visão aérea que mostra a disposição das construções habitacionais e comerciais no entorno da ocupação onde foram realizadas as entrevistas. Essa ocupação é a de números 61 e consta na relação da Cohab-Ld no anexo A. Segundo informação de um dos moradores a Cohab-Ld construiu algumas unidades habitacionais no final dos anos 1990. Portanto, são moradias formais com acesso aos serviços de água, luz e esgoto.

Figura 20: Visão aérea do entorno da ocupação no córrego Quati



Fonte: FRANCO (2022)

No lado esquerdo da mesma figura há um barracão usado pelos coletores de reciclagem para fazerem a seleção e acondicionamento em *bags* das embalagens que serão vendidas posteriormente. Abaixo da área do barracão há moradias que a

Cohab-Ld lista como irregular, mas estas não estão nas margens do córrego. Nas entrevistas nos informaram que os primeiros moradores dessas casas foram remanejados para o conjunto habitacional Vista Bela localizado na zona urbana norte do município, e que posteriormente as casas foram reocupadas por outras famílias. Essa reocupação data do ano de 2016 e abriga um total de 31 famílias.

A segunda ocupação, no canto direito da mesma figura 20 abriga 5 famílias cujas casas estão imediatamente na margem do córrego. Foi com alguns moradores dessa ocupação que realizamos as entrevistas por atenderem nosso objetivo nesta pesquisa.

Esta área fica num tipo de enclave urbano que permite a fragmentação, isolamento e distância social do qual nos fala Capron e Hernández (2016). Todas as ocupações estão numa condição de isolamento social no que se refere ao território. Mas essa em questão foi difícil de encontrar porque está isolada também da paisagem urbana estando cercada por um dos lados pela mata ciliar e por outro pelo aterro que foi construído para passagem da linha férrea que corta a região como se pode observar no detalhe da figura 21.

Figura 21: Casas da Cohab-Ld cercadas pela lateral pelo aterro da linha férrea.



(a)

Fonte: FRANCO (2022)

(b)

Na figura 22 apresentamos alguns aspectos do fundo das moradias às margens do córrego Quati. Há restos de material reciclável que sobram após a seleção daqueles que tem valor de mercado. O modo de operação aqui é o mesmo que acontece em outras ocupações visitadas. O material é recolhido em condomínios e bairros residenciais e trazido para a área ocupada onde é feita a seleção do material que será vendido para empresas de reciclagem. Esse cenário só foi visto aqui nesta ocupação. Na ocupação do Ribeirão Esperança, no bairro Avelino Vieira, e na ocupação do Águas Claras, no Abussafe, muitos moradores trabalham com a coleta e pré-seleção do material reciclado. Mas nessas ocupações há, no caso do Abussafe, uma cerca de alambrado que funciona como uma tela de proteção da margem do rio impedindo que materiais sejam carregados para o rio e no caso da ocupação do Avelino Vieira os moradores nos informaram que o material descartado é colocado em sacos de lixo que é recolhido pela empresa de coleta urbana.

Figura 22: Aspectos dos fundos das moradias dos entrevistados e a margem do córrego Quati.



Fonte: FRANCO (2022)

Conversamos com três moradores. A primeira moradora com quem falamos a qual nomeamos de Clarisse, tem 44 anos e quatro filhos. Mora no lugar há sete anos. Perguntamos onde morou antes e qual foi sua trajetória:

Eu vim de Sertanópolis, mas nasci em Campo Erê no estado de Santa Catarina. Eu abandonei minha família lá em Santa Catarina, tinha quinze anos e vim para Rolândia, daí fui para Sertanópolis e casei lá. Viemos eu, uma prima e uma tia. Minha tia e minha prima voltaram eu nunca mais voltei. A gente morava em Sertanópolis e ele trabalhava no Kartódromo aqui em Londrina. Daí para ficar mais perto do trabalho dele mudamos para Londrina.

E já vieram morar neste local?

Sim, a gente na época pagava aluguel, depois meu marido comprou esse lugar aqui e construímos nossa casa. Eu morei uns dez, onze anos em Sertanópolis. Lá eu trabalhava em restaurante. Mas era muito difícil para o meu marido ir e voltar todo dia. Tinha dia que ele não tinha dinheiro para pagar a passagem nem pra ir, nem pra voltar. Era muito difícil.

Seguindo a entrevista buscamos saber como se dá a relação dela e da família com o rio e se usam a água para alguma coisa, ela respondeu:

Não uso para nada. Nós limpamos o rio, a chuva vem de cima para baixo e traz tudo que é lixo. Aí a gente dá uma limpada. Do outro lado da margem desce água da Sonoco ali (disse apontando) fábrica de papelão. Então a água é poluída aqui dentro do rio. Daí a gente não pode usar.

No áudio é possível ouvir barulho de enxada, a moradora estava roçando o mato, enquanto carpia disse: “a gente limpa por cima, porque dentro do rio nem dá para entrar, não deixo as crianças entrarem também”. Sobre a rede de esgoto: “a rede passa pelo meio do terreno, aqui (aponta um local) a gente não pode fazer casa nenhuma aqui, por causa da tubulação. A água para o consumo a gente pega lá de cima do barracão (reciclagem) desce um encanamento até aqui na minha casa”.

O que o rio significa para a senhora? “Para mim não serve pra nada. A água é poluída. Eu gosto muito dessa área verde, eu que planto aqui. Quando cheguei não tinha nada, planto flores e frutas eu gosto de morar aqui”.

A próxima entrevistada nomeada por nós de Fabiana, tem 41 anos e três filhos. Esta moradora tem também uma trajetória muito rica, nossa primeira entrevistada que foi atingida pela pandemia. Na nossa conversa seguimos o mesmo roteiro de perguntas, de onde veio, porque veio para Londrina. Mas ao observarmos a localização da casa onde mora causou em nós certa apreensão porque está bem junto a um aterro construído para atender a linha férrea que passa por Londrina. A moradora conta que mora no local a três anos. Questionada sobre o medo de ser atingida por um deslizamento ela nos disse: “Não tenho medo. Nunca aconteceu. Não tenho notícia de deslizamento. Tem gente que mora aqui há mais de dez anos e nunca aconteceu nada. Construí minha casinha, plantei umas gramas no barranco para terra

não descer”. Como afirmaram Moura e Marandola (2023, p. 250), se a percepção de risco e perigo não passar da aparência cotidiana ou daquilo que é mais evidente, “sem articulação com sistemas abstratos ou mesmo de outras escalas”, os horizontes de alcance desta problemática ficará prejudicado e a potência de mobilização para o enfrentamento e construção de resiliências, poderá ficar comprometida.

Nos informou que nasceu em Cornélio Procópio, Paraná, e contou um pouco mais de sua história:

Minha mãe separou do meu pai eu tinha cinco meses. Meu pai tinha outros filhos, mas com mulheres diferentes. Aos cinco anos minha mãe me deixou com minha avó e foi trabalhar em São Paulo. Minha avó morava beirando o rio Tibagi em Jataizinho. Era um barraquinho de sapê. Quando eu tinha sete anos minha mãe voltou e casou. Ficou trabalhando lá uns três anos, daí se casou com meu padrasto e fui morar junto com eles. Meu padrasto tinha preconceito contra mim por causa da minha cor. Com 19 anos sai da casa da minha mãe e foi para São Sebastião de Amoreira trabalhar no corte de cana. Foi no corte de cana que eu conheci meu marido.

Como era trabalhar no corte de cana?

Tinha que cortar mil metros de cana para ganhar em torno de 35 reais. Trabalhava eu e meu marido. Trabalhava na cana durante o dia e a noite eu ia para escola para terminar o ensino médio. Levava meu filho no carrinho, os professores sempre me ajudaram muito. Meu marido não queria que eu estudasse, mas disse que se ele quisesse poderia ir embora que eu não ia deixar de estudar. Aí eu fazia o ENEM, eliminei Geografia e História pelo ENEM. Aí fiz o curso de Cuidador de Idoso (mas não exerceu a profissão). Daí fiz o curso de um ano de Alimentador de Linha de Produção pelo SENAC ainda morando em São Sebastião da Amoreira. Aí eu trabalhei na empresa ECOAXIAL ALIMENTOS por cinco anos. Primeiro como auxiliar de limpeza e depois como auxiliar de produção. Fiz dois anos de Pedagogia.

Por que não terminou? “Era EAD e ficava longe para eu ir”.

A senhora fazia os cursos que eram oferecidos?

Sim. Fiz curso de primeiros socorros, atendente na área da saúde lá na firma mesmo. Quando tinha algum curso o gerente sempre me chamava para fazer. Conhecimento a gente guarda né? Daí veio a pandemia dispensaram todo mundo. Eu fiquei desempregada. Nesse tempo meu marido trabalhava na Rainha da Paz um frigorífico em Ibiporã. Ele tinha medo de ficar indo para São Sebastião da Amoreira de ônibus. Daí a gente resolveu vir para Londrina e pagamos aluguel por cinco meses. Eu trabalhava de diarista numa casa aqui do bairro e vi esse lugar e pensei que poderia construir uma casa. Falei com o morador do lado que me pediu um “dinheirinho” e deixou a gente construir a casa aqui. Hoje eu e meu marido trabalhamos na reciclagem. Eu achei melhor assim porque não tinha com quem deixar

meus filhos para trabalhar em firma o dia todo. A gente arrecada (o material reciclado) nos condomínios, vilas. Quando é bairro como Mister Thomas, João Paes, Farid (bairros de Londrina) aí é de quem acorda primeiro, quem passa primeiro. A gente arrecada, recicla (separa) durante a semana nós dois buscamos quando pode buscar. Hoje em dia a gente faz o que dá para fazer, não dá para escolher. Aí eu falo para Deus obrigado por eu ter um lugarzinho para esconder da chuva, do sol. Tenho galinha, tenho porco. Às vezes as pessoas falam “você é louca de morar aí”. Eu falo não, Deus cuida. Deus cuida num apartamento, Deus cuida numa mansão. E assim a gente vai vivendo.

Quando perguntamos a esta moradora sobre o rio ela nos disse: “A gente limpa, mas não dá para usar para nada. Esse “limpar” ela se refere à retirada de lixo sólido do entorno do curso d’água. Essa fala está diametralmente oposta à fala da outra moradora, dona Marta que faz uso da água do rio para consumo dela e da família. Seria uma questão geracional? Seria uma questão de a senhora Fabiana ser mais jovem e já detentora de um pensamento “urbanizado” que intui que água para o consumo somente aquelas que nos vem pelos canos e depois de ser tratada? Como ela nos relatou, a sua primeira infância se desenvolveu junto com a avó vivendo às margens do rio Tibagi e para onde foram suas memórias de infância?

As áreas de APP são áreas para preservação e proteção exclusivas dos cursos d’água. São áreas exclusivas para os rios e se tornaram ambiente onde se materializa a exclusão social. Mas podemos criticá-la? Ela vive no espaço do rio, convive como esse ambiente cotidianamente. E diuturnamente testemunha os impactos que o rio sofre através do lixo que se deposita nas suas margens, através da água turva que apresenta pela deposição e efluentes que escorrem das fábricas locais. O rio assume uma caráter fóbico, elemento não mais de vida, mas de morte.

O último entrevistado desta ocupação recebeu o nome de Ivan, tem 56 anos, é morador do local há 20 anos e deficiente físico. Perguntamos onde nasceu: “Nasci no sítio num lugar que chamavam de Velho Bandeirantes (esse bairro antigo de Londrina ficava na divisa entre o município de Londrina e Cambé e era considerado então como sendo uma zona rural)”.

Em qual lugar?

Chamavam Velho Bandeirantes o lugar onde ficava o sítio. A gente tomava conta do sítio. Plantava arroz, feijão, vassoura. Aí viemos morar no bairro aqui perto Waldemar Hauer (bairro da zona urbana de Londrina). Eu estudei na escola João Sampaio onde fiz o primário. Daí terminei os estudos no colégio Célia Moraes de Oliveira. Mudamos porque meu pai foi trabalhar de caminhoneiro, foi da Polícia Civil. Viemos morar no Waldemar Hauer porque meu avô vendia bilhete e uma vez sobrou alguns bilhetes e ele ficou como os bilhetes para ele e foram contemplados. Depois disso eu casei, pagava aluguel na Vila Casoni e Vila Yara (bairros nas imediações). Da Vila Yara fui morar no bairro Monte Cristo, era favela na época. Morei lá dez anos. Daí teve uns probleminhas lá aí eu vendi a casa lá e comprei essa casa que eu moro aqui.

Indagado porque aqui e qual o nome do lugar ele disse que:

Na época que eu vim para cá os meus pais moravam aqui. Aqui nunca teve nome. Sempre foi um fundo de vale. Aí morava minha mãe, minha irmã, meu irmão. A gente veio e ocupou esse lugar. Depois minha mãe e minha irmã conseguiram uma casa no Vista Bela e foram morar lá. Aqui ficamos eu e meu irmão que trabalha na reciclagem. Mas o local da casa da minha mãe e minha irmã foi invadida por outras pessoas que ainda moram aqui. Quando eu vim para cá não tinha luz e nem água. A água a gente pegava de uma firma lá dos barracões de cima puxamos um mangueirão e vinha na minha casa. Na minha casa eu tinha um poste de luz e eu distribui para as pessoas aqui. Depois fizeram a rede de água e de energia. Daí fizeram outras casas do Programa Minha Casa Minha Vida ou Minha Casa Minha "Dívida" (risos). A parte da minha casa é COHAB ainda na época do Prefeito Barbosa Neto. Não tinha asfalto, não tinha nada quando vim para cá. Criei meus filhos aqui.

O que esse rio significa para o senhor? “Quando eu vim para cá era sujo, descia esgoto. Em vista de quando vim para cá agora é mais limpo”. O senhor percebia alguma mal cheiro? “Antigamente sim. Porque muitas firmas soltavam água nele. Hoje não. Tem peixe”. O morador também tem suspeita de que a fábrica de papelão joga rejeitos da fábrica no rio. “Esse rio antigamente o curso do rio era outro. O curso do rio foi mudado para atender a construção da linha férrea. Quando eu mudei para cá, ainda menino a gente vinha caçar passarinho aqui nesta região. Tinha mata, era bem legal”. Qual o nome do conjunto Habitacional?

Jardim Felicidade. Mas pelo correio consta Moema ou Pacaembú. A COHAB construiu as casas e a porção nas margens do rio foram ocupadas. Antigamente era considerado Favela Amparo. Aqui também foi um lixão. Se a gente “cavucar” um metro mais ou menos pega plástico, pega lixo. Na casa onde mora minha cunhada havia uma nascente que foi sufocada pelo aterro construído para fazer a linha férrea e a nascente ressurgiu num outro ponto perto da margem do córrego Quati.

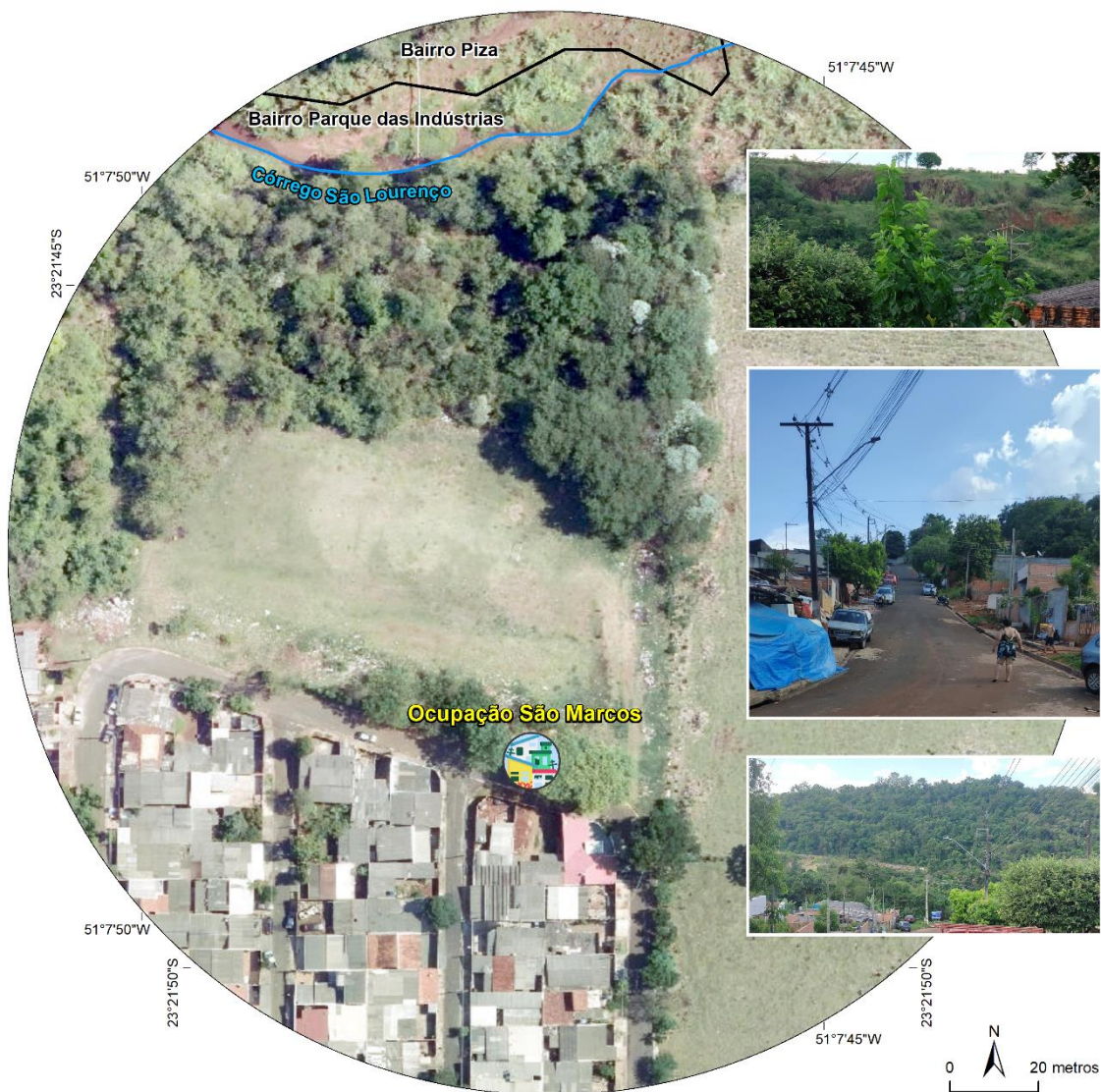
O que acontece quando chove?

Desce tanta água de cima, com lama que vira um rio, que não dá para passar. Já faz cinco anos que estamos com os bueiros entupidos e a prefeitura não vem resolver. Já aconteceu de um pedaço do aterro deslizar porque as pessoas colocam fogo no mato aí a terra fica frágil e desce um pouco de terra. Mas a empresa que administra a linha férrea faz verificação e manutenção todo o mês no aterro. Essa casa mais na beira do aterro (casa da senhora Fabiana) da linha férrea (os moradores) cortou parte do barranco e fizeram a casa ali. Se você não tem para onde ir e “vê” um lugar abandonado num fundo de vale você vai construir uma casa, vai entrar mesmo. É um risco que corre, mas fazer o quê? As pessoas precisam de um lugar para morar.

A casa do senhor Ivan é a casa da figura 21, onde nós percebemos a deposição de resíduos recicláveis. É o mais antigo morador da área e testemunhou as várias transformações que ocorreram no local. Nos disse que o curso atual do rio não é o curso original. Foi alterado para acomodar o aterro da linha férrea. Ele testemunhou as várias degradações ambientais que ocorreram no local: depósito de lixo urbano, formação de um pequeno lago artificial para criar peixes que depois foi abandonado, mudança do curso do rio, aterramento, e algumas inundações. Senhor Ivan é deficiente e intuímos que ele tem dificuldades em manter o quintal sem esses restos de lixo. Mas vive nesta área há anos e considera o local seu lugar no mundo.

4.3.4 Ocupação às Margens do Córrego São Lourenço

Figura 23: Ocupação São Marcos



 Ocupação
  Hidrografia
  Limite de bairro

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Sistema de Referência SIRGAS2000
 Organização: Regina Magna Franco
 Elaboração: Ramon Guerini Cândido
 Planos de informações: SIGLON (2022)
 Fevereiro de 2023



 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA
  PPGeo - UEL
  CAPES

A próxima sequência de entrevistas foi realizada junto aos moradores de uma ocupação no bairro São Marcos localizado da zona sul de Londrina (Figura 24). Abaixo apresentamos algumas fotos do entorno da ocupação no bairro.

Figura 24: À esquerda visão da ocupação a partir da parte mais baixa da rua. À direita visão aérea da ocupação e localização da casa de um dos entrevistados.



(a) Fonte: FRANCO (2022) (b)

Como podemos verificar na figura 24 (a), área à esquerda, está regularizada e à direita, da mesma figura, é onde está a ocupação. Segundo dados da Cohab-Ld, esta ocupação data de 2014 e abriga um total de 26 famílias. Esta informação foi corroborada a partir das entrevistas quando todos com quem falamos alegaram morar neste local há aproximadamente sete anos.

Nas entrevistas inferimos que os ocupantes têm familiares moradores das áreas regularizadas. Esse espaço, hoje regularizado, já foi espaço de ocupação irregular há aproximadamente 20 anos, e está entre algumas das que foram regularizadas pela prefeitura.

A ocupação não está imediatamente às margens do córrego, mas está em uma área que pode ser classificada como APP dada à proximidade do córrego, à presença de vegetação e declividade acentuada como pode ser observado na visão aérea da figura 24 (b).

Figura 95: Foto da frente de uma das moradias da ocupação como numeração das casas.



Fonte: FRANCO (2022)

Trouxemos na figura 25 um detalhe que mostra que as casas estão numeradas. Os entrevistados não souberam responder se essa numeração foi feita pela Cohab-Ld ou foi iniciativa dos próprios moradores. Esse detalhe consideramos importante porque caso essa numeração tenha sido feita pela companhia de habitação pode sugerir um movimento em direção à regularização da ocupação. Todas as moradias, com exceção da casa do sr. Sebastião como visto no detalhe da imagem aérea na figura 24 (b), estão de frente para a rua. Os entrevistados nos informaram que essa numeração das casas conferem a eles o acesso aos serviços de entrega de mercadorias e correspondência. O que nos leva a refletir que ter um endereço é uma forma de inclusão social. Quanto aos outros serviços públicos como água, esgoto e energia elétrica, não temos informação, mas as falas dos entrevistados sugerem que todos esse serviços são informais.

As moradias de um modo geral, estão bem estruturadas, percebemos que o recorte dos lotes seguiu uma lógica de ocupação conduzidas pelos próprios moradores.

Nas figuras 26 e 27 apresentamos alguns aspectos do entorno da ocupação. Muito próximo das margens do córrego há deposição de resíduos sólidos que de acordo com informações dos entrevistados consiste de resíduos de construção civil.

Figura 106: Aspectos do entorno da ocupação.



Fonte: FRANCO (2022)

Figura 27: Pedreira desativada bairro são Marcos



Fonte: FRANCO (2022)

O primeiro entrevistado neste lugar foi nomeado como Sebastião, tem 67 anos e mora sozinho. Perguntamos se ele tem família em Londrina, ele nos disse: “tenho um piá que está preso e outro casado que mora no bairro. Faz seis anos que moro aqui”. Quando vamos até essas áreas outras vulnerabilidades não previstas surgem. Mas conforme decorreu a conversa com esse senhor fomos percebendo que sua história se confunde com muitas outras histórias de pessoas que seguem na vida sem

direitos, sem lugar para se fixar e construir a própria existência. Não fazemos aqui uma relação direta entre a condição do filho e a condição de vulnerabilidade habitacional, econômica e social. Mas há em seus relatos certa conformidade e aceitação.

Procurando compreender um pouco mais da história do sr. Sebastião pedimos que nos falasse dos lugares onde morou. “São Jerônimo da Serra, distrito de Paiquerê, Distrito de Maravilha (distritos de Londrina)”. Com 29 anos veio morar no município de Londrina. Nos disse que trabalhou em fazendas de gado, fazia todo tipo de serviço. Formava pasto, cuidava das cercas. “Nesta época a gente trabalhava só pela casa e comida, ninguém pagava nada para ninguém. Era eu, meu pai e meus irmãos. O dinheiro que a gente ganhava não dava para passar o mês. A gente não podia plantar. A nossa comida a gente tinha que comprar e às vezes a comida não era suficiente para passar o mês “.

O senhor tem lembranças daquela época? Quais os sentimentos lhe vêm quando o senhor lembra daquela época? “O sentimento que vêm é que hoje eu sou rico. Não falta comida para eu comer, eu tenho meu “dinheirinho” (ele recebe BPC (Benefício de Prestação Continuada) para fazer minha compra. Meu pensamento é esse”.

Quando veio para Londrina? Qual a profissão que exerceu aqui?

Quando eu vim para Londrina tinha 29 anos. Trabalhava de servente de pedreiro. Trabalhei também de vigilante em lugar que não precisava escrever. Eu não sei assinar nada. Não sei nem escrever meu nome. Eu trabalhei em serviço que não precisava assinar nada. Trabalhei de vigilante um ano e sete meses na empresa Fio Forte que pertencia à Carambeí. Depois da Carambeí trabalhei numas firmas “esquisitas”, e trabalhava por dia como servente.

Por que veio morar neste lugar?

Eu morava nesse bairro e pagava aluguel. Fiquei três meses sem receber salário daí a dona da casa pediu a casa, e tive que sair. Eu fiquei sem ter aonde ir. Uns colegas que já tinham um barracinho aqui falaram para eu construir uma casa aqui. Eu não conseguia serviço em lugar nenhum por causa da minha idade. Hoje eu recebo benefício do governo.

A localização da casa do sr. Sebastião, fica nos fundos da última casa da rua onde está a ocupação. Ela, ao contrário das outras casas, não está de frente para a via pública. Pensamos que isso possa dificultar o processo de regularização porque para acessar o local é necessário fazer um caminho estreito de terra batida à beira de

um barranco e entrar numa área de mata.

Como neste trabalho estamos tratando da relação da população com os rios urbanos quisemos saber como é a relação dele com a mata do entorno da casa e com o rio.

Esse córrego aqui nasce no bairro Ouro Branco e deságua no rio Cambé. Desde moleque eu trabalhava com meu pai na foice, cortando mata para plantar. A gente roçava o mato, e formava a lavoura, depois entregava para o dono da terra a lavoura formada. É difícil eu ir até o rio. Da última vez fomos eu e um amigo para pescar. Mas é só para lazer, passar o dia.

Qual é a condição da água do rio?

Tem um lugar mais abaixo do rio que recebe água suja (o morador acredita ser água de esgoto), então quando vamos pescar ficamos num ponto mais em cima. Se eu pudesse eu limparia o mato por baixo das árvores (falando da mata no entorno da casa onde mora), eu acho que ficaria mais bonito, mas sei que não posso mexer. Mas plantei uns pé de limão.

Este morador nos contou que o lugar tem muito inseto, então pedimos para que ele falasse sobre o assunto: “Tem muito pernilongo. Aranha não tem porque as galinhas matam tudo. Cobra eu matei uma cascavel pequena dentro de casa”.

Se o senhor tivesse a possibilidade de a COHAB regularizar sua situação aqui o senhor gostaria de ficar aqui ou ir para outra casa em outro lugar? “Se me dessem condições de ficar aqui eu preferia ficar aqui. Não gostaria de ir morar em outro lugar”.

A conversa com esse senhor foi a que mais nos impactou. Ouvindo seus relatos nos veio algumas reflexões com base nas conclusões de Tuan (1974) sobre a não coincidência de julgamentos e percepção entre o nativo, aqui considerado um habitante local e o “estrangeiro”, no caso nós. O “estrangeiro” olha o entorno e vê vulnerabilidades econômica e social, sanitária. Ausência de direitos à educação, direito ao trabalho, direito a ter um lugar no mundo. Em contraponto com o olhar do “estrangeiro” o “nativo” afirma: hoje sou rico!. O “estrangeiro” reflete: como alguém pode se afirmar rico quando lhe foi negada o acesso a alfabetização, acesso à moradia, acesso às condições sanitárias, acesso ao trabalho formal?

Nossa conversa com o senhor Sebastião o levou a abrir seu baú de memórias e fazer emergir lembranças de sua trajetória de vida e fazer uma correlação com sua condição atual. Mas não foi somente ele a ser convidado a revisitar suas memórias. O “estrangeiro” também o fez, porém como uma visão qualitativamente diferente. Mas em que sentido? Caeiro, em seu poema que abre as considerações

finais dessa tese diz que: “pensar é estar doente dos olhos”. Estamos nós doente dos olhos? Até onde o olhar do “estrangeiro” pesquisador, está adoecido por seus conceitos e valores, contaminado por sua estética do que acredita ser belo e bom? Indo mais fundo será que o olhar do “estrangeiro” não está doente e contaminado pela *auri sacra fames* (fome do ouro) que nos fala Weber (2004)?

Essas reflexões reforçam a necessidade e a importância da *epoché* da qual nos fala Husserl que não é fácil de ser aplicada, porém, um caminho para superar essa dificuldade nos é sugerido por Lévinas que nos convida a abandonarmos a atitude de vermos de longe, de fora e de cima e adotarmos a atitude de estar face-a-face com o outro. É nessa intersubjetividade que, não somente o outro, mas o *eu* também se desvela.

Como já dissemos anteriormente essa troca subjetiva que tivemos na conversa com o senhor Sebastião foi muito fértil e no nosso entendimento já seria o suficiente. É uma vida de larga experiência que ocorreu em dois ambientes geográficos o rural e o urbano. Mas assim como o senhor Sebastião se curvou sob o peso dessa superestrutura da qual nos fala o pensamento marxista a partir do ordenamento político e jurídico, assim o “estrangeiro” pesquisador se dobra também sobre as estruturas formais e metodológicas impostas pela Academia que exigem escala e uma quantidade o maior possível de dados e informação até se chegar, ou tentar se chegar, a um ponto de saturação. Com base nisso fomos a busca de outras pessoas e outras conversas como é o caso da senhora Aparecida.

Seguindo com a entrevista fomos conversar com a senhora Aparecida que tem 68 anos e mora no local há sete anos. Nos informou que nasceu em Rolândia, porém passou a infância na zona rural de Cambé, onde os pais trabalhavam como meeiros:

Eu morava em Cambé, no jardim Novo Bandeirantes. Eu morava com meu filho e minha nova. A gente pagava aluguel. Daí minha nora morreu e eu fiquei cuidando dos meus netos. Uma filha minha conseguiu uma casa da COHAB aqui no bairro e me mudei para cá como meu filho e os netos. No começo eu aluguei uma casa aqui no bairro.

A ocupação já existia quando a senhora veio morar aqui? “Não, a gente se organizou e ocupamos essa área”.

Percebemos que as casas são numeradas, quem fez essa numeração os moradores ou a COHAB? “Foi a COHAB. A gente foi lá para pedir a regularização e a

COHAB informou que a ocupação vai ser regularizada”.

A senhora conhece o rio que passa aqui nos fundos da ocupação?

Algumas vezes eu fui lá para passear. A gente atravessava o rio para chegar do outro lado, mas fui lá poucas vezes. Hoje já não vou até lá porque minhas pernas não aguentam caminhar, é muito fundo o vale, mas meus netos iam até lá. Mas hoje não vão mais porque são adultos e trabalham.

O último entrevistado se chama Gabriel, tem 27 anos. É casado e tem dois filhos. Mora no bairro há vinte anos e na ocupação há três anos. Os pais moram no bairro. “Meu pai veio de São Paulo e minha mãe é de Londrina. Meus pais se fixaram aqui quando eu tinha sete anos”.

Você na sua infância frequentava o rio? “Passei minha infância brincando no rio, com meus amigos. Um “sabadão” como esse a gente passava no rio. Minha infância ali foi boa”.

Hoje seus filhos e as outras crianças do bairro frequentam o rio? “Não. Hoje está muito mudado. As crianças querem videogame e celular. Não querem saber do rio”.

Você permitiria que seus filhos frequentassem o rio como você fazia na sua infância?

Esse aqui não. Porque não é mais como era antigamente. Hoje está mais poluído. Hoje a gente sente um cheiro ruim. A cor da água era de água limpa, a gente conseguia ver o fundo. Agora não está mais assim. A última vez que fui até o rio foi há uns seis meses. Não sei se estourou algum bueiro na parte de cima, mas o rio estava como coloração diferente. Hoje não sei se resolveram. Mas não deixo meus filhos ir até o rio. Se fosse outro rio limpo tudo bem. Mas esse não.

Pudemos depreender dessas conversas que ainda temos resquícios de pessoas atingidas por fatores climáticos, e pelo estilo de vida rural principalmente aqueles que estão acima dos 50 anos. Os mais jovens têm uma visão diferente de habitar nestes lugares e afirmam que se tivessem opção morariam em outro lugar.

Os mais velhos, trazem ainda memórias e lembranças da vida do campo, mas as memórias são diferentes. Enquanto dona Marta justifica o amor que tem pelo lugar onde vive hoje, porque gosta de se ver cercada de espaços amplos com mata e

animais silvestres, o senhor Sebastião tem como memória a pobreza e a dificuldade de se alimentar com o salário que ele, os pais e os irmãos conseguiam pelos vários trabalhos que realizavam quando moravam na zona rural. Porém ambos gostam do lugar onde vivem, o senhor Sebastião se considera rico, mesmo vivendo em uma casa precária e dona Marta se diz uma pessoa realizada porque teve onde morar e criar os seus filhos.

4.3.5 Ocupação às Margens do Ribeirão Esperança

Figura 28: Ocupação Avelino Vieira



-  Ocupação
-  Hidrografia
-  Limite de bairro
-  Limite de região
-  Limite de perímetro urbano

Sistema de Coordenadas Geográficas
 Sistema de Referência SIRGAS2000
 Organização: Regina Magna Franco
 Elaboração: Ramon Guerini Cândido
 Planos de informações: SIGLON (2022)
 Fevereiro de 2023



A ocupação visitada se situa na região oeste da área urbana de Londrina no fundo de vale do Córrego Esperança (Figura 28). Observando o entorno constatamos que as casas não estão imediatamente às margens do córrego. Mas o fundo de algumas casas está próximo de um barranco de alta declividade que pode ser caracterizada como área com risco de deslizamento e escorregamento de massa. Esta ocupação fica no limite entre os municípios de Londrina e Cambé, num pequeno ponto de conurbação entre os dois municípios, tanto que uns se dizem moradores de Cambé e outros de Londrina. Talvez seja por isso que ela não consta na relação da Cohab-Ld então podemos dizer que “descobrimos” essa ocupação.

A partir da visão aérea da figura (29) notamos que a mata ciliar é contornada por uma via pública tendo por baixo uma obra de canalização do córrego. Mesmo a ocupação não estando nas margens do rio, ainda está em área de APP devido a exigência ambiental de uma distância mínima de trinta metros.

Figura 29: Visão geral do entorno da ocupação ribeirão Esperança



Fonte: Imagem obtida a partir do Google Earth

A condição locacional e de moradias desta área segue quase que o mesmo *modus operandi* das outras áreas visitadas. São moradores que vieram de outros municípios para Londrina em busca de trabalho. O local abriga 18 famílias.

Apesar da boa recepção e autorização por parte dos entrevistados optamos por não fotografar individualmente as moradias e sim fazer as imagens panorâmicas a partir de um ponto na rua que passa em frente como demonstrado na figura 30.

Figura 30: Ocupação fundo de vale córrego Esperança, no bairro Avelino Vieira.



Fonte: FRANCO (2022)

Se ampliarmos para o sentido maior de uso e ocupação às margens dos rios podemos verificar outras situações como apresentadas na figura 31, que apesar de não se configurarem como lugar de moradia, demonstram que são áreas ocupadas que permitem a manutenção de outras necessidades além do morar, como a de consumir produtos de hortaliças, por exemplo.

Figura 31: Ocupação das margens do ribeirão Esperança para pasto e hortas comunitárias



Fonte: FRANCO (2022)

A diferença entre os outros moradores das outras áreas é que nenhum dos entrevistados dessa ocupação vieram da zona rural, ou foram em algum momento da vida trabalhadores do campo.

O primeiro entrevistado é o senhor Marcos que tem 54 anos, tem um filho de seis anos que mora com ele e esposa. Senhor Carlos é nascido na cidade de Umuarama, Paraná, e veio com os pais para Londrina aos oito anos de idade. Mora na ocupação desde 2016. Ele nos conta que o motivo de ter ocupado a área se deu devido à dificuldade de pagar aluguel. Ficou sabendo do local através da sogra que vendia verduras na região do conjunto Avelino Vieira.

O senhor Marcos, assim como acontece com alguns outros moradores das ocupações visitadas vive em condições de informalidade em todos os sentidos: a ocupação é informal, a moradia é informal, os serviços de água, luz e esgoto são informais e vive do trabalho informal na área da construção civil e reciclagem de onde vem sua maior renda. Como nos informou conta com doações de roupas e alimentação para complementar suas necessidades e as da família. Sobre a atividade da reciclagem ele nos mostrou uma estratégia bem interessante.

Como nos relatou outros ocupantes em outras áreas ele também tem um tipo de acordo como alguns condomínios que fornece o material reciclável. Este material ele leva para sua casa, faz a seleção, ensaca em uns recipientes que ele chama de *bags* que são grandes sacolas feitas de rafia plástica que pode acomodar grandes volumes. Ele tem acordo com algumas empresas que recolhe essas *bags* no local, uma que ele citou deu o nome de “calsol” mas não conseguimos localizar. Esta empresa recolhe todo tipo de plástico, como garrafas pet, embalagens plásticas em geral. Outra empresa passa recolhendo vidros, e as latinhas ou outro tipo de objetos de alumínio ele mesmo vende para algumas empresas, ou seja, não á acordo com ninguém para recolher os materiais em alumínio. Mesmo não sendo perguntado, por uma questão de ética, ele mesmo nos informou que cada carregamento gira em torno de R\$ 1.300,00.

Em dado momento da entrevista ele falou “eu recolho o material reciclável em condomínios, ou nas casas trago para aqui e as “meninas” fazem a seleção do material”. Porém não ficou claro se essas mulheres são as próprias moradoras da ocupação e nem como é feito o pagamento de trabalho se por produção ou se todos dividem o resultado das vendas.

Perguntado sobre sua relação com o rio o senhor Marcos se mostrou indiferente. Não verbalizou só “deu de ombros” no sentido “não desço lá, não tenho tempo pra isso, para mim não faz diferença”.

A próxima entrevistada é senhora Júlia, tem 34 anos, três filhos. Nasceu na cidade de Pitanga no interior do estado do Paraná e veio para Londrina com 28 anos de idade, assim como os outros entrevistados veio para Londrina, em busca de oportunidade de trabalho. Trabalhou vendendo verduras na cidade. Moravam num bairro nas proximidades do Jardim Bandeirantes, mas ficou sem condições de pagar aluguel e se viu obrigada a ocupar a área. Ela nos relatou que não tem medo de ser desalojada. Júlia é esposa do senhor Marcos e ajuda a fazer a seleção do material recolhido pelo marido.

Os filhos estudam nas escolas do bairro, e eles usam o posto de saúde local. Perguntamos para Júlia se ela e os filhos frequentam o rio, ela nos respondeu que não frequenta e não deixa os filhos frequentarem por medo, tanto do próprio rio que como ela nos disse é cheio de pedras e tem medo de que aconteça algum acidente com os filhos. E também por ser uma área utilizada por pessoas que ela chama de “usuários” (usuários de drogas). As ocasiões que vai até o rio é quando ocorre chuvas e a enxurrada traz objetos recicláveis que ela recolhe para vender. Fizemos até um trocadilho: enquanto pessoas vão até o rio pescar peixes ela “pesca” materiais recicláveis. Esta é a única relação eventual com o rio.

Júlia é esposa. Ela disse que é muito comum, durante as chuvas as águas pluviais carregarem muito desse material para dentro do rio.

O senhor Oséias tem 29 anos e é morador da área desde 2011. Nascido em Pitanga (Júlia é a irmã dele). O senhor Oséias foi o primeiro da família a chegar neste local. E a irmã junto com os filhos e marido vieram logo em seguida. Ele, assim como a irmã, nasceu em Pitanga onde viveu até os nove anos. Se mudou com o pai para Rio Negrinho em Santa Catarina. De lá veio para Curitiba e depois Londrina, sempre à procura de trabalho na construção civil. Ele tem dois filhos que não informou a idade,

que na atualidade vive com a mãe em outro lugar. Ele tem um sonho de que possa regularizar a sua moradia. Se tivesse condições moraria em outro lugar, mesmo pagando aluguel, mas diante da incerteza do mercado de trabalho não tem como arcar com essa despesa, afirma ele. Não frequenta o rio e não gosta do lugar, aqui no sentido da área do rio. Esse morador foi muito sucinto nas respostas. E aqui pensamos ser necessária uma contextualização.

Quando chegamos no local fomos direto num ponto da ocupação que não tem casa, onde havia um aglomerado de pessoas com alguns fazendo a roçagem da vegetação com vistas a preparar o local para depositarem o material recolhido para posterior seleção. O senhor Oséias não participava da roçagem, mas ficava “por ali” observando e conversando com outras pessoas. Quisemos conversar com ele porque, juntamente com o Mateus, o próximo entrevistado era o que tinha a aparência mais jovem.

Falar com esse jovem para nós foi importante porque, sendo essa a última ocupação visitada já havíamos percebido que a visão, percepção da relação das pessoas em relação ao lugar e ao rio se mostrou diferente entre mulheres e homens e entre jovens e pessoas de maior faixa etária. Então quisemos saber o que um jovem teria a nos dizer. E pudemos concluir que muito pouco.

Os jovens que habitam nestes lugares estão ali mais por questões de dificuldades de trabalho do que, como vimos em outros relatos, aqueles que amam e gostam do convívio com a natureza e animais silvestres. Nesses jovens nem passa a ideia ou têm algum tipo de reflexão sobre o rio que passa nos fundos da ocupação. Isto nos lembra de uma reflexão de Diamond (2007) que nos leva à pergunta: será que essa população mais jovem estará passando por um processo de amnésia da paisagem?

Nosso próximo e último entrevistado é o Mateus e está na mesma faixa etária de Oséias. Ele tem 27 anos, três filhos de 10, 9 e 3 anos. Na casa moram ele a esposa e os filhos. Dos entrevistados é o único quem não vive da reciclagem. A esposa trabalha numa central de atendimento ao cliente conveniada à uma empresa de telefonia de Londrina. Mateus é autônomo e exerce a atividade de representante comercial de produtos para pets. É morador do local há aproximadamente oito meses.

E como os outros se viu obrigado a construir uma casa no local pela dificuldade de pagar aluguel.

Esse rapaz nos chamou a atenção porque nos perguntou se havia possibilidade legal de regularizar a casa dele. Percebemos nele uma preocupação em ficar desalojado e outra coisa que percebemos é que teve seu primeiro filho aos 17 anos e mesmo com todas as dificuldades a família segue junto. Ele é muito otimista e sempre com um sorriso. Nos disse que são muitas as dificuldades, mas “meu negócio é olhar pra frente e avançar como puder”. “Eu fiz minha casa ali, mesmo se me tirarem eu já economizei quase um ano de aluguel e a conta de água e luz. Já tá bom demais. Mas o desejo de todos nós aqui é ter um “papel certinho” (registro de imóvel)”.

Ele nos disse que não frequenta o rio, que é indiferente para ele, e não deixa os filhos frequentarem, pois considera o lugar perigoso “se eu for com o meus filhos lá no rio, uma hora eles resolvem ir sozinhos e pode acontecer alguma coisa. Então eu não vou para eles não se acostumarem a ir”. Ele nos disse que vive tranquilo na comunidade “aqui todo mundo conversa e se ajuda”.

Assim como o entrevistado anterior foi bem sucinto e objetivo. De modo geral, essa nossa visita a esta área nos trouxe a percepção de que essas pessoas aceitam sua condição de moradia, mas percebem o lugar como o seu lugar *possível* no mundo. A área ocupada pelas casas não há presença de restos de material reciclável como vimos na ocupação do rio Quati. Perguntamos sobre isso e fomos informados que aqueles materiais que não tem comércio, são novamente recolhidos pelo serviço de coleta do município. Os moradores tem o cuidado de manter o lugar sempre limpo, numa relação tipicamente doméstica com o ambiente e a natureza presente.

Há, como vimos nas fotos, alguns “esqueletos” de veículos nos quintais de algumas casas, como vimos também na ocupação do Abussafe, que suspeitamos estarem ali para serem desmontadas e vendidas como ferro velho. Não percebemos também, na conversa com as pessoas algum sentimento de exclusão ou injustiça, são no geral pessoas que aceitaram a sua condição, que e em alguns momentos informaram que sabem que estão “errados” em estarem ali, por não serem os proprietários dos lotes, mas são pessoas que seguem trabalhando vivendo como podem e lutando com aquilo que têm. Mas, não nos esqueçamos de que “[...] estamos na encruzilhada para uma nova ética ambiental, em que todas as formas de vida importam e devam ser priorizadas” (FRANCO, SANTOS, MOURA, 2021, p. 136).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Meu Olhar

*O meu olhar é nítido como um girassol.
Tenho o costume de andar pelas estradas
Olhando para a direita e para a esquerda,
E, de vez em quando olhando para trás...
E o que vejo a cada momento*

*É aquilo que nunca antes eu tinha visto,
E eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial
Que tem uma criança se, ao nascer,
Reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento
Para a eterna novidade do Mundo...*

*Creio no mundo como num malmequer,
Porque o vejo. Mas não penso nele
Porque pensar é não compreender ...
O Mundo não se fez para pensarmos nele
(Pensar é estar doente dos olhos)
Mas para olharmos para ele e estarmos de acordo...*

*Eu não tenho filosofia: tenho sentidos...
Se falo na Natureza não é porque saiba o que ela é,
Mas porque a amo, e amo-a por isso,
Porque quem ama nunca sabe o que ama
Nem sabe por que ama, nem o que é amar ...*

*Amar é a eterna inocência,
E a única inocência não pensar...*

*Poema extraído do livro:
Poemas de Alberto Caeiro.
(Fernando Pessoa, 1993)*

A maior parte das ocupações irregulares, devido à sua dinâmica de existência no município de Londrina, estão situadas em fundos de vale, às margens de seus rios e córregos, como demonstramos no decorrer da tese. A partir da escolha desse universo de pesquisa, algumas questões preocupantes foram surgindo, principalmente à aplicabilidade do método de pesquisa: - Seria possível aplicar o método fenomenológico? - Caberia uma abordagem simbólica e poética na compreensão desse universo, uma vez que havia sido encarada por mim, *a priori*, como uma realidade tão dura?

Os desdobramentos da pesquisa nos mostraram que poderíamos usar a Fenomenologia como método, como também atitude frente a diversas possibilidades de desvelamento dos fenômenos estudados. Com Husserl, durante a tese buscamos olhar o fenômeno como eles apareciam na experiência de nossos interlocutores, cuidando de não excluir como esses apareciam em nossa própria experiência de realizar a pesquisa empírica.

Dessa forma, foi preciso exercitar a atitude fenomenológica, da forma mais pura possível, colocando entre parênteses todos os conceitos preconcebidos. Isso não foi e não é tarefa fácil. O próprio fato de olharmos para um espaço, invariavelmente identificamos a sua concretude que já está introjetada em nós, como Merleau-Ponty (1999; 2014) argumentou, antes mesmo de falarmos em paisagem, falamos de rios, árvores, casas, entre tantos outros.

Mas havia algo mais introjetado em nós que é o de considerar esses espaços topofóbicos. Sim, havia um medo em nós quando nos referimos a esses lugares, mas não somente um medo que nos vem a partir dos conceitos e pré-conceitos, os quais nos inundam por meio de comunicação midiática que associam a violência a esses espaços, mas o receio de não sermos recebidos, de invadirmos a privacidade dessas pessoas, receio de não conversarem conosco. E fomos até esses lugares em companhia de outros. Mas esta companhia não foi somente física. Outros companheiros estavam lá conosco como Tuan e Lévinas. Lévinas com sua Ética que nos desafia e propõe conhecer o outro face-a-face nos colocando em escuta ativa e, Tuan, como sua Topofilia.

Na esteira do método fenomenológico ou de uma atitude de olhar o fenômeno sem ideias preconcebidas, descrevendo e analisando o fenômeno como ele é, fizemos a imersão no campo. As observações e interações *in loco*, nos impulsionaram a pensar que o fenômeno estudado tem sua dinâmica própria, pois nem sempre foi

assim. Através das conversas com os moradores dos lugares visitados tomamos conhecimento que o fenômeno das ocupações irregulares em fundos de vale, como os dados históricos nos revelaram inicialmente, é uma situação que se arrasta por anos. Nas entrevistas encontramos duas pessoas dona Marta e senhor Sebastião, testemunhas vivas dessa mudança qualitativa de existência, que saíram do espaço rural para habitar e se habituar às dinâmicas que o espaço urbano oferece. Essas duas pessoas ainda trazem vívidas suas memórias de trabalhadores rurais. E nós vimos neles a força e o esforço que demandavam as novas contingências que os obrigava a se adequarem à nova realidade.

Campo e cidade, rural e urbano não é somente uma distinção espacial, mas traz em sua gênese um ser e estar no mundo muito distintos. Quando falamos em migração no geral nos atentamos aos números e dados estatísticos, mas como já dito anteriormente a cultura também é migrante e mutante. Mas a que ponto cultural nos referimos aqui? No como ser e estar no mundo através do trabalho. Esses entrevistados eram trabalhadores rurais e assim como o processo de urbanização não ofereceu a eles condições de habitação a existência no ambiente urbano também demandava uma força de trabalho que exigia saberes e competências próprias diferentes daquelas adquiridas. As habilidades e competências das quais dispunham eram insuficientes para o mundo do trabalho urbano. Ambos não-alfabetizados procuraram se adaptar ao mundo urbano aprendendo outras habilidades nesta faina dura que a luta pela sobrevivência lhes impunha.

Os programas e políticas habitacionais surgiram com a intenção de produzir casas e moradias populares destinadas para trabalhadores, mas os investimentos desde o início estavam aquém das necessidades. Como para ter acesso a essas unidades habitacionais era preciso ter renda, àqueles sem renda se viram obrigados a ocupar as margens dos rios urbanos, como pudemos concluir pela fala de alguns moradores, como também pelo próprio encadeamento de eventos indicados nesse estudo.

A situação que já era grave, se agravou mais ainda com o surgimento da Legislação Ambiental que, por uma necessidade de levantamento das áreas de proteção, fez emergir essa população, até então invisível, e até o momento em algum grau ignoradas. Ao analisarmos esses espaços de exclusão a partir da ótica da legislação percebemos a emersão de uma outra condição que não estava prevista.

O argumento utilizado a partir da ótica ambiental é de que a presença dessas ocupações nas margens do rio impactam o meio ambiente. Mas há aí um outro paradoxo. Como demonstrado nas entrevistas, muitos desses moradores trabalham na atividade de separação de resíduos para a reciclagem e ao ocuparem essas áreas evitam que nelas sejam depositados resíduos sólidos, principalmente aqueles advindos da construção civil. Se vemos essas sobras da construção civil nas casas e terrenos, estão lá porque serão reaproveitadas pelos moradores na edificação das suas casas ou para uma pré-seleção para posterior venda.

Por causa da vulnerabilidade legal, os ocupantes dos fundos de vale são insistentemente apresentados como predadores, invasores e criminosos. Com isso, a pesquisa nos mostrou que o descarte de resíduos em fundos de vale e a degradação ambiental é um problema de longa data, consequência do abandono de áreas da cidade pela gestão pública. No imaginário social, locais públicos e “abandonados” passam a ideia de “terra de ninguém”, onde a população residente do entorno, principalmente da comunidade que vive em condição de regularidade fundiária utiliza como depósito para seus descartes.

Diante de políticas públicas inadequadas ou inexistentes, a sociedade é responsabilizada pelas depredações e violências cometidas contra o meio ambiente, considerando o homem/mulher como parte deste. Ademais, de local de acúmulo de rejeitos, os fundos de vale passaram a se constituir em lugares para o “descarte” de seres humanos, via de regra, ignorados pela sociedade e também pelo Estado.

Mas, por outro lado, em todas as entrevistas e conversas saímos impactados positivamente, onde não achou lugar nenhum sentimento de comiseração, de pena. De injustiça territorial sim, é claro que essa condição habitacional e locacional não pode ser tolerada, há de se indignar. Mas vimos que essas pessoas lutam diuturnamente pelo seu direito de existir. E, assim, vão ‘vivendo’ e/ou ‘existindo’ à mercê de políticas públicas sociais, em muitos momentos ineficientes, em outros inexistentes. Fato que colabora em certa medida para o fracasso de políticas ambientais. Visto que é impossível priorizar o tratamento de problemas ambientais dissociados dos sociais, como buscamos demonstrar ao longo da tese.

Dessa forma, políticas públicas devem ser pensadas de forma integrada. O avanço na resolução dos dilemas vividos pelas camadas populares, entre eles, o direito de habitar, pode ser enfrentado por meio da integração entre as diversas

políticas públicas e entre estas e os saberes populares e a ciência, em seus diferentes ramos do conhecimento.

A respeito da percepção de vulnerabilidade por parte dos entrevistados pudemos concluir através das conversas que o que mais os constrange é a instabilidade legal, pois muitos admitiram terem medo de serem expulsos do lugar. Foi quase constante a fala “eu sei que estou errado em morar aqui, eu sei que esse lugar não é meu...”. Porém, nenhum desses moradores apontaram receio de possíveis riscos físicos e ambientais a que pudessem estar sujeitos como alagamento e deslizamentos de massa. Neste sentido se sentiam seguros.

No caso da Geografia, balizada pela fenomenologia, fechamos com a relevância do papel do geógrafo/a humanista descrito nas palavras de Tuan (1985, p. 162): “[...] a competência de um humanista repousa na interpretação da experiência humana em sua ambiguidade, ambivalência e complexidade. Sua principal função como geógrafo é esclarecer o significado dos conceitos, símbolos e das aspirações, à medida que dizem respeito ao espaço e ao lugar”. Eis as possibilidades que buscamos vislumbrar por meio da escrita desta tese.

6 REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ALVES, C.L.E. Dinâmica espacial de produção e reprodução da força e trabalho em Londrina – os conjuntos habitacionais. **Dissertação** (Mestrado, Departamento de Geografia da F.F.L.C.H. da Universidade de São Paulo). São Paulo, 1991. 185p.

AQUINO, A.D.B; SANTOS, J.A.B.; OLIVEIRA, L.A.G. A lei de terras e os registros eclesiásticos de imóveis na história e historiografia: legitimações de posses, economia, poder e mercantilização da terra em Minas Gerais no século XIX. In: Fórum Ensino Pesquisa Extensão Gestão (FEPEG). 8, 2014. Montes Claros. **Anais**. Unimontes: Universidade Estadual de Montes Claros, MG. Disponível em: http://www.fepeg2014.unimontes.br/sites/default/files/resumos/arquivo_pdf_anais/resumo_expandido_pesquisa_fepeg_2.pdf.

ARENDT, H. **A condição humana**. 5.ed.Trad. Roberto Raposo; posfácio de Celso Lafer. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

ARENDT, H. **Crises da República**. Trad. José Volkmann. São Paulo: Perspectiva, 1973.

BARROS, M. V. F.; ARCHELA, R. S.; BARROS, O. N. F.; GRATÃO, L. H. **Atlas Urbano de Londrina**. Londrina: EDUEL, 2009.

BARTALINI, V. Os córregos ocultos e a rede de espaços públicos urbanos. **Revista de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo FAUUSP**, n. 16, p. 82-96, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/43387/47009> Acesso em: 30 set. 2016.

BELLO, A.A. **Introdução à fenomenologia**. Trad. Ir. Jacinta Turolo e Miguel Mahfoud. Bauru, SP: Edusc, 2006

BOLAFI, G. **Habitação e urbanismo**: o problema e o falso problema. In: MARICATO, E. (org). A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial. São Paulo: Alfa-Ômega.1979.

BRASIL. Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965 – (publicação original). Institui o novo Código Florestal. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4771-15-setembro-1965-369026-publicacaooriginal-1-pl.html>.

BRASIL. **Constituição Federal** (CF 1891, Seção II, Art. 72). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil. 24 de fevereiro de 1891.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Senado Federal. Há 170 anos, lei de terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. Ed. 71. **Questão agrária**. 14 de set 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios#:~:text=No%20Segundo%20Reinado%2C%20o%20Brasil,e%20n%C3%A3o%20em%20pequenas%20propriedades>. Acesso em: 05 jan 2022.

BUFFON, A. D.; MARTINS, R. M.; NEVES, M. C. D. A fenomenologia como procedimento metodológico em pesquisa qualitativa na formação de professores. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017.

BUTTNER, A. Apreendendo o Dinamismo do Mundo Vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985.p. 165-193.

CAPASCLUTTI, B.C. **Catástrofe de Guaratura**: 43 anos de história. Trabalho de Conclusão de Curso. Ciências Sociais Aplicadas. UNIVAP (Universidade do Vale do Paraíba). São José dos Campos. 2010

CAPRON, G.; HERNÁNDEZ, M. T. E. El enclave urbano, lógica socioespacial de la periferia urbanizada y sus efectos sobre la segregación residencial y la fragmentación urbana. **Cuadernos de Geografía**: Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía 25 (2): 125-149. doi: 10.15446/rcdg. v25n2.54720.

CASTRO, L. Invisibilidade das favelas de Londrina nos dados censitários do IBGE: implicações nos diagnósticos urbanos de vulnerabilidade. **Dissertação** (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, 2018. Disponível em: <https://www.arcgis.com/apps/View/index.html?appid=90c52a6ec65846fc905d8c6d862d9acc&extent=-51.2029,-23.2610,-51.1703,-23.2466>.

CARVALHO, E. B. O código florestal brasileiro de 1934: a legislação florestal nas disputas pelo território, um estudo de caso. In: Anos 90. Porto Alegre, v. 23, n. 43, p. 417-442, jul. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/download/47974/39224>. Acessado em 23 de mar. 2023.

CASTRO, C. M.; PEIXOTO, M. N. O.; RIO, G. A.. Riscos ambientais e geografia: conceituações abordagem e escalas. In: **Anuário do instituto de geociências – Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Vol. 28-2/2005. P 11-30. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br>.

CHIAPETTI, R. J. N.; CHIAPETTI, J. A água e os rios: imagens e imaginário da natureza. **Geograficidade**, v.01, n.01, p. 67-86, 2011.

COSTA, C.M. Escolas e Correntes de Pensamento Filosófico. **Blog Sapo**. Braga-PT. 03 de ago de 2015. Disponível em: <https://cmcmfilosofia.blogs.sapo.pt/2-escolas-e-correntes-de-pensamento-574> Acesso em: 03 jun 2022.

COULANGES, F. **A cidade antiga**. Digitalização do livro em papel. Editora das Américas S.A. EDAMERIS, São Paulo. 1961. Disponível em:

https://lelivros.digital/?utm_source=Copyright&utm_medium=cover&utm_campaign=link

CUNHA, L. H. O. Significados múltiplos da água. In: DIEGUES, A. C. (org.) **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec, 2000.

CUNHA, L. RAMOS; A. M. Riscos naturais em Portugal: alguns problemas, perspectivas e tendências no estudo dos riscos geomorfológicos. In: LOMBARDO, M.; FREITAS, M. I. C. **Riscos e Vulnerabilidades**: teoria e prática no contexto luso-brasileiro (org.). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

DE PAULA, Luiz T. **Fenomenologia dos espaços públicos**: entre as certezas e inseguranças da experiência urbana. 2016. Dissertação (Mestrado em Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas, Universidade Estadual de Campinas, Limeira.

FEYERABEND, P. K. **Ciência, um monstro**: lições trentinas. Trad. Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FLÁVIO, L. C. **Geografia em poesias**: tempos, espaços e pensamentos...2 ed. Francisco Beltrão: Grafit, 2016.

FRANCO, R. M. As políticas habitacionais e as mudanças na paisagem urbana de Londrina. **Geographia Opportuno Tempore**, 1(2), 32–50. 2014.
<https://doi.org/10.5433/got.2014.v1.20279> Acesso em: 05 fev. 2023.

FRANCO, R. M; SANTOS, J. R.; MOURA, J. D. P. Entre crises ambientais e responsabilidade ética: os casos de Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais. **Territorium** 28 (I), 2021, 129-136. Disponível em:
<https://territorium.riscos.pt/numeros-publicados/> Acesso em: 30 jan. 2023.

FREI BETO. **1º Ciclo | Sociedade e espiritualidade**: Cristianismo: uma nova proposta civilizatória. Disponível em: <https://youtu.be/8xrW0MZvUkE>

FRESCA, T. Ocupações irregulares em Londrina. **Atlas urbano de Londrina**. Londrina: EDUEL, 2009.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em: 03 jun 2022.
<https://doi.org/10.15446/rcdg.v25n2.54720>

HUSSERL, E. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Introd. e Trad. Urbano Zilles. - 3. ed. Porto Alegre: EDJPU CRS, 2008.

HUSSERL, H. **A crise da humanidade europeia e a filosofia**. Trad. Pedro M.S. Alves. Universidade da Beira Interior, Covilhã, 1987.

LÉVINAS, E. **Entre nós**: ensaios sobre a alteridade. Petrópolis. Vozes, 1991.

LONDRINA, Prefeitura Municipal. Plano local de habitação de interesse social (PLHIS) 2011. Edital de PP nº 009/2010 – COHAB-LD – Termo de referência nº 034/2010. Disponível em: www1.londrina.pr.gov. Acesso em: 05 mai 2022.

LONDRINA. Companhia de Habitação de Londrina – COHAB. **Ocupações Irregulares no Município de Londrina. 2017.**

LONDRINA. Companhia de Habitação de Londrina – COHAB. Disponível em <https://cohabld.londrina.pr.gov.br/index.php/historia-da-cohab> Acesso em: 05 jan 2023.

LONDRINA. Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Tecnologia. Perfil de Londrina 2021. **Ano Base 2020.** Disponível em:

<https://portal.londrina.pr.gov.br/perfil-de-londrina/perfil-de-londrina-2021> Acesso em: 05 mai 2022.

LOWENTHAL, D. Geografia, Experiência e Imaginação: em direção a uma epistemologia geográfica. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1985.p.103-142.

MAACK, R. Geografia física do estado do Paraná. Ed. UEPG, 2012.

MARANDOLA, E.; HOGAN, D. J. Natural Hazards: o estudo geográfico dos riscos e perigos. **Ambiente e sociedade.** Vol. VII, nº 2 jul./dez. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/jY8HBwMg4rJJP49Z6zH9RdJ/?format=pdf&lang=pt>.

MARICATO, E. **Política habitacional no regime militar** – do milagre brasileiro à crise econômica. Petrópolis. Vozes, 1987.

MERLEAU-PONTY, M. **Fenomenologia da Percepção.** 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MERLEAU-PONTY, M. **O visível e o invisível.** Trad. José Artur Gianoti; Amando Moura d'Oliveira. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MILARÉ, E. **Direito do ambiente.** A gestão ambiental em foco. Doutrina. Jurisprudência. Glossário. 5. ed. São Paulo. Editora Revista dos Tribunais, 2007

MOURA, V. C. S. **Impactos ambientais da urbanização:** esforços da pesquisa brasileira e mapeamento e percepção de moradores na cidade de Santarém, Pará. Dissertação (Mestrado em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Ambiente e Qualidade de Vida, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 107 f. 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/handle/123456789/137>.

MOURA, R. Paraná: meio século de urbanização. **Revista RA'E GA,** Curitiba, m. 8, p. 33-44, 2004. Editora UFPR.

MOURA, J. D. P.; MARANDOLA, E. Uma Geografia De Mapeamento Participativo De Riscos E Lugar Na Educação Geográfica Brasileira. In: **Contribuições da**

Geografia para o Ensino dos Riscos". 2023, p. 237-260. (Série "Riscos e Catástrofes") *no prelo*

NASCIMENTO, A. S. A espacialização dos vazios urbanos em Londrina (PR), **Confins** [En ligne], 28 | 2016, mis en ligne le 30 septembre 2016, consulté le 23 août 2022. Disponível em <https://journals.openedition.org/confins/11088>. Acesso em: 07 jul 2022.

PESSOA, F. **O Guardador de Rebanhos**, In: Poemas de Alberto Caeiro. 10 ed. Lisboa: Ática, 1993.

SANDRONI, P. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo, Best Seller, 2001.

SANTOS, J. H. **Do empirismo à fenomenologia**: a crítica do psicologismo nas Investigações Lógicas de Husserl. 2010 DO EMPIRISMO A FENOMENOLOGIA. Edições Loyola, São Paulo, 2010.

SCHMIDT, B. V. **O estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre: Ed. Universidade, 1983.

SILVA, P.C.G. **A fenomenologia de Husserl: uma breve história**. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/filosofia/a-fenomenologia-husserl-uma-breve-leitura.htm> Acesso em: 01 ago 2022.

SILVA, L.S.; TRAVASSOS, L. Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos metrópole** 19. 1º sem. 2008. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8708>

SOKOLOWSKI, R. **Introdução à fenomenologia**. Trad. Alfredo de Oliveira Moraes. 3 ed. São Paulo: Loyola, 2004.

TOURINO, C.D.C. O método fenomenológico nas ciências humanas: a recepção de Husserl na filosofia francesa contemporânea. **Revista ética e filosofia política**. Número XX, vol. 1, 2017. Disponível em: www.ufjf.br/eticaefilosofia Acesso em: 20 ago 2022.

TUAN, Y.F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1974.

TUAN, Y. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

TUAN, Y.F. Geografia Humanística. In: CHRISTOFOLETTI, A. **Perspectivas da Geografia**. São Paulo: Difel, 1985. p. 143-164.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. Trad. Paulo Bezerra. Martins Fontes, São Paulo, 2001.

ZANONI, M. A questão ambiental e o rural contemporâneo. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 10, p 101-110, jul/dez. 2004. Editora UFPR. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br>.

WEBER, M. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Trad. José Marques Mariani Macedo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

7 ANEXO

ANEXO A

Ocupações irregulares no município de Londrina – dezembro 2020

	LOCALIZAÇÃO	NÚMERO DE FAMÍLIAS	NÚMERO DE PESSOAS	REGIÃO	ANO DE OCUPAÇÃO
1	Jardim Leste-Oeste-Setor 2	29	95	OESTE	1966
2	Vila Marizia II	68	224	CENTRO	1966
3	F. Vale Jardim Sérgio Antônio	51	168	LESTE	1973
4	Favela Colosso	46	161	OESTE	1975
5	F.Vale da Rua Zircônio	8	26	LESTE	1975
6	Fundo de Vale Rib. Cambé – Aurora Tropical	6	19	OESTE	1977
7	Rua Diógenes Lima Bravo/Silvio Mariano da Silva	26	82	SUL	1978
8	SPL/Praça-Rua Diógenes de Lima Bravo	38	125	SUL	1978
9	Triângulo Stª Inês	40	132	LESTE	1985
10	O.I. Particular – Triângulo	6	19	LESTE	1985
11	União da Vitória II – Área Verde	22	72	SUL	1985
12	Fundo do Jardim Paraíso-Rua Patativa	32	105	NORTE	1989
13	F.V. Rua Café Arábica	6	19	NORTE	1989
14	F.V. Jd.Paulista-Cantinho do Céu	6	19	NORTE	1989
15	Cilo 3 - Helena Ridão	24	79	OESTE	1990
16	Cilo 3 – Pateó	44	145	OESTE	1990
17	Vila Ricardo – Escola Flor de Maio	21	69	LESTE	1992
18	Esq. Theodoro Victorelli/Lixão/Cajá/Rosa Branca	4	13	LESTE	1992
19	F.V. Alto da Boa Vista I	19	62	NORTE	1993
20	Morro da Formiga	36	118	NORTE	1993
21	F.V. Alto da Boa Vista II – Pinheiros	1	3	NORTE	1993
22	Jd. Stª Fé-Centro Comunitário	25	82	LESTE	1994
23	Fundo de Vale Stª Fé-Horta	56	184	LESTE	1994
24	Rua do Latão	21	69	LESTE	1994
25	F. Vale Cafezal II – Chácaras	23	75	SUL	1994
26	F.Vale Vila Marizia II	21	69	CENTRO	1995
27	F.Vale Rua Pingo D'água	41	135	LESTE	1996
28	Av. Santa Mônica/Viela Stª Mônica	39	128	LESTE	1996
29	F.Vale Final Av. Stª Mônica-Triângulo	8	26	LESTE	1996
30	Fundo de Vale – Heron Domingues/R.Mangaba	36	118	LESTE	1996
31	Fundo de Vale do Jardim das Bananeiras - Vila Ricardo	3	9	LESTE	1996

32	Jardim Monte Cristo – Terreno do Cantor – Praça III	7	23	LESTE	1996
33	F. Vale do Jardim Monte Cristo	74	244	LESTE	1996
34	Praça Jd. Morar Melhor	45	148	LESTE	1996
35	Rua Cecílio de Oliveira	15	49	SUL	1997
36	Jardim Cristal – Quadra 10	24	79	SUL	1997
37	F. Vale Jd. Cristal	27	89	SUL	1997
38	F. Vale Cafezal – Saltinho	12	39	SUL	1997
39	Remanescente do C.H. Vivi Xavier	79	260	NORTE	1998
40	Jardim São Rafael	106	349	LESTE	1998
41	Jardim Monte Cristo – Praça III	23	75	LESTE	1998
42	União da Vitória II – Praça II – Praça III	59	194	SUL	1998
43	União da Vitória V – Rua dos Médicos	226	745	SUL	1998
44	União da Vitória VI – (Rua dos Oleiros)	409	1,349	SUL	1998
45	F.V. Jd Quadra Norte	2	6	NORTE	1999
46	Vila Amaral	29	95	LESTE	1999
47	Santa Luzia	25	82	NORTE	2000
48	O. I. Saltinho – Praça	3	9	SUL	2000
49	Vila Feliz (Fundo de Vale Abussafe)	56	184	SUL	2001
50	F.V. do Marieta	95	313	NORTE	2002
51	Morro do Carrapato	16	52	LESTE	2007
52	Jardim Shekinah	112	369	NORTE	2008
53	Fundo de Vale Jardim Nova Olinda/Barcelona	12	39	NORTE	2012
54	Jd. Nova Olinda – Praça Ana Melluns	15	49	NORTE	2012
55	Ocupação Irregular – Jd. São Marcos	26	85	SUL	2014
56	Rua Sudão	4	13	NORTE	2014
57	Fundo de Vale Abussafe	14	46	LESTE	2015
58	F. V. Vista Bela	1	3	NORTE	2015
59	Área Remanescente – Praça II Jd. Primavera	127	399	NORTE	2015
60	Novo Amparo	31	102	NORTE	2016
61	Novo Amparo	5	16	NORTE	2016
62	Residencial Flores do Campo	401	1,323	NORTE	2016
63	Fundo de Vale Córrego Carambeí	5	15	LESTE	2016
64	Fundo de Vale Res. Maravilha	72	237	SUL	2016
65	Fundo de Vale Jardim Marissol	6	19	LESTE	2019
66	F.V. Córrego sem Dúvidas	200	660	NORTE	1996/2014
67	Nª Srª Aparecida/Bom Jesus	646	2,131	NORTE	2000/2014
	Total	3,815	12,54	-	--

Fonte: Companhia de Habitação de Londrina - COHAB-LD (2021).

Organização dos dados: PML/SMPOT/DP/Gerência de Pesquisas e Informações.

Disponível em: <https://repositorio.londrina.pr.gov.br/index.php/menu-planejamento/gpi/perfil-de-londrina-2021/39320-3-6-12/file>